

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CONCEPÇÕES DE SUJEITO E OBJETO DO CONHECIMENTO  
NA OBRA HISTÓRICA DE CAIO PRADO JR.

BRUNO DE MACEDO ZOREK

PORTO ALEGRE

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CONCEPÇÕES DE SUJEITO E OBJETO DO CONHECIMENTO  
NA OBRA HISTÓRICA DE CAIO PRADO JR.

BRUNO DE MACEDO ZOREK

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em História da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito  
parcial à obtenção do grau de mestre.

Orientador: Temístocles Cezar

PORTO ALEGRE

2007

## RESUMO

### Concepções de sujeito e objeto do conhecimento na obra histórica de Caio Prado Jr.

Nesta dissertação, acompanho as modificações e as permanências nas concepções de sujeito e objeto do conhecimento apresentadas por Caio Prado Jr. em suas obras históricas, em diálogo com as principais inflexões nos campos intelectual e político no Brasil. Do início da década de 1930 até o final da de 1970, período em que Prado Jr. produz sua obra, os campos mencionados sofrem profundas modificações. No caso da produção intelectual, de uma maneira geral, vai-se da “revolução” interpretativa dos anos 30; passa-se pela consolidação de um espaço autônomo de produção científica, resultado da criação de instituições de amparo à pesquisa, do fortalecimento das universidades brasileiras e da incorporação de um “espírito científico” nos ambientes intelectuais; e chega-se a um momento de maior especialização dos saberes, onde as disciplinas tornam mais nítidas suas diferenças entre si, marcado pela proliferação das pós-graduações.

Em relação à política, o período também se inicia com uma “revolução”, o golpe que levou Getúlio Vargas à presidência do país. Uma de minhas principais preocupações, neste sentido, foi analisar a relação de Prado Jr. com o Partido Comunista, no qual o autor era militante, e a do Partido com as outras instâncias da política nacional: uma relação historicamente tensa. No PCB, Prado Jr. teve pouco espaço, a não ser de meados da década de 1930 até meados da de 1940, quando então o partido foi posto na ilegalidade. Outros momentos importantes da política nacional, como o suicídio de Vargas e o período populista posterior, são menos enfatizados, por serem períodos em que o autor escreveu pouco ou não escreveu livros de história. O golpe de 1964 é a inflexão mais importante, pois é onde a esquerda nacional se vê desestruturada e Prado Jr. reaparece como historiador e crítico desta esquerda.

No entremeio apresentado, a obra de Prado Jr. tem um papel central, pois exerce um impacto decisivo em momentos-chave das histórias política e intelectual brasileiras e uma influência importante na produção intelectual posterior, especialmente a historiográfica. Neste sentido, com a análise de elementos desta obra, meu objetivo é oferecer informações relevantes para a reflexão sobre os fundamentos epistemológicos da escrita da história atual no país.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior; epistemologia; historiografia; sujeito do conhecimento; objeto do conhecimento.

## ABSTRACT

Conceptions of the subject and object of knowledge in the historical work of Caio Prado Jr.

In this dissertation, I go through the changes and permanencies in the concepts of the subject and object of knowledge presented by Caio Prado Jr. in his historical works, in dialogue with the main shifts on the intellectual and political fields in Brazil. From the beginning of the 1930's to the end of the 1970's, period in which Prado Jr. produces his work, the fields mentioned go through profound changes. In the case of intellectual production, in general, it goes from the interpretative "revolution" of the 30's; through the consolidation of an autonomous scientific production field, result of the creation of institutions that fund research, the strengthening of Brazilian universities and the incorporation of a "scientific spirit" in intellectual environments; coming to a time of knowledge's greater specialization, where disciplines make their differences clear; a period marked by the proliferation of post-graduation courses.

Regarding politics, the period also begins with a "revolution", the coup that led Getúlio Vargas to the presidency of the country. One of my main concerns in this sense was to analyze the participation of Prado Jr. in the Brazilian Communist Party (PCB), as a militant, and of the Party with other instances of national politics: a historically tense relationship. In PCB, Prado Jr. had little space, except during the period that goes from the mid-1930 to the mid-1940, when the party was declared illegal. Other important moments of national politics, such as the suicide of Vargas and the subsequent populist period, are less emphasized, because they are periods in which the author wrote little or no history books. The 1964's military coup is the most important change, because it is where the national left wing appears unstructured, and Prado Jr. reappears as a historian and a critic of the left wing parties.

During this period, the work of Prado Jr. has a central role, because it exerts a decisive impact in key moments of the political and intellectual Brazilian histories, and an important influence on subsequent intellectual production, especially the historiographical. In this sense, with the analysis of elements of this work, my goal is to provide information relevant to the discussion of the epistemological foundations of the writing of history in the country today.

Key-words: Caio Prado Júnior; epistemology; historiography; subject of knowledge; object of knowledge.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos professores: Benito Schmidt; Sandra Pesavento; Sílvia Petersen; e Cláudia Wasserman do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS; também às professoras Denise Jardim, do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFRGS e Lorena Hoffmann, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da mesma universidade, todos pelas disciplinas que cursei e que me ajudaram na escrita desta dissertação.

Reforço meu agradecimento às citadas Sílvia Petersen e Cláudia Wassermann, pela leitura e sugestões no colóquio de qualificação e na defesa. Bem como a professora Ana Maria Burmester, da UFPR, que também contribuiu muito com sua argüição.

Um agradecimento especial, como não poderia deixar de ser, ao meu orientador Temístocles Cezar que, além da colaboração competente durante todo o meu trabalho, aceitou com muita paciência meus diversos atrasos.

A todos meus colegas de mestrado, mas especialmente a: Cláudia Monteiro; Alessandra Gasparotto; Jefferson Fonseca; e Daniela Oliveira.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos – Rafael Faraco Benthien; Héder Cyrelli de Souza; Jonas Wilson Pegoraro; e Rodrigo Rojas Duarte – que, além do apoio nas mais diversas horas, colaboraram muito com suas leituras e comentários sobre as versões preliminares do texto. É preciso mencionar também Guilherme Belotti que, sem ser perguntado, tornou-se de bom grado meu consultor de inglês.

Aos meus pais, sempre presentes, mesmo quando eu estive longe.

E, enfim, Lorena Avellar, a quem, por falta de palavras, simplesmente agradeço.

Este trabalho contou com o apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que me ofereceu uma bolsa de mestrado durante dois anos.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
PARTE I	
CAPÍTULO I – ESBOÇO DE TRAJETÓRIA.....	12
Família e estudos .....	13
Primeiras experiências políticas .....	15
Livro de estréia .....	18
Prado Jr. e o comunismo na década de 1930.....	25
Consolidação intelectual.....	27
Nova posição no campo intelectual: editor.....	35
Análise do passado e soluções para o presente.....	37
Política e filosofia .....	40
Autonomização do campo intelectual.....	43
Desvio da rota da história .....	46
Balanço parcial .....	47
1964 .....	50
Nova tentativa no magistério acadêmico.....	56
Homenagens ao intelectual.....	58
Após a morte.....	62
PARTE II	
CAPÍTULO II – CONCEPÇÕES DE SUJEITO/HISTORIADOR .....	67
Entre 1933 e 1945 .....	71
Lapso na escrita da história.....	86
De 1966 em diante .....	90
CAPÍTULO III – CONCEPÇÕES DE OBJETO/HISTÓRIA .....	100
Concepção de história: caracterização geral.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	129

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma reflexão sobre o trabalho dos historiadores. De certa forma, portanto, é uma espécie de auto-reflexão. Não há dúvidas, acredito, sobre o fato de que a escrita da história é condicionada por uma série de elementos de naturezas diferentes, como qualquer outra atividade social. Mas, se existe uma justificativa geral para que a história seja escrita tal como é hoje em dia, na minha opinião, é que os trabalhos dos historiadores, bem como os dos demais cientistas sociais, visam descobrir e desnaturalizar aqueles condicionantes em sua modalidade social.

Em última instância, as justificativas se justificam porque estão vinculadas a um conjunto de valores compartilhados por aqueles a quem elas são destinadas. A investigação crítica dos condicionantes sociais está relacionada a um ideal de sociedade cuja inspiração fundamental está em valores humanistas, mais do que em valores de classe: aristocráticos, burgueses ou proletários. Ainda que haja muitas divergências sobre como deveria se concretizar tal ideal, algumas idéias-chave, e que também precisam ser questionadas constantemente, mantêm-se no horizonte. A de Igualdade, talvez, seja a mais importante destas, pois postula serem todos os seres humanos detentores dos mesmos direitos. Isto, creio, não seria mais negado, pelo menos não publicamente. Mas há quem estenda a idéia de Igualdade para além da humanidade e inclua nela, por exemplo, todos os animais ou todos os seres vivos. E há quem restrinja, limitando a igualdade apenas a alguns grupos, os que seriam dignos de ser considerados humanos. Neste sentido, a função das ciências sociais que destaco é justamente a de questionar as múltiplas manifestações destas idéias, de mostrar que seus fundamentos não são eternos e que também dependem de determinadas condições históricas para se concretizarem. Esta função de crítica constante, idealmente, deveria servir como uma espécie de “poder moderador” de outras práticas sociais. Todavia, o lugar privilegiado em que as ciências sociais se colocam também precisa ser pensado de maneira crítica, mas sem com isto criar um ponto além da crítica. Sendo assim, as pesquisas ditas de historiografia buscam revelar as determinações específicas da escrita da história, ou seja, têm como objetivo refletir sobre as suas próprias determinações, executar uma autocrítica.

Entendo que os posicionamentos epistemológicos sejam uma das questões mais difíceis de se desnaturalizar, pois eles estão na raiz de nossa compreensão do mundo e deles dependemos para realizar nossas reflexões. Mas justo por conta desta posição

crucial, a relação entre sujeito, objeto e conhecimento deve ser investigada. Afinal, os instrumentos de observação e análise de que dispomos são derivados desses posicionamentos e pretender refletir historicamente sobre a epistemologia, mais do que utilizar tais instrumentos sobre eles mesmos, é utilizá-los sobre o que os fundamenta.

O que fiz nesta dissertação foi uma análise das concepções de sujeito e objeto do conhecimento na obra de um historiador, no caso: Caio Prado Jr. Considero conveniente a escolha deste autor para o estudo do tema explanado, por ser ele um dos historiadores mais importantes do século XX no Brasil, tanto pela influência que exerceu sobre os estudos históricos, como pelo reconhecimento e autoridade que ainda lhe são conferidos. Ou seja, ele faz parte do conjunto de autores básicos para a definição das principais possibilidades de posicionamentos epistemológicos na historiografia atual no país.<sup>1</sup>

Como referencial teórico, utilizo a teoria dos *campos* sociais desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu.<sup>2</sup> Os campos são recortes teóricos determinando grupos sociais que historicamente teriam se tornado relativamente autônomos uns em relação aos outros. O que definiria esta autonomia seria a liberdade de legislar sobre um aspecto do exercício do poder; quanto mais autônomos entre si, mais específica se tornaria a economia do campo em questão. Como exemplo, pode-se citar a produção artística que, em momentos históricos nos quais se considera que o campo artístico não havia se consolidado, esta produção era dependente diretamente de determinações não propriamente artísticas (como as vontades de um mecenas, por exemplo); já em outros momentos, nos quais o campo artístico é considerado suficientemente autônomo, as determinações diretas sobre a produção artística são dadas pelos próprios artistas, que passam a legislar sobre o que é ou não legitimamente artístico de forma relativamente independente das opiniões não propriamente artísticas. Nas palavras de Bourdieu:

Os campos de produção cultural propõem, aos que neles estão envolvidos, um *espaço de possíveis* que tende a orientar sua busca definindo o universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (frequentemente constituídas pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em ‘ismo’, em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente – o que não quer dizer na consciência – para entrar no jogo [...] Esse espaço de possíveis, que transcende os agentes singulares, funciona como uma espécie de sistema comum de

---

<sup>1</sup> Cf. Novais, F. “Caio Prado Júnior, Historiador”. In: *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n.º 2. São Paulo, jul. 1983.

<sup>2</sup> Cf. Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.



coordenadas que faz com que, mesmo que não se refiram uns aos outros, os criadores contemporâneos estejam objetivamente situados uns em relação aos outros.<sup>3</sup>

A maneira específica de legislar legitimamente e exclusivamente sobre determinados assuntos considerados como de interesse próprio aos legisladores constitui o fundamento da economia específica do campo social composto por este grupo de legisladores e pelos pretendentes a legisladores. A dinâmica desta economia se conforma num jogo. Este jogo, contudo, precisa ser jogado como se ele fizesse sentido por si mesmo; como se os jogadores jogassem por jogar. Bourdieu define esta postura como adesão à *illusio*.<sup>4</sup> Quando a *illusio* é revelada e as ações passam a ser percebidas como direcionadas por um interesse objetivo, o jogo perde seu sentido para os jogadores. Se portar “corretamente” à mesa num restaurante refinado – isto é, agir conforme a etiqueta específica de um determinado grupo social num lugar social também específico –, por exemplo, objetivamente corresponde ao interesse de ser identificado como um igual entre os freqüentadores típicos do restaurante. No entanto, para o comensal, aderir a esta etiqueta específica possivelmente seja uma ação não consciente enquanto referente aquele interesse objetivo, mas parte das disposições incorporadas e naturalizadas ao longo de sua trajetória de vida.<sup>5</sup> Por isso, ele assume a etiqueta como se fosse natural, ele joga o jogo de se portar “corretamente” no restaurante como se isto fizesse sentido por si mesmo. Ao se revelar o objetivo do jogo para seu jogador, sua ação perde o sentido, pois ele subjetivamente não intenta ser reconhecido pelos seus pares como um igual, ainda que, de modo não consciente e objetivamente, seja exatamente isto o que ele faz.

No que diz respeito ao meu trabalho, que está dividido em duas partes, a sociologia de Bourdieu é importante, sobretudo, para a primeira. Nesta, constituída pelo capítulo I, apresento um esboço da trajetória de Caio Prado Jr. como político e publicista, no intuito de oferecer um cenário e palco para as discussões posteriores. Neste esboço, acompanho o desenvolvimento dos campos político e intelectual brasileiro, na medida em que interessam à compreensão das questões que faço à obra de Prado Jr. A segunda parte, constituída pelos capítulos II e III, foi escrita a partir de minha análise das concepções de historiador e de história apresentadas pelo autor

---

<sup>3</sup> Bourdieu, P. *Razões práticas*. Campinas – SP: Ed. Papyrus, 1996. pp. 53 e 54.

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>5</sup> O conjunto destas disposições incorporadas e naturalizadas é definido por Bourdieu como *habitus*. Cf. Idem. *Ibidem*.

estudado. Apesar de se constituir uma leitura mais interna dos livros selecionados, procurei estar atento às relações que tais concepções estabelecem com o contexto histórico na qual são produzidas e do qual fazem parte. As duas partes possuem certa independência entre si, pois suas propostas são diferentes. Contudo, os textos são complementares e foram pensados de modo articulado.

As balizas temporais escolhidas correspondem ao período de vida de Caio Prado Jr., com especial ênfase ao tempo em que esteve ativo como publicista. O autor publicou seu primeiro livro em 1933 e o último em 1981. A parte da obra de Caio Prado Jr. selecionada para a análise é aquela que diz respeito diretamente a disciplina da história, o que constitui um conjunto de sete livros. Os trabalhos analisados são: *Evolução política do Brasil* (primeira edição de 1933); *Formação do Brasil contemporâneo* (1942); *História econômica do Brasil* (1945); *Evolução política do Brasil e outros estudos* (1953); *A revolução brasileira* (1966); *História e desenvolvimento* (1972); e *A questão agrária no Brasil* (1978).

Seus relatos de viagem e sua obra econômica, a princípio, ajudariam pouco o estudo que empreendi. Ainda assim, alguns pequenos trechos oriundos destes livros foram considerados na dissertação. Já a obra filosófica teria uma importância maior, principalmente os dois volumes de *Dialética do conhecimento*, que são de 1952.<sup>6</sup>

A justificativa para não analisar a *Dialética do conhecimento* é importante e delicada. Principalmente porque há uma visível relevância do livro para o tema aqui discutido. A opção por deixá-lo fora, para além do fato de que não se enquadrar no recorte proposto, está no problema de que o tipo de discurso, as questões pertinentes, os leitores, os especialistas, o vocabulário, dentre muitos outros elementos que fazem da filosofia uma disciplina específica forçariam desdobramentos na pesquisa que ultrapassariam em muito os limites da proposta desta dissertação, pois seria necessário desenvolver uma discussão paralela sobre como Caio Prado Jr. se posicionou em relação aos demais filósofos brasileiros e sobre como tal disciplina se desenvolveu no

---

<sup>6</sup> Neste trabalho, Prado Jr. desenvolve pormenorizadamente sua postura epistemológica geral. Ele explica como acontece o desenvolvimento histórico do conhecimento. Para tanto, apresenta uma extensa história da filosofia e discute como se concebia o conhecimento em cada momento. Sua análise deste processo, obviamente, é dialética. Uma dada concepção dominante é, por conta de seu esgotamento, questionada por uma outra concepção emergente. Desta situação, as fraquezas de ambas se evidenciam e, imediatamente em seguida, surge uma terceira opção que dá conta das necessidades do momento. Mais tarde, haverá um novo questionamento, uma nova síntese e assim por diante. A concepção de epistemologia que Prado Jr. traz é a concepção clássica do marxismo. Se o leitor estiver interessado em uma análise mais cuidadosa de *Dialética do conhecimento*, sugiro cf. Schaefer, S. *A lógica dialética: um estudo da obra filosófica de Caio Prado Júnior*. Porto Alegre: Ed. Movimento; Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

campo intelectual do país. Este desdobramento, de todo o modo possível, não foi explorado na dissertação. Deixo-o em aberto para um possível trabalho posterior.

## PARTE I

## CAPÍTULO I – ESBOÇO DE TRAJETÓRIA

O objetivo deste capítulo é oferecer uma base a partir da qual seja possível desenvolver alguns questionamentos a respeito da obra de Caio Prado Jr. Especificamente, procurei construir um mapa sociológico e histórico de sua trajetória intelectual e política que sirva como suporte para as reflexões sobre problemas epistemológicos apresentadas nos capítulos seguintes. Dediquei maior ênfase aos momentos de publicação de suas obras históricas ou aquelas onde a história tem valor essencial, pois é sobre estas que a investigação posterior se dá. Seus outros trabalhos mereceram menor atenção porque não se enquadram em meu recorte temático, que são as concepções de historiador, enquanto sujeito do conhecimento, e de história, entendida como objeto do conhecimento. O que segue abaixo é um texto semelhante à introdução de Francisco Iglésias para o volume da *Coleção Grandes Cientistas Sociais* dedicado a Prado Jr.,<sup>1</sup> mas se diferencia deste por partir de outra perspectiva teórica e metodológica. Aqui, fundo minha análise principalmente na sociologia de Pierre Bourdieu, que, tomada como ponto de partida, permite interpretações da história de vida do autor considerado diferentes daquelas possíveis através do texto de Iglésias. As informações que este último traz em seu trabalho são preciosas, todavia, por mais que tome o cuidado de não descolar a biografia de Caio Prado Jr. do seu contexto histórico, sua narrativa tende a ceder àquela ilusão retórica sobre a qual Bourdieu adverte e à qual procuro estar atento:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.<sup>2</sup>

No esboço apresentado, sobre a trajetória intelectual e política de Caio Prado Jr., selecionei as inflexões mais significativas para o desenvolvimento das figurações sociais que constituem a história dos campos intelectual e político brasileiros e, ao mesmo tempo, para determinação da posição social do historiador em questão nestes espaços. Longe de apresentar um estudo exaustivo e completo da história dos referidos

---

<sup>1</sup> Iglésias, F. “Um historiador revolucionário”. In: Prado Jr., C. *Caio Prado Júnior: História*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

<sup>2</sup> Bourdieu, P. *Razões Práticas*. Campinas – SP: Ed. Papyrus, 1996. p. 76.

campos, minha intenção não foi mais que destacar seus momentos principais, apenas o suficiente para embasar minhas reflexões posteriores.

## Família e estudos

Caio Prado Jr. nasceu em fevereiro de 1907, na cidade de São Paulo. Era o terceiro filho do casamento de Caio, um Silva Prado, com Antonieta, uma Penteado. Os sobrenomes do casal estavam dentre os primeiros das tradicionais e abastadas famílias da elite paulista. Ao que tudo indica, a influência dos parentes do lado paterno, se comparada à da família materna, foi predominante na formação de Caio Prado Jr. Por isso, optei por fixar minha análise nos Silva Prado. De qualquer forma, os Penteado, ainda que não diretamente contemplados, seguem as tendências gerais selecionadas para caracterizar as transformações na elite paulista. Naquela época, o tio-avô do menino, o conselheiro Antônio da Silva Prado, era prefeito de São Paulo. No momento, nenhum outro membro da família era tão destacado quanto este. O prefeito da capital do estado era um político experiente: atuara como deputado federal e da Constituinte; no final do Império, fora ministro da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros; e, além disso, também ocupara uma cadeira no Senado.<sup>3</sup> Contudo, ele não era o único, as famílias Silva Prado e Penteado, principalmente a primeira, tradicionalmente forneciam, e continuariam a fornecer, fazendeiros, empresários e importantes nomes para a política brasileira.

De uma maneira geral, no início, o capital familiar dos Silva Prado se constituiu, sobretudo, em capitais políticos e econômicos. No entanto, a partir de meados do século XIX, é notável o começo de uma mudança. Percebe-se uma tendência crescente no sentido de reconversão desses capitais originais em capitais simbólicos de ordem cultural. Os resultados bem sucedidos são Eduardo e Paulo Prado, parentes próximos de Caio Prado Jr., que se tornaram intelectuais na família pouco antes deste enveredar pelo mesmo caminho. Todavia, é importante ressaltar que tal tendência de reconversão era geral na elite brasileira, especialmente entre os paulistas.<sup>4</sup>

O menino fez seus primeiros estudos em casa, sob orientação de professores particulares. Coursou o ginásio e o clássico no Colégio São Luís, tradicional instituição

---

<sup>3</sup> Cf. Abreu, A. et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001. Especificamente os perfis biográficos dos membros da família Silva Prado.

<sup>4</sup> Cf. Miceli, S. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel Ed., 1979.

jesuítica de São Paulo. Toda sua formação inicial teria sido naquela escola, não fosse o ano que passou com a família na Inglaterra, onde esteve no Chelmsford Hall, em Eastbourn. A trajetória escolar de Caio Prado Jr. não é, de maneira nenhuma, excepcional, e corresponde às estratégias típicas da elite paulistana da época no que se refere à formação de seus filhos.

Em meados da década de 1920, Caio Prado Jr. ingressou no curso de Direito. As implicações sociológicas desta opção são bem descritas pelo historiador Paulo Iumatti:

Com 17 anos, escolhendo a faculdade de Direito, o jovem se enredou nas humanidades, demonstrando apego à família e à sua classe social, e abrindo caminho para a política, a economia e a literatura – o que, aliás, fazia-se “natural” por sua própria posição social e, em verdade, era esperado e desejado por “todos”.<sup>5</sup>

Poucos anos adiante, uma dissidência da oligarquia paulista – posicionada contra aqueles que ocupavam mais postos no governo e insatisfeita com os encaminhamentos da política nacional – fundou em São Paulo um partido de oposição. O recém-composto Partido Democrático se organizara como adversário do Partido Republicano Paulista. Este, há alguns anos, dominava a política do país e fornecia a maior parte dos quadros do governo. O PRP era um dos principais sustentáculos da chamada política do “café-com-leite”. Em relação à origem social dos membros dos dois partidos, não há muitas diferenças: ambos eram formados por homens ligados às grandes lavouras de café e por profissionais liberais de prestígio. No entanto, o Partido Democrático arregimentou uma maior quantidade de jovens, que, de alguma forma e por motivos diferentes, tinham a reprodução de sua posição social ameaçada. Conforme o sociólogo Sérgio Miceli, o PD “incorporou muitos daqueles que, por uma série de injunções sociais, se sentiam despejados do situacionismo perrepista”.<sup>6</sup> As diferenças e divergências políticas e ideológicas entre os dois partidos não interessam para este trabalho. Ainda assim, em poucas palavras, as propostas do Partido Democrático revelam um programa liberal; o PRP, por sua vez, defendia no discurso o mesmo liberalismo, mas, como afirma o historiador José Caselechi: “o descompasso entre a ideologia e a realidade percorreu, em vários níveis, esse domínio partidário”.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Iumatti, P. “Caio Prado Jr. e as Ciências Naturais: sua apreensão das transformações epistemológicas da virada do século XIX”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 4, abril de 2000. p. 105.

<sup>6</sup> Miceli, S. *Op. cit.* p. 11.

<sup>7</sup> Caselechi, J. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. p. 248.

O citado conselheiro Antônio da Silva Prado, tio-avô de Caio Prado Jr., foi quem organizou a fundação do novo partido e assumiu sua primeira presidência. Isto aconteceu em 1926. Seu sobrinho, Caio Prado (pai), fazia parte do conselho consultivo. Em 1928, Caio Prado Jr., recém-formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, por influência do pai, inscreveu-se no partido controlado pelos familiares.

Iumatti descreve o momento da graduação de Caio Prado Jr. como um período de indecisão: “Dentro do meio brasileiro e dada a alternativa, para ele possível, de viver sem trabalhar, o jovem não tinha futuro definido após graduar-se”.<sup>8</sup> No entanto, a filiação ao PD renovava os laços do novo bacharel com sua classe de origem (ou ao menos uma parte dela) e, desta forma, somava mais um elemento no sentido da reprodução das posições sociais de seus ascendentes. Este “sentido” da trajetória de Caio Prado Jr., resultado em grande medida do investimento familiar em seu capital cultural (escolar, principalmente), era reforçado continuamente e apontava, portanto, para aquela direção, cada vez mais precisa e definida.

### Primeiras experiências políticas

Na campanha presidencial de 1930, havia dois candidatos em disputa: Júlio Prestes, indicado pelo presidente Washington Luís como seu sucessor; e Getúlio Vargas, representante das elites regionais, que estavam insatisfeitas com a hegemonia paulista. O Partido Democrático se aliou a Getúlio Vargas. O candidato do governo tinha contra si a antipatia de largos setores da política nacional, porque, além de sua candidatura concretizar a pretensão paulista de permanecer no poder, a eleição de Júlio Prestes interromperia o revezamento, já não muito respeitado, entre paulistas e mineiros na presidência. A continuidade de membros da oligarquia paulista no governo federal conflitava, portanto, com interesses de outros grupos poderosos da política brasileira.

A disputa foi tensa. O episódio que Caio Prado Jr. protagonizou ilustra o fato. Em uma ocasião, durante a campanha, o jovem militante do Partido Democrático, provocativamente, deu um viva a Getúlio Vargas na presença de Júlio Prestes. A

---

<sup>8</sup> Iumatti, P. *Op. cit.* p. 105.



ousadia lhe custou algumas horas de prisão e rendeu um episódio lendário para todos os seus biógrafos (que, por sinal, não dizem que a prisão durou apenas algumas horas).<sup>9</sup>

Quem venceu nas urnas foi Júlio Prestes. Mas ele não chegou a assumir. Antes disto, estourou a “revolução”.<sup>10</sup> Em vários estados do país, houve ações militares, e os “revolucionários” rapidamente ganharam terreno. Entretanto, em São Paulo, o Partido Democrático, apesar do apoio à candidatura de Vargas, não participou ativamente destas articulações. Isto não impediu, de qualquer forma, que, menos de um mês depois do levante de armas, o presidente Washington Luís fosse deposto e uma junta provisória, formada por militares, assumisse o governo. Mas isto foi por pouco tempo, pois em apenas alguns dias, Getúlio Vargas, que contava com a aclamação popular, ocupou a presidência.

Segundo o historiador Francisco Iglésias, Caio Prado Jr. participou intensamente do movimento revolucionário: “Trabalhou na ligação de conspiradores, no estímulo aos hesitantes, na sabotagem de vias de comunicação que seriam usadas por forças destinadas a destruir o avanço das forças revolucionárias que viriam do Sul”.<sup>11</sup> Com a revolução vitoriosa, foi mandado a Ribeirão Preto para investigar possíveis desvios e erros dos governantes anteriores. Não encontrou nada de relevante e os inquiridos foram arquivados.<sup>12</sup> Como se sabe, o movimento não recebeu apoio oficial do Partido Democrático de São Paulo, do qual Prado Jr. fazia parte. Portanto, seu envolvimento foi independente e não bastou, mesmo somado ao dos demais paulistas empenhados na revolução, para constituir um apoio representativo do estado. Por isto, assim que Vargas assumiu o poder, a situação política em São Paulo foi alterada. O PRP, principal adversário do novo presidente, foi desarticulado. E o PD, que, quando apoiara a revolução, foi hesitante, não recebia do presidente as vantagens políticas que esperava. Sendo assim, de uma maneira geral:

Enquanto os elementos jovens do PRP acabaram se filiando a outras organizações e movimentos políticos (integralismo, partido comunista) em seguida à derrota da oligarquia paulista em 1930, os jovens militantes

---

<sup>9</sup> Quem revela esta informação é Elisabete Pádua, que organizou uma cronologia com os principais eventos da vida intelectual e política de Prado Jr. Nesta cronologia, ainda que peque por alguns equívocos, a autora especificou com detalhes a duração de todas as prisões de que o historiador foi vítima. Cf. Pádua, E. “Cronologia vida/obra de Caio Prado Júnior”. In: D’Incao, M. (org.). *História e ideal*. São Paulo: Ed. da Unesp; Ed. Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura – SP, 1989.

<sup>10</sup> Cf. Fausto, B. *Revolução de 30: Historiografia e história*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

<sup>11</sup> Iglésias, F. *Op. cit.* p. 14.

<sup>12</sup> Idem. *Ibidem*.

“democráticos” envidaram esforços em favor da reunificação das forças oligárquicas após 1930.<sup>13</sup>

Caio Prado Jr., apesar de “democrático”, seguiu um caminho semelhante ao de alguns jovens do PRP. Não participou da tentativa de reunificação da elite política paulista, mas sim se filiou ao Partido Comunista no ano seguinte à revolução. Além de “fugir à regra” sociológica, a inscrição de Prado Jr. no PCB significou uma ruptura pessoal do novo comunista com sua classe de origem, conforme Iumatti:

A solução – afastar-se do Direito e tornar-se um escritor e político marxista – implicava uma ruptura com as sufocantes expectativas que se colocavam para ele (não se imaginava de seu futuro nada menos que uma brilhante carreira de político, homem de negócios e escritor), e que ele mesmo, ambicioso, colocava para si mesmo. E a única compensação seria, embora pelo caminho inverso, a busca do reconhecimento: revés da culpa que o acompanharia pela ruptura.<sup>14</sup>

Com um pouco mais de dramaticidade, Florestan Fernandes explica quais foram as implicações propriamente sociológicas da opção de Prado Jr. pelo comunismo:

Com Caio houve uma quebra de lealdade, uma ruptura com a classe a que ele pertencia – e a classe que faria dele o que ele quisesse, com o talento e a fortuna de que dispunha. Ele poderia ter sido ministro do Estado, chefe de Estado, um dos grandes da República. Ele jogou tudo isso fora, para se dedicar ao movimento revolucionário mais temido e odiado. Ao proceder dessa forma, converteu-se em um traidor da classe.<sup>15</sup>

Acredito que a filiação de Prado Jr. ao Partido Comunista é a inflexão mais importante da sua trajetória. Até então, o jovem bacharel tendia a reproduzir a posição social de seus pais; a ser “o que ele quisesse”, na expressão um tanto exagerada de Fernandes; ou a cumprir o vaticínio de ter uma “brilhante carreira”, como seus pares almejavam, segundo Iumatti. Mas, assim que ele deixou a linha “tradicional” da

---

<sup>13</sup> Miceli, S. *Op. cit.* p. 11.

<sup>14</sup> Iumatti, P. *Op. cit.* p. 106.

<sup>15</sup> Fernandes, F. “A visão do amigo”. In: D’Incao, M. *Op. cit.* p. 34. Cf. também Madeira, A.; Veloso, M. “Caio Prado: modernista, contemporâneo”. In: Idem (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 2001. “[A] idéia de ruptura possui expressivo significado em sua trajetória e atividade intelectual [...] Rompe com valores e idéias de sua classe de origem – a burguesia; rompe com a concepção dominante de escrita da história, inaugurando um diálogo sistemático com o pensamento marxista e, ao mesmo tempo, com as fontes documentais e historiográficas. Reinterpreta os fatos, extraindo deles uma lógica, para a compreensão do processo histórico, iluminando-o com uma nova teoria e um novo método. Rompe com a ideologia burguesa do progresso, com a suposição de continuidade entre passado, presente e futuro”. Idem. *Ibidem.* p. 127.

trajetória política possível, que seria a continuação no Partido Democrático, e começou um novo caminho em um partido de orientação radical, as possibilidades de futuro que se lhe apresentavam mudaram totalmente de figura. De fato, novas perspectivas se abriram, porém, algumas portas, aquelas que o levariam à conquista dos objetivos propostos por sua classe de origem, foram fechadas.

O ano seguinte, 1932, teve como uma das principais marcas a “revolução constitucionalista”. Parte da elite paulista, majoritariamente do Partido Democrático, uniu-se e tentou promover um novo golpe. Todavia, não obteve o apoio dos demais estados da nação e acabou novamente derrotada pelas forças federais. Conseguiu, de todo modo, que o presidente Getúlio Vargas passasse a respeitar mais a importância de São Paulo e atendesse com mais esmero aos seus interesses.

Prado Jr. não participou desta contenda e, a princípio, teria se posicionado contra os revolucionários, temeroso de que a antiga ordem fosse restaurada.<sup>16</sup> Naquele momento, de maneira modesta e sem ocupar nenhum cargo de relevo, ele iniciava sua militância no Partido Comunista.

Até 1930, o PCB era formado principalmente por quadros operários, sendo que a maioria era de dissidentes do movimento anarquista. Seu número de militantes foi até esta data pequeno, não passava de mil. Mas com a desarticulação da elite oligárquica paulista, o partido foi reforçado com jovens cuja classe de origem não era operária. De qualquer maneira, somente alguns anos mais tarde é que o PCB teria um peso significativo na política nacional.<sup>17</sup>

### Livro de estréia

Em 1933, quando Caio Prado Jr. estava com 26 anos, foi publicado seu primeiro livro *Evolução política do Brasil*. As informações a respeito da primeira edição são um pouco desconhecidas. Segundo Elisabete de Pádua, o livro teria sido impresso pela Editora Martins.<sup>18</sup> Entretanto, Sérgio Miceli informa que tal editora iniciou suas atividades somente em 1940,<sup>19</sup> o que invalidaria a informação anterior. Em um perfil biográfico sobre o historiador elaborado pela Divisão de Acervo Histórico da Assembléia

---

<sup>16</sup> Iglésias, F. *Op. cit.* p. 15.

<sup>17</sup> Sobre o PCB cf. Carone, E. *O PCB*. São Paulo: Ed. Difel, 1982. 3 Vol.

<sup>18</sup> Pádua, E. *Op. cit.* p. 485.

<sup>19</sup> Miceli, S. *Op. cit.* p. 82, nota 16.

Legislativa do Estado de São Paulo, afirma-se que os gastos com a impressão teriam sido às expensas do próprio autor.<sup>20</sup> De fato, o livro foi editado pela Empresa Gráfica Revista do Tribunal.<sup>21</sup>

Parece-me provável que aquele perfil biográfico da Assembléia Legislativa esteja correto. Por mais que a Revista do Tribunal efetivamente tenha editado o livro, é bastante plausível que não tenha arcado com os custos. De acordo com Sérgio Miceli, quase um quarto da produção do mercado editorial brasileiro, ainda que em um período ligeiramente adiantado da data em questão (entre 1938-1943), era proveniente de pequenas gráficas, de edições patrocinadas pelos próprios autores ou de edições sem a indicação do editor. Esta parcela foi maior no final da década de 1920 e início da década de 1930, antes do surto editorial deste último decênio. “Houve [...] uma extensão significativa dos circuitos de comercialização do livro no correr dos anos 30 e, em consequência, uma diminuição no número de obras financiadas pelos próprios autores”.<sup>22</sup> Em 1933, esta extensão apenas se iniciava e, portanto, não seria nada estranho que um jovem financeiramente abonado patrocinasse seu próprio livro.

A editora da Revista do Tribunal foi fundada em 1927, tinha, portanto, apenas seis anos de existência quando publicou *Evolução política do Brasil*. Wilson Martins cita um depoimento de Néelson Palma Travassos, um dos proprietários da empresa, no qual se afirma que, nos primeiros tempos, sua gráfica trabalhava pouco.<sup>23</sup> Além disso, a editora não aparece em nenhuma das listas organizadas por Miceli, que focou seu interesse nas médias e grandes. Neste sentido, é possível inferir que ela figurava entre as pequenas, que mais comumente faziam serviços de encomenda.

Outro indício que favorece essa hipótese é o quase inacreditável “esquecimento” de Wilson Martins sobre a *Evolução política do Brasil*. No levantamento exaustivo de títulos publicados no ano de 1933 preparado pelo autor, não figura o de Caio Prado Jr. A pequena falha talvez tenha sido provocada por uma baixa tiragem e/ou por uma má distribuição do livro em questão, que de fato passou despercebido pelo autor.<sup>24</sup> Se Prado

---

<sup>20</sup> “Caio da Silva Prado Júnior: Um perfil biográfico”. In: Prado Jr., C. *Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista*. Versão para eBook: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2001.

<sup>21</sup> Cf. o original: Prado Jr., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Ed. Empresa Gráfica Revista do Tribunal, 1933.

<sup>22</sup> Miceli, S. *Op. cit.* p. 85.

<sup>23</sup> Travassos, N. apud Martins, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix; Ed. da USP, 1978. v. 7. 1933-1960. p. 207. Os outros proprietários da Empresa Gráfica Revista dos Tribunais eram Veiga Miranda e Noé Azevedo.

<sup>24</sup> Martins, W. *Op. cit.* Martins cita apenas a edição de 1953, cujo título é *Evolução política do Brasil e outros estudos*.

Jr. arcou mesmo com as despesas da publicação de seu livro, talvez ele não tenha investido cuidadosamente na sua difusão. No entanto, na primeira edição do *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, que também é de 1933, Caio Prado Jr. já é citado por *Evolução política do Brasil*. A atenção de Freyre, contudo, não desdiz a hipótese de que houve uma má circulação do livro do jovem historiador. O sociólogo pernambucano, por sua condição de estudioso da realidade brasileira, estava especialmente atento para títulos afins ao seu trabalho. O que não pode ser estendido à maior parte do público leitor daquela época.<sup>25</sup>

Em 1947, o livro veio a lume pela segunda vez, já então pela Editora Brasiliense, de propriedade de Caio Prado Jr. Nas edições posteriores, o volume deixou de ser publicado no mesmo formato. A partir de 1953, o livro ganhou novos textos e o título foi ampliado para *Evolução política do Brasil e outros estudos*.

O livro *Evolução política do Brasil* começa da seguinte maneira: “Isto que o leitor vai ler não é uma História do Brasil. Como indica o próprio título, é um simples ensaio”.<sup>26</sup> Esta referência é estranha às edições que não as duas primeiras, cujo subtítulo era: *Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*. O prefácio que traz a frase faz parte do texto original e foi mantido nas edições posteriores, mas a supressão do subtítulo evidentemente removeu a referência concreta da expressão.<sup>27</sup>

Francisco Iglésias observa que este adendo indicava a originalidade do pensamento de Caio Prado Jr. Em outras palavras, marcava uma posição nova, pela inserção de uma diferença, na produção historiográfica do país. Segundo Iglésias, o marxismo, pela primeira vez, “era inteligentemente aplicado na historiografia brasileira”.<sup>28</sup> A consagração *a posteriori* demonstra o sucesso futuro do novo posicionamento. Anos depois, o subtítulo foi “criteriosamente”, conforme Iglésias, abandonado. Ou seja, “a interpretação materialista” já não era mais uma novidade e sua

---

<sup>25</sup> Cf. Freyre, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Maia & Schmidt, 1933. Agradeço a Fernando Nicolazzi por esta informação.

<sup>26</sup> Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil”. In: Idem. *Evolução política...op. cit.* p. 7.

<sup>27</sup> Há algumas informações desencontradas a respeito também desta segunda edição. Iglésias afirma que em 1946 saíra a primeira edição do volume ampliado e já sem o subtítulo. Mas os volumes que consultei informam que a segunda edição saiu em 1947 e sem ampliações. Segundo o que pude verificar, os outros estudos somente foram adicionados em 1953. De qualquer maneira, todos os novos estudos foram escritos antes de 1946 e alguns já haviam sido publicados em outros volumes. Cf. Iglésias, F. *Op. cit.*; também cf. Prado Jr., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966; cf. Idem. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953; e Idem. *A revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966. Em todos estes volumes, há informações sobre outras obras publicadas por Caio Prado Jr. e suas respectivas datas e edições.

<sup>28</sup> Idem. *Ibidem*. p. 7. Sobre os trabalhos marxistas brasileiros que antecederam o de Caio Prado Jr., cf. Konder, L. “A façanha de uma estréia”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.*

referência insistente perdera a função de inserir marcas. Não seria mais necessário reafirmar tal posição visto que ela já estaria consolidada no campo intelectual brasileiro, tanto como uma abordagem possível e legítima de análise da sociedade, quanto como a opção de Prado Jr. em suas interpretações.<sup>29</sup> Na década de 1950, novas concepções do trabalho intelectual passam a vigorar no país, principalmente por conta da organização das universidades, segundo o historiador Carlos Guilherme Mota.<sup>30</sup> O marxismo, neste contexto, tornou-se um distintivo da opção política e/ou teórica de seu usuário, mas não chamava mais a atenção como algo novo e revolucionário, pois o momento em que assim era encarado passara. Neste sentido, Iglésias diz que a supressão do subtítulo foi uma atitude criteriosa. Afinal, “significativo não é o rótulo, mas a realização”.<sup>31</sup>

A história deste adendo acompanha um trecho da trajetória de Caio Prado Jr. como produtor de bens culturais. O subtítulo apareceu quando Prado Jr. era um recém-chegado, que contava quase apenas com sua convicção para se impor ao campo intelectual. Seu abandono, por sua vez, aconteceu vinte anos depois, em um momento no qual o historiador já havia se consolidado como um intelectual de prestígio e no qual carregar o “rótulo” de marxista não significava mais do que uma opção.

O livro é apresentado como “um simples ensaio”. Explicitamente: “Não é uma História do Brasil”. A isto se soma a proposta de ser “tão-sòmente [...] a síntese da evolução política do Brasil”. Um leitor contemporâneo poderia identificar certa ironia nestas palavras, mas, parece-me, elas são, sobretudo, uma demonstração de humildade e uma forma de amenizar possíveis críticas ao seu trabalho (a ironia, de qualquer forma possível, afinal a idéia de “síntese” é muito valorizada pelos marxistas, ficaria em segundo plano). No mesmo sentido, o prefácio ainda admite “os defeitos que serão encontrados e que [o autor é] o primeiro a reconhecer”. Todavia, isso tudo seria justificado por ser sua intenção “apenas dar a resultante média dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a linha mestra em torno de que se agrupam êstes fatos”. Além disto, tratava-se “de um método relativamente nôvo [...] de analisar a história brasileira [...] a interpretação materialista”.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Conforme o historiador Edgar Carone, o marxismo no Brasil tem uma primeira e importante expansão editorial durante a década de 1930, no mesmo movimento de ampliação da atividade geral do setor. Após o golpe de 1937 e durante a II Guerra Mundial, esta atividade diminui muito. A partir de 1945, é que efetivamente o marxismo começa a ser divulgado de maneira significativa e passa a condição de doutrina conhecida e reconhecida no país. Cf. Carone, E. *O marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos, 1986.

<sup>30</sup> Mota, C. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ed. Ática, 1998. p. 154.

<sup>31</sup> Iglésias. *Op. cit.* p. 7.

<sup>32</sup> Prado Jr., C. “Evolução política...”. In: Idem. *Evolução política... Op. cit.* p. 7.

O que há nessas passagens é um misto de modéstia e ousadia. Ao mesmo tempo em que se desculpa com o leitor pelos possíveis equívocos, afirma o valor de sua empreitada pela novidade. Esta novidade, por um lado, abre caminhos, pois pretende dizer algo que ninguém disse antes; porém, por outro lado, enfrenta a dificuldade de não possuir uma tradição na qual se fundar. Sendo assim, tal tarefa se mostra perigosa, afinal as chances de fracasso são consideráveis. Contudo, esta situação, se superada com sucesso, pode ser amplamente consagradora: os valores comumente relacionados à posição de pioneiro – como a ousadia e a coragem necessárias para sustentar o novo posicionamento, ou a firmeza e constância, também necessárias, para enfrentar e superar as dificuldades – são fixados à imagem daquele a quem se atribui a realização a contento da missão do pioneirismo. As virtudes selecionadas (ousadia, coragem, firmeza e constância), mais tarde, nas biografias e depoimentos de amigos ou familiares, serão algumas das qualidades destacadas em Caio Prado Jr., justo em referência à sua estréia. Com relação às suas obras posteriores, além de tais virtudes, haverá um destaque especial dos comentadores à coerência do historiador.

O autor insiste que seu trabalho é uma síntese, e não uma história. A escolha do primeiro “gênero” se justifica por dois motivos (o primeiro analisado agora e o segundo um pouco mais adiante): “Em primeiro lugar, [porque] para fazer a história completa [...] seria necessário um material que está em grande parte ainda por constituir-se”. Este material não existia no momento, pois:

Os nossos historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo de nossa história de que êstes acontecimentos não são senão um reflexo exterior.<sup>33</sup>

Para o estreado, a única exceção seria Oliveira Viana, por mais que tenha pecado pela inexatidão. Essas declarações tinham a intenção de remeter ao passado a produção historiográfica que naquele momento era dominante. A suposta insuficiência dos “nossos historiadores” fazia deles autores ultrapassados. Ao propor a investigação do “que se passa no íntimo de nossa história”, em oposição àquela da “superfície dos acontecimentos”, além de deslegitimar os estabelecidos, Prado Jr. procurava afirmar sua

---

<sup>33</sup> *Idem. Ibidem.* p. 7.

posição como única legítima.<sup>34</sup> Com a publicação do livro, o autor tentava se impor ao campo de produção intelectual e criava uma nova posição neste espaço. A estratégia principal que utilizava para se inscrever era definir o seu lugar contra determinadas características da postura dominante.<sup>35</sup> Ele “quis mostrar [...] que também na nossa história os *heróis e os grandes feitos* não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial...”. Contra a história oficial, Caio Prado Jr. propõe a desmistificação dos “heróis e grandes feitos”, revelando os interesses da classe dominante que estariam por trás deles.

Entretanto, por outro lado, apropriava-se de valores com os quais os dominantes certamente se identificariam. Tanto uma análise profunda (“o que se passa no íntimo de nossa história”), quanto o situar os fatos da história brasileira e mostrá-los “como fruto que são do desenvolvimento histórico”, são pretensões que poderiam figurar em outros livros de história da época.<sup>36</sup> Quando Prado Jr. remete ao passado a produção dominante por causa de sua insuficiência e assume valores que por ela também seriam defendidos,

---

<sup>34</sup> A dinâmica fundamental dos campos de produção restrita, conforme a conceituação de Bourdieu, é uma disputa pelo monopólio da legitimidade. No Brasil da época, mesmo que o campo da historiografia não possuísse autonomia suficiente em relação ao campo de poder geral, esta dinâmica estava presente. Objetivamente, não havia lugar para dois pontos de vista divergentes; conforme a performatização referente ao campo, um deles emergiria como hegemônico. Nos dias de hoje, de uma perspectiva exterior ao campo intelectual, talvez, possa-se falar em um “oligopólio” da legitimidade científica, dado que alguns pontos de vista diferentes e divergentes têm sustentação social suficiente dentro deste campo para se imporem de modo eficaz. Mas isto não se verificava na época em questão. Além disso, é preciso notar que a intenção objetiva de monopolizar a legitimidade não é necessariamente consciente, mas sim uma característica da dinâmica estrutural dos campos de produção de bens culturais. Cf. Bourdieu, P. “Estrutura, habitus e prática”. In: Idem. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

<sup>35</sup> Utilizo aqui a noção de estratégia conforme a proposição de Bourdieu: “Os agentes sociais têm ‘estratégias’ que só muito raramente estão assentadas em uma verdadeira ação estratégica”. Ou seja, as ações sociais não são necessariamente fruto de planos calculados. De fato, para a maior parte dos casos, elas não são conscientes (o que não é o mesmo que inconscientes). Afinal, como o mesmo sociólogo adverte: “Substituir uma relação prática de pré-construção, presença imediata de um por vir inscrito no presente, por uma consciência racional, calculista, que se coloca objetivos como tais, como possíveis, é abrir espaço para a questão do cinismo, que coloca como tais objetivos inconfessáveis”. Bourdieu, P. “É possível um ato desinteressado?”. In: Idem. *Razões práticas... Op. cit.* pp. 145 e 146.

<sup>36</sup> Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil”. In: Idem. *Evolução política... op. cit.* p. 8. Grifo original. Dentre outros autores da época, há, por exemplo, Oliveira Vianna, que apresenta seu problema da seguinte maneira: “Desde o momento em que a ciência confessava a sua ilusão e reconhecia que as leis geraes, a que havia chegado, não correspondiam á realidade das formas infinitas de vida, compreendi que a melhor cousa a fazer não era insistir por encerrar a nossa evolução nacional dentro dessas formulas vans [...] O mais sabio caminho seria tomar para ponto de partida o nosso povo e estudar-lhe a gênese e as leis da propria evolução”. Vianna, O. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 1933. p. 29. (1.<sup>a</sup> edição de 1923). Também, Plínio Salgado, que, ainda que alguns anos mais tarde (1.<sup>a</sup> edição de 1949), afirma sobre seu trabalho: “Para o estudo que estamos procedendo, *mais amplo e profundo*, do ritmo da História Humana, essas reações [das nacionalidades contra o Império] não passam de meros fatos episódicos de inadaptação nacional às condições de uma situação imperial”. Salgado, P. *O ritmo da história*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Clássica Brasileira, s/d. p. 13. Grifo meu.



ele, de certa forma, acusa a historiografia estabelecida de não respeitar os próprios valores, acusa-a de hipocrisia e/ou mediocridade.<sup>37</sup> Bastaria ter datado os “nossos historiadores” e se apropriado daqueles seus valores para deixar implícita tal acusação. Mas Prado Jr. explicita-a nas referências a Rocha Pombo e Joaquim Nabuco. No caso, ambos são criticados pelo tratamento que destinaram às “revoluções populares” do período da Menoridade.

Mais adiante, o estreante apresenta o segundo motivo para justificar sua escolha pela síntese e não pela história: “Em segundo lugar, uma história completa só teria probabilidade de interessar um reduzido número de leitores”. Seu livro, segundo o autor, estava “ao alcance de todo mundo”. Não obstante isto, a “história completa” é uma pretensão para “algum dia tentar”.<sup>38</sup> A pretensão de escrever um livro “ao alcance de todo mundo” é um dos elementos que revela a pouca familiaridade de Prado Jr. com as dinâmicas do campo intelectual e, portanto, sua inexperiência neste espaço. Pois sua estratégia discursiva era muito diferente da dos historiadores que estavam preocupados com a divulgação da história para um público amplo. Conforme a historiadora Angela de Castro Gomes, desde, pelo menos, o início do século XX, os historiadores vinham apresentando interesse em permitir e promover um acesso mais amplo do público ao conhecimento histórico. No entanto, não através de uma síntese, mas sim com: “O gênero romance, os artigos escritos para jornais de ampla circulação – textos de crítica literária e resenhas de livros – e também os livros para crianças”.<sup>39</sup> Além disso, é preciso considerar os fatos em torno da edição e difusão do livro (financiado pelo próprio autor e, aparentemente, sem distribuição adequada). Apesar de ter se tornado um produtor de bens culturais com esta publicação, Prado Jr. não produzira, de fato nem poderia, a necessidade no público pelos seus produtos. Além do mais, sua proposta se enquadra, de certa forma, como um trabalho de vanguarda (“um método relativamente

---

<sup>37</sup> Esta situação é estruturalmente semelhante àquela que Bourdieu identifica para o campo artístico francês de meados do século XX. As conclusões do sociólogo sobre a matéria podem ser aproximadas ao caso de Caio Prado Jr., pois tanto as vanguardas artísticas francesas como o historiador brasileiro se utilizaram de estratégias equivalentes. Em ambos os casos, “[os pretendentes] são condenados a promoverem revoluções parciais que deslocam as censuras e transgridem as convenções, mas em nome dos próprios princípios reivindicados por elas. É a razão pela qual a estratégia por excelência é o retorno às fontes que se encontra na origem de todas as subversões heréticas e de todas as revoluções letradas porque permite voltar contra os dominantes as armas em nome das quais eles haviam imposto sua dominação e, em particular, a ascense, a audácia, o ardor, o rigorismo e o desinteresse”. Bourdieu, P. *A produção da crença*. São Paulo: Ed. Zouk, 2004. p. 33.

<sup>38</sup> Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil”. In: Idem. *Evolução política... op. cit.* pp. 7 e 8.

<sup>39</sup> Gomes, A. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 120.

nôvo”); e, enfim, os produtos de vanguarda normalmente têm seu consumo massivo protelado para um futuro mais ou menos distante.<sup>40</sup>

Caio Prado Jr., além do pequeno prefácio, divide seu livro em quatro capítulos. Destina os dois primeiros ao período colonial. O terceiro, dito o mais importante, é separado para a análise do processo de Independência do Brasil, que o autor intitula Revolução. No último capítulo, o tema é o Império, mais especificamente o Segundo Reinado. O foco principal, como está claro, é a Independência. Em termos cronológicos, o autor baliza este processo entre 1808 e 1849.

Quanto à revolução da Independência, dei-lhe uma amplitude maior que a geralmente adotada. Assim procedi porque quis abranger com ela todos os fatos que diretamente a ela se filiam. O período que vai da chegada de D. João à instituição do Império (1808-1822) é um período preparatório. O seguinte, até a revolta de 7 de abril de 1831, de transição: não há quem não reconheça no 7 de abril um complemento do 7 de setembro. A Menoridade é a fase de ebulição, em que as diferentes classes e grupos sociais se disputam a direção do nôvo estado nacional brasileiro. No primeiro decênio do Segundo Reinado declinam estas agitações, e se define o caráter político oficial, a feição política definitiva do Império. Como se vê, a nossa história política destes quarenta anos gira em torno da revolução da Independência, e, assim, deve ser estudada esta mesma epígrafe geral.<sup>41</sup>

Dentro do terceiro capítulo, há ainda uma parte extensa “sôbre o histórico das revoluções da Menoridade (1831-40) e de princípios do Segundo Reinado”. Este excursão se justifica “porque, de todos os fatos da nossa história, nenhum há tão pouco compreendido – o que naturalmente nada tira à sua primordial importância”.<sup>42</sup> É ao enfatizar tais revoluções que o estreante trás, pela primeira vez no Brasil, as classes dominadas como protagonistas da história e, assim, reforça sua inserção no campo contra a historiografia dominante.

#### Prado Jr. e o comunismo na década de 1930

Além de publicar a *Evolução política do Brasil*, em 1933, Prado Jr. realizou uma viagem à Rússia, da qual resultou um livro editado no ano seguinte: *URSS, um novo*

---

<sup>40</sup> Cf. Bourdieu, P. *A produção da crença... op. cit.*

<sup>41</sup> Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil”. In: Idem. *Evolução política... Op. cit.* p. 9.

<sup>42</sup> Idem. *Ibidem.* p. 8.

*mundo*.<sup>43</sup> De volta à terra natal, Caio Prado viu seu partido crescer. O aceite do PCB sobre a filiação de Luís Carlos Prestes, líder tenentista de prestígio considerável entre as camadas médias da sociedade brasileira, atraiu muitos novos militantes. Além disso, no novo programa do partido, as reivindicações da classe operária deram lugar a uma temática nacionalista, o que também ajudava a interessar aquelas camadas. E, com a organização da Aliança Libertadora Nacional, facilitada pelas novas orientações da VII Internacional Comunista, o PCB ganhou uma projeção nacional significativa.

Em pouco mais de dois meses, segundo estimativas modestas, a ANL contava, entre os seus, com 70 mil a 100 mil pessoas.<sup>44</sup> Em São Paulo, Miguel Costa, que anos antes tinha acompanhado Luís Carlos Prestes na famosa aventura da coluna tenentista pelo interior do continente, assumiu a presidência regional da Aliança. Pela primeira vez, foi destinado a Caio Prado Jr. um cargo de relevo político – para ele coube a vice-presidência da mesma regional.<sup>45</sup> O líder nacional era simbolicamente Prestes, que não assumira de fato por se encontrar clandestino naquele momento.

Os planos ousados da Aliança, revelados publicamente por Carlos Lacerda em um discurso inflamado, visavam a tomada do poder. Com isso, Getúlio Vargas, que não tinha motivos para simpatizar com o movimento, conseguiu uma justificativa para persegui-lo. Em julho de 1935, a ANL foi considerada ilegal. Seus líderes e membros mais proeminentes foram, pouco a pouco, capturados. Caio Prado Jr. foi preso no Rio Grande do Sul e logo transferido para São Paulo. Permaneceu na prisão até 1937, quando o então Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, mandou que soltassem mais ou menos 300 presos políticos. Livre, exilou-se voluntariamente na França, onde atuou, principalmente, na ajuda de refugiados republicanos da Guerra Civil Espanhola. Mas, além disso, segundo Paulo Iumatti, Prado Jr. vivenciou com intensidade a vida intelectual e universitária francesa, o que teria sido marcante em sua formação.<sup>46</sup>

Em 1939, Prado Jr. retornou ao Brasil. Sua volta antecedeu de pouco a eclosão da II Guerra Mundial. No país, o PCB passava por um processo de reorganização. A direção central fora desarticulada e se formaram vários comitês regionais mais ou

---

<sup>43</sup> Este livro não será objeto de análise na minha dissertação, como foi explicado na introdução.

<sup>44</sup> Fausto, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 360.

<sup>45</sup> No panfleto de Caio Prado Jr. para a campanha eleitoral de 1945, na qual ele concorreu para Deputado Federal, é informado que o candidato fora presidente, e não vice, da ANL em São Paulo. Efetivamente, não foi assim, mas a pequena deformação é compreensível visto os fins políticos a que se destinava. Cf. Iumatti, P. *Diários políticos de Caio Prado Júnior.: 1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998. pp. 214-215.

<sup>46</sup> Iumatti, P. “Caio Prado Júnior e as Ciências...” *Op. cit.* p. 109.

menos independentes. Uma das poucas bandeiras coletivas era a de união nacional, levantada logo após, e em função de, o Brasil ter declarado guerra à Alemanha e à Itália. O Partido ficou dividido em três grupos principais: um deles, liderado pelos irmãos Paulo e Pedro Lima, propunha o apoio a Vargas e chegava a admitir a dissolução do PCB caso fosse necessária à união; outro grupo, chefiado pelos comunistas do Rio de Janeiro, que formavam a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), defendia que se apoiasse o governo Vargas apenas enquanto um esforço de guerra, mas não aceitava a extinção do Partido – seus principais líderes eram Amarílio Vasconcelos e Maurício Grabois; e o terceiro grupo era de São Paulo, que formou um dos Comitês de Ação, em oposição principalmente à CNOP, e defendia a luta tanto contra o fascismo europeu quanto contra o nacional, portanto, não partilhava da tese de “união nacional” no mesmo sentido dos demais – a liderança deste grupo estava nas mãos de Caio Prado Jr. Mas, conforme afirma o historiador Jacob Gorender, ele desistiu desta liderança em nome da de Luís Carlos Prestes.<sup>47</sup>

### Consolidação intelectual

Pela Editora Martins – uma casa de publicação nova, mas que despontava como uma das mais importantes do momento no que se refere à publicação de trabalhos de intelectuais<sup>48</sup> – saiu, em 1942, a *Formação do Brasil contemporâneo*. Este livro consagrou Caio Prado Jr. bastante rapidamente. Se, a título de comparação, os efeitos modestos da recepção de *Evolução política do Brasil* em 1933 podem ser postos em contraponto com os de *Casa-grande & senzala*, do mesmo ano, que, “como se sabe, tornou-se instantaneamente um clássico dos nossos estudos sociais e exerceu influência literalmente incalculável”;<sup>49</sup> *Formação do Brasil contemporâneo*, por sua vez, teria

---

<sup>47</sup> “Em 1943, na Conferência da Mantiqueira, a CNOP se declarou Partido Comunista e elegeu um Comitê Central, à cuja frente, no cargo de secretário geral *in absentia*, colocou Luís Carlos Prestes [...] Admirador de Prestes e colocando a causa do socialismo acima de vaidades pessoais, Caio Prado desistiu dos Comitês de Ação e ingressou no PCB dominado pelo núcleo CNOP agrupado em torno de Prestes”. Gorender, J. “Do pecado original ao desastre de 1964”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.* p. 268.

<sup>48</sup> Cf. Miceli, S. *Op. cit.*

<sup>49</sup> Martins, W. *Op. cit.* p. 6. Martins ainda acrescenta sobre *Casa-grande & Senzala*: “Pode-se dizer, sem exagero, que ele modificou as nossas estruturas mentais, forçou-nos a *pensar* de maneira diferente.” *Idem. Ibidem.* p. 6.

colocado Prado Jr. no mesmo patamar de Gilberto Freyre. A partir de então, o historiador passou a ser respeitado como um intelectual de grande competência.<sup>50</sup>

De início, *Formação do Brasil contemporâneo* era um projeto mais amplo, cujo futuro previa mais três volumes. No entanto, o autor não o completou. Apenas o volume sobre a Colônia veio a público. Mesmo assim, isto não impediu o sucesso da obra. A referência clássica para demonstrar a importância do livro é o depoimento de Antonio Candido no Prefácio de 1967 para a reedição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda:

Os homens que estão hoje [1967] um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado em função de três livros: *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo.<sup>51</sup>

Candido exagera um pouco no que diz respeito à repressão do Estado Novo, ainda que efetivamente houvesse alguma. Como lembra a historiadora Lúcia Lippi de Oliveira, Getúlio Vargas, aos poucos, atraía os produtores de bens culturais para sua órbita.<sup>52</sup> Conforme Wilson Martins, “encarado, embora, com desconfiança e hostilidade por numerosos intelectuais, a verdade é que o Estado Novo criara um clima de enorme expansão cultural”.<sup>53</sup> Os escritores mais importantes, no início e de um modo geral, não aprovaram o governo instalado pela revolução de 1930. De acordo com Lúcia de Oliveira, “os intelectuais consagrados, seja no campo da literatura ou como ensaístas

---

<sup>50</sup> Conforme a historiadora Maria Odila da Silva Dias, pouco tempo após a publicação, Prado Jr. era “aplaudido e reconhecido por um público significativo”. Dias, M. “Prefácio”. In: Iumatti, P. *Diários... op. cit.*, p.12.

<sup>51</sup> Candido, A. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: Holanda, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1995. p. 9. Antes de Candido, José Honório Rodrigues já apontara para este trio como os representantes por excelência da renovação historiográfica no Brasil. “Foi José Honório Rodrigues quem mais insistiu no fato de que a historiografia brasileira teve em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior os historiadores que rompem com o que ele chamava de historiografia conservadora”. Odália, N. “A vocação do historiador”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.* São Paulo: Ed. da Unesp/Ed. Brasiliense, 1989. p. 111

<sup>52</sup> Oliveira, L. “As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado”. In: *A revolução de 30: Seminário internacional*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

<sup>53</sup> Martins, W. *Op. cit.* p. 180.

dos nossos problemas sócio-culturais, não estiveram diretamente envolvidos com a revolução de 30, nem mesmo a aplaudiram”.<sup>54</sup> Entretanto, a partir da instauração do Estado Novo, em 1937, por causa e conforme se foram adotando certas posturas políticas, a aproximação mútua foi crescente. Segundo a mesma historiadora:

Somente à medida que uma perspectiva liberal vai sendo abandonada pelo novo governo é que este ganha a adesão dos intelectuais que, preocupados em formular projetos nacionais, vêem o Estado como o espaço para a sua atuação enquanto artífices de uma nova ordem.<sup>55</sup>

É importante observar que Caio Prado Jr., mais uma vez, percorre a trajetória “contra a corrente”. Antes ele havia abandonado a carreira no Partido Democrático, que era o único estruturado em São Paulo, em nome da militância comunista. No momento em questão, enquanto os escritores mais reconhecidos se aproximavam do Estado, o historiador se afastava dele. Sem contar o fato de que Prado Jr. apoiou a Revolução de 30, ao tempo em que a maior parte dos intelectuais consagrados, como visto logo atrás, não se envolveu na contenda. E, mesmo quando houve certa aproximação política entre o PCB e Getúlio (como no apoio dos comunistas ao “queremismo” em 1945), Prado Jr. se posicionou contra.<sup>56</sup> Pode-se dizer que faltava a Caio Prado Jr. certo senso de autopreservação social, como aquele, conforme Sérgio Miceli, de alguns escritores da época.

As características comuns que Miceli destaca nas trajetórias dos pensadores autoritários brasileiros das décadas de 1930 e 1940 coincidem em grande medida com as da origem social de Prado Jr.:

A maioria dos pensadores autoritários provinha de famílias de estirpe, cuja antigüidade na classe dirigente remontava aos tempos do Império, ou então, se originava de antigos ramos senhoriais ligados à propriedade da terra. Quando não descendia de famílias há muitas gerações especializadas no trabalho político e cultural, contando entre os seus antepassados com figuras de renome nas profissões liberais, nas letras, na atividade parlamentar e no desempenho das mais altas funções públicas [...], eram filhos de fazendeiros cujas famílias se encontravam em acentuado declínio material [...]. Dispondo de toda espécie de trunfos sociais e culturais para que pudessem levar a cabo uma trajetória escolar bem sucedida – professores particulares, colégios de elite e a passagem

---

<sup>54</sup> Oliveira, L. *Op. cit.* p. 516.

<sup>55</sup> Idem. *Ibidem.* p. 516.

<sup>56</sup> Cf. especialmente Iumatti, P. *Diários... Op cit.*

de praxe pelo curso jurídico –, e pertencendo a famílias cuja sobrevivência na classe dominante implicava na repartição dos filhos pelas posições políticas, intelectuais e burocráticas, o fato de que tenham se especializado na carreira intelectual deve-se muito mais ao imperativo de reproduzirem as posições de classe que os seus vinham monopolizando do que às conveniências impostas por uma estratégia recente de reconversão.

Em suma, diversamente de outras categorias de intelectuais cooptados pelo estamento burocrático nas décadas de 30 e 40, as famílias de alguns dentre os pensadores autoritários estavam ligadas desde há muito tempo à cúpula da elite burocrática, valendo-se de seu capital de prestígio e honorabilidade para se assenhorearem das benesses concedidas pelo poder central. Os pensadores autoritários eram, na verdade, herdeiros que puderam tirar partido de uma correlação de forças extremamente favorável à produção de obras cujos reclamos reformistas coincidiam com os interesses de auto-preservação da fração de classe a que pertenciam.<sup>57</sup>

De qualquer forma, e independente disso, o impacto de *Formação do Brasil contemporâneo* foi grande, principalmente entre os jovens de esquerda.<sup>58</sup> No livro, o historiador lança sua tese fundamental sobre o “sentido da colonização”, na qual propõe que o Brasil se formou para fornecer gêneros tropicais aos países da Europa. Uma interpretação que se baseava em uma visão de conjunto sobre a história brasileira. Nas suas palavras: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto”.<sup>59</sup>

Essa tese, como observa Octávio Ianni, terá profunda influência em toda a produção brasileira posterior das ciências sociais, e especialmente na historiografia sobre o Brasil colonial.<sup>60</sup> Isto é evidente nos trabalhos de importantes historiadores

---

<sup>57</sup> Miceli, S. *Op. cit.* pp. 166-167.

<sup>58</sup> Candido, A. *Op. cit.*

<sup>59</sup> Prado Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957.

<sup>60</sup> “Caio Prado Júnior é o fundador da interpretação dialética do Brasil. Por sua originalidade e influência, essa interpretação institui toda uma corrente não só da historiografia mas do pensamento brasileiro. É inegável a sua importância para o conjunto das ciências sociais. Também é evidente a sua presença na história das idéias filosóficas, em controvérsias sobre as relações entre o pensamento e as configurações sociais de vida.” Ianni, O. “A dialética da história”. In D’Incao, M. (org.). *Op. cit.* p. 73. José Carlos Reis é da mesma opinião e quase nas mesmas palavras: “É inegável a sua importância para o conjunto das ciências sociais no Brasil. A escola marxista universitária brasileira é pradiana.” Reis, J. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 176

como Fernando Novais, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender e, mais recentemente, João Fragoso e Manolo Florentino.<sup>61</sup>

Diferente de *Evolução política do Brasil*, na obra de 1942, Caio Prado Jr. não declara tão explicitamente a que veio. Não obstante, suas intenções estão bem claras. Para o autor, o início do século XIX “marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova”. Isto posto, ele continua: “Para o historiador, bem como para qualquer um que procure compreender o Brasil, inclusive o de nossos dias, o momento é decisivo”.<sup>62</sup> Todavia, este momento precisava ser observado de um “ângulo geral e amplo”. O historiador que se posicionasse assim perceberia que, na evolução de um povo:

Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o *sentido* daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. É isto que precisamos começar por fazer com relação ao Brasil.<sup>63</sup>

Assim se torna claro que, em primeiro lugar, seu objetivo era compreender e explicar o Brasil, inclusive – ou, de fato, principalmente – o dos dias em que vivia. Além disto, o autor entendia que: “Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional”, e emenda: “No terreno social a mesma coisa”.<sup>64</sup> Então fica sugerido, mas em nenhum momento diretamente expresso no livro em questão, que outro de seus objetivos era colaborar de alguma forma para que tal evolução finalmente se completasse.

A intenção de, ao mesmo tempo, “compreender” e “explicar” a realidade social é uma solução interessante para um problema clássico das ciências sociais. Ambas as ações se referem ao resultado da análise científica, mas cada uma está filiada a tradições epistemológicas diferentes. Grosso modo, aqueles que pretendem “compreender” seu objeto partem da suposição de que o conhecimento seria um constructo intelectual que

---

<sup>61</sup> Cf. Coutinho, C. “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.* p.117. Novais, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981; Cardoso, C. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979; Gorender, J. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987; Fragoso, J. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998; Florentino, M. *Em costas negras*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1997.

<sup>62</sup> Prado Jr., C. *Formação...* *Op. cit.* p. 5.

<sup>63</sup> Idem. *Ibidem.* p. 14.

<sup>64</sup> Idem. *Ibidem.* p. 7.



não corresponderia à realidade em si, seria um produto majoritariamente subjetivo.<sup>65</sup> Por outro lado, quem almeja “explicar” o mundo ao seu redor, supõe que a percepção do sujeito seja o equivalente exato do objeto em si mesmo; neste caso, o conhecimento produzido seria absolutamente objetivo.<sup>66</sup>

Caio Prado Jr. não desenvolve diretamente esta questão nos seus textos. Contudo, o simples fato de referir os dois termos revela que estava ciente do problema. Sua solução se verifica nos trabalhos que apresentou ao longo de sua vida, como procuro demonstrar mais adiante nesta dissertação. A fusão das duas perspectivas, apontada por muitos como ideal,<sup>67</sup> elimina as dificuldades teóricas que individualmente ambas apresentam. O problema do ponto de vista subjetivista é que ele pode levar ao relativismo radical, ao solipsismo, a partir do qual não é possível afirmar nada. Já o ponto de vista objetivista é ingênuo ao supor que o sujeito do conhecimento é um simples receptáculo passivo, que não influi nos resultados da ciência. A “síntese” destas posturas soluciona estes dois pontos fundamentais, pois insere o fator subjetivo de maneira ativa na produção do conhecimento e exige que este conhecimento seja pautado por algo externo ao sujeito que conhece, uma realidade objetiva. É óbvio que este problema é bastante mais complexo do que como o apresentei nestas poucas linhas. Mas, como tratarei com vagar do tema nos próximos capítulos, não o desenvolverei mais agora.

Fernando Novais observa que a tese do “sentido da colonização” é a chave de leitura fundamental para a interpretação de *Formação do Brasil contemporâneo*.<sup>68</sup> Todos os capítulos subsequentes do livro são um desdobramento desta tese. O volume está dividido em uma introdução, seguida do texto “Sentido da colonização” e mais três capítulos. O primeiro trata do povoamento: do litoral, do interior, as principais correntes migratórias e a distribuição étnica pelo território. No segundo capítulo, intitulado “Vida

---

<sup>65</sup> O mais eminente representante desta tendência é o sociólogo alemão Max Weber. Cf. Weber, M. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

<sup>66</sup> Esta postura é tradicionalmente relacionada aos trabalhos dos historiadores positivistas do século XIX. Cf., por exemplo: Shaff, A. *História e verdade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1978. No entanto, como boa parte dos trabalhos de Temístocles Cezar e Manoel Salgado Guimarães demonstram, é preciso rever tal associação, pois os ditos positivistas não concebiam o conhecimento de um modo tão mecânico e direto. Cf. Cezar, T. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: Pesavento, S. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. e Guimarães, M. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

<sup>67</sup> Adam Shaff, Paul Ricoeur e Pierre Bourdieu são alguns dos que propõem esta solução. Cf. Shaff, A. *Op. cit.*; Ricoeur, P. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000; e Bourdieu, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>68</sup> Novais, F. “Caio Prado Júnior, historiador”. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 2, 1983.

material”, o autor analisa as várias atividades econômicas da colônia e as condições materiais em que elas se desenvolveram. O terceiro e último é dedicado a aspectos sociais e políticos, tanto a organização político-administrativa da colônia, como as principais características da população. O historiador separa, com fins analíticos, seu objeto em várias partes; entretanto, o que lhe interessa é encontrar o seu “sentido” geral, o que só se consegue, conforme o mesmo, de um ponto de vista amplo.

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Êste se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquêl conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vêzes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que êle se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual fôr o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual fôr a designação apropriada no caso. É sòmente aí que êle encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma parcela humana para estudá-la à parte.<sup>69</sup>

A recomendação metodológica de sempre manter no horizonte o todo histórico como objetivo último tem duas origens no pensamento do historiador. Em primeiro lugar, e de modo mais óbvio, pode ser vinculada ao marxismo, que é, afinal, a fonte de inspiração para a idéia de “sentido”. Mas também é preciso ligá-la à nova historiografia francesa, especialmente ao grupo dos *Annales*, cuja revista Prado Jr. assinava.<sup>70</sup> Além disso, e é um fato já destacado, a vivência do historiador na Europa o aproximou dos quadros intelectuais da França. Como se pode notar, mesmo a forma do autor expor sua recomendação lembra a idéia de “história total” dos *Annales*.<sup>71</sup>

É interessante enfatizar um deslocamento sutil de ênfase na justificativa do trabalho do historiador. Na *Evolução política do Brasil*, Prado Jr. se posicionava contra

---

<sup>69</sup> Prado Jr., C. *Formação...* *Op. cit.* p. 13.

<sup>70</sup> Cf. Iumatti, P. “Caio Prado Jr. e as Ciências...” *Op. cit.*

<sup>71</sup> Cf. verbete História Total, em Burke, P. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990. p. 131.

a historiografia dita oficial, que representava os interesses da classe dominante. Poderia se dizer que seu objetivo, em primeiro lugar, era defender os interesses da classe dominada, ainda que com respeito à ciência. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, a ciência toma a dianteira, enquanto os interesses dos dominados, por mais importantes que sejam, passam para um segundo plano. Nos dois casos, entretanto, o combate aos interesses das classes burguesas era constante. Esta alteração na hierarquia das prioridades aparece de forma clara quando o autor comenta a situação dos estudos genealógicos no país:

Infelizmente êste assunto quase só ocupa por enquanto os interessados entre nós para servir à vaidade fátua de uma pseudo-aristocracia, em vez de contribuir para seus objetivos legítimos que são a pesquisa científica e o esclarecimento de tantas questões úteis para a compreensão de nossa história.<sup>72</sup>

Esse deslocamento exemplifica uma tendência geral na evolução do texto caiopradiano, que aqui será observada de duas formas. De uma primeira perspectiva, pode-se atribuir a reorganização das prioridades ao amadurecimento intelectual do autor. Quem escreveu *Formação do Brasil contemporâneo* não foi um jovem de 26 anos, mas já um homem formado, com seus 35. Os posicionamentos mais radicais, com o passar dos anos, arrefeceram e teriam dado lugar a uma postura crítica. Entretanto, a partir de outro ponto de vista, é possível entender o livro de 1942 como um texto mais adequado às expectativas do público leitor especializado do que o de 1933. Em primeiro lugar, porque, no decorrer desses quase 10 anos, as posições políticas e intelectuais de esquerda ganharam prestígio na esfera pública brasileira.<sup>73</sup> Os motivos que promoveram esta valorização são vários e de diferentes ordens: desde questões políticas internas (as repercussões da ANL, as aproximações de Vargas com o PCB, etc.), como fatores externos, sendo o papel da URSS na Segunda Guerra o principal deles. De tal forma que a possibilidade de um intelectual comunista agradar ao mercado editorial cresceu consideravelmente.<sup>74</sup> Além disso, há o fato de que o historiador se aproximou

---

<sup>72</sup> Prado Jr., C. *Formação...* *Op. cit.* p. 68 – nota.

<sup>73</sup> Wilson Martins, com um pouco de desdém, afirma que: “A moda intelectual do momento [em torno de 1945] era ser esquerdista, o que ia do socialismo para famílias representado pela Esquerda Democrática às ameaçadoras epifanias do partido Comunista do Brasil”. Martins, W. *Op. cit.* pp. 226-227.

<sup>74</sup> Conforme Pierre Bourdieu: “Originando-se da própria estrutura do campo, as mudanças que ocorrem no campo de produção restrita são amplamente independentes de mudanças externas *cronologicamente* contemporâneas [...] que podem parecer determiná-las – mesmo se sua consagração posterior pode dever alguma coisa a esse encontro de séries causais relativamente independentes. É a luta entre os detentores e

formalmente daquilo que era reconhecido como legítimo no campo intelectual. Tanto porque justificou a importância de seu trabalho no progresso da ciência e do país, como porque, neste período, aconteceu um movimento epistemológico de crescente valorização do discurso científico.<sup>75</sup> O que houve, portanto, foi um duplo movimento: de um lado, o mercado editorial e o público leitor se tornaram mais receptivos à proposta de Caio Prado Jr.; que, por sua vez, incorporou melhor as exigências intelectuais fundamentais do campo de produção científica. Houve, enfim, uma coincidência de forças – de um lado sociais e, de outro, pessoais – que criaram um ambiente especialmente favorável à produção de obras como a sua.

É importante observar que, especificamente para o movimento de acomodação pessoal do historiador ao mercado de bens culturais, a sua adequação às exigências do campo não se constitui como a “verdade” por trás do amadurecimento intelectual. Nem, por outro lado, este amadurecimento é simplesmente um eufemismo daquela adequação. Não é correto separar estas dimensões do problema, como se não fossem partes de um todo único. A incorporação do *habitus* específico do campo intelectual é, ao mesmo tempo, amadurecimento e adequação.<sup>76</sup> Estes dois fatores são diferentes formas de descrever o resultado de um só processo.

Nova posição no campo intelectual: editor

---

os pretendentes, entre os detentores do título (de escritor, de filósofo, de sábio etc.) e seus *desafiantes*, como se diz no boxe, que faz a história do campo: o envelhecimento dos autores, das escolas e das obras é resultado da luta entre aqueles que, por seu turno, só podem marcar época enviando para o passado aqueles que tem interesse em eternizar o estado presente e em parar a história.” Bourdieu, P. “Por uma ciência das obras”. In: Idem. *Razões práticas... Op. cit.* pp. 68-69. Estas afirmações se referem a um campo de produção cultural devidamente constituído e, por isso, só em parte correspondem ao caso brasileiro, em que o campo analisado não havia se autonomizado suficientemente. De fato, é a luta entre os titulares e os desafiantes que constitui a dinâmica fundamental dos campos de produção restrita. No entanto, quando estes campos não são suficientemente autônomos em relação ao campo de poder geral, acontecimentos externos cronologicamente simultâneos podem sim influenciar diretamente sua história.

<sup>75</sup> Sobretudo na USP, com a vinda de professores estrangeiros (notadamente franceses). Cf. Ferreira, M. “Os professores franceses e a redescoberta do Brasil”. *Revista Brasileira (Academia Brasileira de Letras)*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 43, p. 227-245, 2005.

<sup>76</sup> “Os ‘sujeitos’ são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* [...], de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de *senso prático* do que se deve fazer em dada situação [...]”. Bourdieu, P. *Razões práticas... op. cit.* p. 42.

No final de 1943, Caio Prado Jr. fundou a Livraria e Editora Brasiliense em parceria com Monteiro Lobato e Arthur Neves. Em pouco tempo, segundo Paulo Iumatti:

Sua atuação como editor aumentava-lhe a visibilidade pública, e colocava-o em contato íntimo e constante com o mundo intelectual e artístico. A editora, em que passava parte do dia ao lado de Monteiro Lobato e Arthur Neves, localizava-se então na Rua D. José de Barros (onde permaneceria até setembro de 45), no movimentado “centro novo” da cidade de São Paulo, o qual, a partir da reconstrução do Viaduto do Chá no segundo lustro da década de 30, vinha se tornando o principal pólo da vida social e cultural das elites paulistanas. Além disso, Caio Prado visitava com frequência as sedes dos diversos partidos que se reorganizavam, todas elas localizadas no centro da cidade. O escritor mantinha portanto proximidade com aquela atmosfera intelectual reduzida da São Paulo dos anos 40, ainda marcada pelas relações pessoais, pelo prestígio das letras, da formação jurídica e do conhecimento humanista, e que também caracterizava parte do mundo político de então. Reunindo escritores e políticos (a grande maioria dos quais envolvida, de alguma forma, com a imprensa), a política de união contra a ditadura do Estado Novo foi favorecida pela existência desse mundo peculiar imerso num fundo comum de valores compartilhados.<sup>77</sup>

Em outro trabalho, o mesmo Iumatti descreve quais eram os principais investimentos editoriais da Brasiliense:

A partir de 1944, Caio Prado Jr. publicaria em sua editora, a Brasiliense, obras de divulgação [...] de médicos, sanitaristas e especialistas das mais diversas áreas científicas, professores comunistas da USP que abordavam questões do seu *métier* à luz dos problemas sociais e econômicos do país.<sup>78</sup>

Enquanto historiador, Prado Jr. começava a colher os frutos do sucesso crescente de *Formação do Brasil contemporâneo*. O reconhecimento de sua competência intelectual lhe garantia o poder de avaliador legítimo de outros bens culturais. Como em qualquer campo de produção restrita, os consumidores são em grande parte também produtores e concorrem pelos mesmos capitais. Sendo assim, eles exercem, em conjunto, um certo “controle de qualidade” sobre seus próprios produtos, sua opinião estabelece o valor que as obras terão em um determinado momento no campo que lhes corresponde.<sup>79</sup> Todavia, o peso da avaliação de Caio Prado Jr. era sensivelmente maior

---

<sup>77</sup> Iumatti, P. *Diários...* *Op. cit.* p. 35. Grifo original.

<sup>78</sup> Iumatti, P. “Caio Prado e as Ciências...” *Op. cit.* p. 110.

<sup>79</sup> Cf. Bourdieu, P. *A produção da crença...* *Op. cit.*

que de seus pares, pois sua incursão pelo mundo editorial o colocava em uma posição privilegiada em relação aos demais intelectuais brasileiros. Além de ter o direito de avaliar as diversas obras do ponto de vista de escritor e crítico, o que cada vez mais lhe era reconhecido; como editor, podia determinar alguns dos livros que seriam ou não publicados. Caio Prado Jr. contribuía na definição de quais obras seriam de fato submetidas à crítica e quais nunca teriam leitores.

Os três anos seguintes à publicação de *Formação do Brasil contemporâneo* registraram uma significativa projeção de Prado Jr. no meio intelectual. Pode ser que apenas o livro de 1942 fosse suficiente para promover seu nome neste espaço, mas é evidente que seu papel como editor e político aceleraram tal projeção. Estas duas atividades o mantiveram em contato mais estrito com os círculos de artistas, políticos e escritores em São Paulo.

#### Análise do passado e soluções para o presente

Em 1945, conforme a historiadora Maria Odila da Silva Dias, Caio Prado Jr. “estava no apogeu de sua maturidade intelectual, então já aplaudido e reconhecido por um público significativo”.<sup>80</sup> É neste ano que ele publica *História econômica do Brasil*, o primeiro de seus trabalhos em que integra o passado com o presente. O autor analisa, como o título permite deduzir, o desenvolvimento da economia brasileira desde o “descobrimento” até os dias em que ele próprio vivia. Os primeiros capítulos são, em grande parte, um reaproveitamento dos livros anteriores, principalmente de *Formação do Brasil contemporâneo*. De fato, não parece que o historiador estivesse muito preocupado com a originalidade do texto, afinal repetiu vários trechos *ipsis litteris*. Antonio Candido já notara que *Formação do Brasil contemporâneo* era um livro no qual “se manifestava um autor que não disfarçava o labor da composição nem se preocupava com beleza ou expressividade do estilo”.<sup>81</sup> Assim sendo, se havia um texto anterior suficientemente satisfatório sobre o tema em questão, não seria necessário escrever outro, repeti-lo bastaria. O que lembra a tradicional postura pragmática da luta comunista. Nos capítulos referentes aos períodos do Império e da República, o autor utilizou boa parte do material que selecionara para a continuação da obra de 1942.

---

<sup>80</sup> Dias, M. “Prefácio”. In: Iumatti, P. *Diários... Op. cit.* p.12.

<sup>81</sup> Candido, A. “O significado...” *Op. cit.* p. 10.

Talvez, presumo, um dos motivos que o levou a desistir do projeto *Formação do Brasil contemporâneo* tenha sido uma espécie de esgotamento do tema, concretizado em *História econômica do Brasil*. Como neste livro o historiador conseguiu integrar toda a história do país num único conjunto, os pretendidos próximos volumes do projeto referido teriam se tornado obsoletos.<sup>82</sup>

Em relação às obras anteriores, o autor inova ao expor sua solução para os problemas do país. O que antes se encontrava nas entrelinhas, em *História econômica do Brasil* se torna explícito. Para Caio Prado Jr., o Brasil precisava se tornar “uma nação livre definitivamente do seu longo passado colonial, e com uma estrutura econômica aparelhada para atender efetivamente às necessidades de sua quase meia centena de milhões de habitantes”.<sup>83</sup> Em primeiro lugar, portanto, seria necessário superar o passado e, em seguida, desenvolver uma determinada estrutura econômica. Apesar de seu objetivo proposto ser apenas o de analisar o desenvolvimento histórico de tal estrutura, Prado Jr. definiu, em linhas gerais, como deveria ser a economia brasileira:

Uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do país em função precípua da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrados; e não servir antes interesses estrangeiros.<sup>84</sup>

O historiador mantinha sua tese fundamental, o “sentido da colonização”, como o cerne de sua interpretação do Brasil. Para ele, o país sempre fora um exportador de bens tropicais, e esta situação não havia mudado até o momento em que escrevia. O passado colonial obstava o progresso e o desenvolvimento nacional e, por isto, precisava ser superado. A inversão da lógica econômica brasileira seria o primeiro passo em direção a esta superação. Ao invés de organizar o país em função do mercado externo, era preciso atender às necessidades da própria população.

A partir de seu diagnóstico sobre a realidade brasileira, algumas características da matriz ideológica de seu pensamento se destacam, principalmente se observadas as soluções esboçadas. Sua preocupação era nacionalista: o desenvolvimento do país e o bem-estar da população aparecem como prioritários. O historiador não parecia se

---

<sup>82</sup> Esta sugestão, contudo, deve ser confrontada com algumas manifestações posteriores do historiador, nas quais ele afirmava que *Formação do Brasil contemporâneo* teria sim continuidade.

<sup>83</sup> Prado Jr., C. *História econômica... op. cit.* p. 302.

<sup>84</sup> Idem. *Ibidem.* p. 292.

importar com, por exemplo, os demais países da América Latina ou qualquer outro canto da humanidade, pelo menos não como se preocupava com o Brasil. Em primeiro lugar, era necessário resolver os problemas nacionais. Outra característica interessante é um certo “etapismo”, deduzível de suas colocações. Não é aquele etapismo que se tornou tradicional em certas correntes marxistas, como o de Nelson Werneck Sodré.<sup>85</sup> Prado Jr. não pensava o processo histórico brasileiro como uma seqüência de etapas pré-determinadas que, uma a uma, precisava-se ultrapassar. Este tema ficará especialmente claro mais tarde, em *A revolução brasileira*, livro de 1966. Mesmo assim, é evidente em *História econômica do Brasil* que, para o autor, o Brasil possuía uma especificidade histórica e que não podia ser analisado a não ser a partir desta especificidade. De acordo com Carlos Nelson Coutinho, a proposta interpretativa de Caio Prado Jr. era de uma via não clássica do desenvolvimento histórico brasileiro, semelhante às teorizações de Lenin sobre a “via prussiana” e de Gramsci sobre a “revolução passiva”.<sup>86</sup> O “etapismo” de Prado Jr. é caracterizado pela relação entre os diversos momentos do tempo histórico. O passado colonial constituiria um momento determinado da história do Brasil, no qual a circulação de mercadorias sobrepujava a importância da produção. O Brasil Colônia seria uma espécie de “feitoria” um pouco melhor organizada, uma “empresa comercial” resultante da expansão marítima européia. Segundo o historiador João Fragoso:

É claro [...] que a combinação de todos estes elementos converge para a afirmação da incapacidade estrutural da Colônia em gerar circuitos internos de acumulação: eis aqui o resultado previsível de sua situação de dependência. Essa interpretação marcará, implícita e/ou explicitamente, as interpretações ulteriores a Caio Prado, de tal modo que este autor dará o “sentido”, a linha mestra analítica, a alguns dos mais importantes trabalhos posteriormente surgidos.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Cf. Sodré, N. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1944.

<sup>86</sup> “Na literatura marxista, existem dois conceitos extremamente fecundos para analisar vias ‘não-clássicas’ de passagem para o capitalismo ou, numa linguagem menos precisa, para a ‘modernidade’: o de ‘via prussiana’, elaborado por Lenin com o objetivo principal de conceituar a modernização agrária; e o de ‘revolução passiva’, utilizado por Gramsci para determinar processos sociais e políticos de transformação ‘pelo alto’. Não há, na obra de Caio Prado, nenhuma referência explícita a tais conceitos, nem é de supor que ele os conhecesse, sobretudo a noção de ‘revolução passiva’, elaborada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* e tornada pública somente no final dos anos 40. Caio Prado jamais cita Gramsci e não é freqüente (se excetuarmos as referências a *O Imperialismo*) que cite Lenin”. Coutinho, C. “Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo”. In: D’Incao, M. *Op. cit.* p. 116.

<sup>87</sup> Fragoso, J. *Op. cit.* p. 60.



Já o presente, completando a relação, seria um herdeiro infeliz deste passado, pois guardava dele aquilo que lhe impedia de progredir: a organização da economia voltada para o mercado externo e sem cuidado com a própria população. E o futuro prometia ser uma nova fase, na qual o passado colonial estaria completamente superado: com uma economia propriamente nacional, voltada para questões internas em primeiro lugar. Na sua apresentação das diversas fases do desenvolvimento histórico do país, nem o passado seria necessariamente feudal, nem o futuro necessariamente socialista. As “etapas” que o Brasil viveu, vive ou viverá lhe seriam particulares, ainda que em diálogo inevitável com os modos de produção tradicionais teorizados por Marx e seus continuadores.

### Política e filosofia

Ainda em 1945, acontece o I Congresso Brasileiro de Escritores. Um evento marcante para o campo intelectual brasileiro. Delegações importantes de todo o país se reúnem em São Paulo para discutir e apresentar ao público um posicionamento geral dos escritores em relação a algumas questões por eles consideradas chave. Várias comissões são formadas para debater e definir as propostas. Caio Prado Jr. se integra à comissão de política. Os resultados do congresso revelam, sobretudo, a intenção de autonomia dos intelectuais brasileiros e simbolicamente demonstram sua capacidade de organização. Foi uma primeira ação significativa em direção àquela autonomia.

No mesmo ano, o militante comunista se candidatou a deputado federal. Entrou na disputa tarde, pouco mais de vinte dias antes do pleito, quando outros pretendentes à Câmara já há um bom tempo faziam suas campanhas. Não foi eleito. Dois anos depois, candidatou-se a deputado estadual em São Paulo. Desta vez, conseguiu a eleição. No entanto, sua contribuição no Legislativo foi breve. Alguns meses depois de assumir o cargo, o registro do Partido Comunista foi cancelado e, assim, todos os seus filiados que ocupavam algum posto no governo tiveram seus mandatos cassados. Em 1948, por ser membro do PCB, Caio Prado Jr. foi preso novamente, seu encarceramento durou três meses. Quando foi solto, resolveu viajar. Primeiro, percorreu o interior do país por alguns meses e, em seguida, visitou o Leste Europeu e a França. Novamente no Brasil, afastou-se da militância política. Prado Jr. resolveu então arriscar-se na filosofia.

A *Dialética do conhecimento* veio a lume em 1952. Obra extensa, em dois volumes, editada, como não poderia deixar de ser, pela Brasiliense. A crítica especializada é unânime no seu veredicto sobre o livro: marxismo pobre. É um trabalho de muito pouca repercussão nos ambientes intelectuais. No final da mesma década, em 1959, foi publicado seu *Notas introdutórias à lógica dialética*. Os comentários dos especialistas ao livro de 52 se estendem a este.<sup>88</sup> Como filósofo, Caio Prado Jr. não se destacou. Um resumo dos princípios que norteavam Prado Jr. é apresentado pelo filósofo Sérgio Schaefer:

Naquilo que fez, Caio Prado Júnior procurou captar não “coisas”, não “essências” encravadas em individualidades, mas acontecimentos, fatos, e aquilo que caracteriza estes últimos que é o relacionamento. Assim a História será vista como um acontecimento em “devenir”; e também a Economia, a Política, a Filosofia. O presumido “ser” das “coisas”, chave do ponto de vista metafísico, é deixado de lado por ter sido historicamente superado pelo ponto de vista dialético; e como tal, o que interessa ao analista é a descoberta das relações.<sup>89</sup>

Conforme observa Jacob Gorender, é necessário salientar os desdobramentos dos trabalhos filosóficos de Prado Jr. em outras de suas obras. Isto porque tais desdobramentos – visíveis sobretudo no livro de 1966, *A revolução brasileira* (analisado com vagar logo adiante) – implicam em uma determinada teorização política:

As idéias filosóficas contidas nas obras mencionadas [*Dialética do Conhecimento* e *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*] procedem de uma teoria de caráter subjetivista e pragmática, fortemente influenciada pelo positivismo lógico de Bertrand Russell e do Círculo de Viena, que teve em Carnap um dos expoentes. Caio extraiu do positivismo lógico a idéia de que só há processos e relações, configurando um *relacionismo* que ele pretendeu fosse a formulação mais correta da dialética. Por conseguinte, não há objetos, não há isso que chamamos de coisas. A mente humana organiza os processos e relações através de conceitos, que também devem ser tão fluidos como os próprios processos e relações. Sendo assim, não adianta fazer classificações, que pertencem ao âmbito

---

<sup>88</sup> Para Carlos Nelson Coutinho: “O estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado não é muito rico. (Essa relativa pobreza é sobretudo evidente em suas obras de filosofia)”. Coutinho, C. *Op.cit.* p. 116. Para Leandro Konder: “Independentemente das divergências que se manifestam entre os críticos de Caio Prado Júnior na avaliação da *Dialética do Conhecimento* e das *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, parece-me que predomina na impressão dos leitores do grande historiador paulista uma certa decepção: os dois trabalhos ficam aquém dos ensaios anteriormente publicados”. Konder, L. *Op. cit.* p. 139.

<sup>89</sup> Schaefer, S. *A lógica dialética: um estudo da obra filosófica de Caio Prado Júnior*. Porto Alegre: Ed. Movimento; Faculdades Integradas Santa Cruz do Sul, 1985. p. 10.

da lógica formal. O que importa é a apreensão do acontecer, do conjuntural. Se o conseguirmos, poderemos agir acertadamente em direção a uma revolução que se classificará *a posteriori*, com a certeza, porém, de que, afinal, chegaremos à meta do socialismo. Caio aplicou à teoria política os postulados do positivismo lógico assimilados em seus livros *Dialética do Conhecimento* e *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*.<sup>90</sup>

Especificamente para esta dissertação, importa fixar a epistemologia teórica que Prado Jr. professa em sua filosofia e que Schaefer apresenta da seguinte maneira:

Para Caio Prado Júnior, sob a expressão “Conhecimento do Homem”, expressão “genérica e ampla” que exclui mais facilmente qualquer “implicação filosófica”, estão compreendidos “todos os conhecimentos que dizem respeito ao Homem [...] na sua especificidade que o distingue e singulariza no conjunto do Universo [...]”. O Conhecimento do Homem far-se-á através do conhecimento de sua ação. Assim, são os fatos sociais, históricos, políticos, econômicos, etc. que viabilizam o Conhecimento do Homem na sua especificidade, isto é, Sujeito e Objeto do conhecimento, “ao mesmo tempo o conhecedor e o conhecido”, determinado e determinante; “não somente conhecedor, mas sobretudo plenamente consciente de seu Conhecimento, o que lhe permite utilizá-lo intencionalmente”, de modo particular “naquele setor que mais proximamente o atinge e envolve, e que vem a ser o da convivência humana, das relações sociais”.<sup>91</sup>

A coincidência entre sujeito e objeto do conhecimento, quando o objeto é o homem, é, para Prado Jr., uma das descobertas mais importantes de Marx e se constitui no “maior passo dado pelo pensamento e conhecimento humanos desde a filosofia grega”.<sup>92</sup> A relação entre sujeito e objeto, neste caso, seria caracterizada por um processo com três fases: a primeira, na qual ambos estão confundidos e indiferenciados, um momento anterior ao pensamento; a segunda, em que sujeito e objeto se opõem; e a terceira, na qual eles se igualam. Um processo dialético, portanto. Mas é preciso deixar claro que a epistemologia teórica apresentada nas obras filosóficas de Prado Jr. difere de maneira importante do objeto analisado nesta dissertação. Ainda que não seja exatamente uma epistemologia “prática”, o que observo são as diferenças de ênfase em certas características dos elementos fundamentais da relação epistemológica. Sendo assim, o que pretendo, como apresentei na introdução, é mais realizar uma história

---

<sup>90</sup> Gorender, J. *Op. cit.* pp. 261-262.

<sup>91</sup> Schaefer, S. *Op. cit.* p. 130 – nota.

<sup>92</sup> Prado Jr., C. *Dialética do Conhecimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1952. p. 480.

social de alguns conceitos da disciplina da história do que uma filosofia ou epistemologia *stricto sensu*. Por este motivo, não realizo uma leitura mais aprofundada da filosofia de Prado Jr.

### Autonomização do campo intelectual

Na década de 1950, como demonstra o historiador Carlos Guilherme Mota, as universidades brasileiras davam seus primeiros frutos.<sup>93</sup> Houve, além disso, uma importante ampliação dos cursos superiores no país inteiro. O Conselho Nacional de Pesquisa, ou CNPq, foi criado em 1951 e, em pouco tempo, tornou-se um órgão fundamental para o fomento da pesquisa científica no Brasil. Até o final do Estado Novo, pelo menos, a maior parte da produção intelectual brasileira estava referida a questões pertinentes principalmente ao campo político. Não havia no país um campo de produção cultural suficientemente autônomo em relação às demandas da classe dirigente a ponto de sustentar com vigor questões propriamente intelectuais. Conforme o sociólogo francês Daniel Pécault, na sua interpretação do processo de autonomização do campo intelectual brasileiro, os intelectuais daqui haviam colocado para si próprios uma espécie de “missão” social.<sup>94</sup> Caberia ao grupo, através principalmente de seus escritos, apresentar e incentivar determinadas ações sobre a realidade do país. De uma maneira geral, a intervenção dos escritores nacionais deveria ser direcionada ao desenvolvimento e modernização do Brasil. Tal característica do ambiente intelectual brasileiro teria se revelado nos inícios do século XX e atravessaria o período, mantendo a constância, até pelo menos o golpe de 1964. A “tarefa” deste grupo, como esclarece a historiadora Michele Rosa, teria sua origem no fato de que os nossos intelectuais estiveram, até aquela data, diretamente ligados ao Estado.<sup>95</sup> No entanto, ainda que, de fato, o campo não existisse enquanto tal, não se pode reduzir as dinâmicas das ações intelectuais do país a um único movimento, como quer Pécault.

As principais condições necessárias para que houvesse aquela autonomia não estavam dadas. Faltavam as instâncias (ou instituições) que garantissem a legitimidade

---

<sup>93</sup> Mota, C. *Op. cit.* p. 27.

<sup>94</sup> Pécault, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

<sup>95</sup> Rosa, M. *O pensamento de esquerda e a Revista Civilização Brasileira (1965-1968)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PPG-História – UFRGS, 2004. Rosa acrescenta: “Isso não significa que a *intelligentsia* brasileira estivesse a serviço do Estado, o que seria uma simplificação absolutamente equivocada de um período repleto de variações e matizes”. Idem. *Ibidem*. p. 28.

da produção intelectual, bem como a manutenção e a reprodução das posições propriamente intelectuais. Somente a partir da década de 1950, por conta principalmente dos fatores citados acima, o campo intelectual se autonomizou de maneira mais visível.<sup>96</sup> Se, antes, o “poder público [arvorara-se] em árbitro da concorrência intelectual, montando instâncias próprias de consagração de autores e obras e ampliando as garantias para a continuidade da atividade cultural”,<sup>97</sup> agora, essas instâncias começavam a depender menos das exigências do governo.

Em São Paulo, a organização universitária foi desde o início completamente estadualizada sem que tal vínculo orçamentário e de jurisdição administrativa se traduzisse em esgarçamento de sua autonomia acadêmica e intelectual. Para tal desfecho institucional contribuiu particularmente o caráter independente e privado dos círculos intelectuais paulistas, responsáveis na época pela criação recente de negócios culturais de pequeno e médio porte (livrarias, clubes e cooperativas de artistas, galerias de arte, etc.), de alguns importantes veículos de difusão cultural (revistas e suplementos), de empreendimentos empresariais ambiciosos (TBC, Vera Cruz, editoras comerciais como a Brasiliense e a Martins) e de grandes instituições culturais (museus, etc.). Por outro lado, esse modo peculiar de apropriação não clientelista do patrocínio público acabou se cristalizando no caso paulista, quer em função do estágio de diferenciação a que chegara a estrutura ocupacional das profissões superiores, quer como fruto de uma situação política estadual marcada pela supremacia de lideranças populistas relativamente distantes dos círculos acadêmicos e intelectuais (Adhemar de Barros, interventor [1938-1941] e governador [1947-1951; 1962-1966]; Jânio Quadros, governador [1954-1958]) e pela presença um tanto mitigada dos grandes partidos nacionais do período 45-64.<sup>98</sup>

Os investimentos anteriores nas universidades resultavam em trabalhos cientificamente mais refinados e rigorosos. Com a ampliação do ensino superior e a garantia de financiamento de pesquisas nas universidades, formou-se um grupo social específico, produtor e consumidor de bens culturais especializados, que era capaz de sustentar material e simbolicamente a si próprio como grupo. A partir de então, passam a existir

---

<sup>96</sup> “Diferentemente do que se verifica, desde os finais do século XIX na Europa, onde assiste-se a um processo de autonomização de determinadas esferas da cultura, não ocorre aqui, até a década de 50, uma diferenciação nítida entre um pólo de produção cultural restrito e outro de produção ampliada, voltado e conectado com o mercado”. Pontes, H. “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: Miceli, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001. p. 448.

<sup>97</sup> Miceli, S. *Intelectuais e a classe dirigente... op. cit.* p. 193.

<sup>98</sup> Idem. “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: Miceli, S. *História das Ciências Sociais... op. cit.* p. 106.

concretamente as condições materiais e simbólicas (as instâncias de legitimação e reprodução) para que a produção intelectual fosse pautada por problemas próprios e exclusivos.<sup>99</sup>

Segundo Carlos Guilherme Mota, havia um tema geral que preocupava o campo intelectual brasileiro da década de 1950. No entanto, apesar de guardar uma posição chave neste campo – dono da editora Brasiliense –, Prado Jr. não acompanhava os debates como os grupos dominantes faziam:

Seria exagero afirmar que, nos anos 50, toda a intelectualidade progressista embarcava nos projetos de reformismo nacionalista. O que não quer dizer que a tônica geral não fosse dada pela temática do nacional-desenvolvimentismo, transportado para o centro das preocupações dos analistas para o campo sedido do debate ideológico, cuja função não era mais que a de alimentar – segundo Caio Prado Júnior – os “insignificantes interesses de grupos partidários, quando não de simples ambições e vaidades pessoais”, representados em quadros partidários que não se dividiam ou agrupavam a partir de “programas destinados a enfrentar as tarefas propostas pelo desenvolvimento autônomo e nacional de economia brasileira e pela reforma agrária”.<sup>100</sup>

O breve exercício no Legislativo e a prisão subsequente desgastaram Prado Jr. Como se sabe, ele se afastou da militância propriamente política depois destes eventos, manteve-se apenas na publicística. Este afastamento e a ilegalidade em que o PCB se encontrava fragilizaram sua posição no campo político. Em outro espaço, seus novos investimentos na produção cultural não acordavam com as recentes demandas do campo intelectual, em crescente processo de autonomização. Se, por um lado, como afirma a historiadora Laura de Mello e Souza, “nos finais dos anos 50, a historiografia começava a se caracterizar por trabalhos mais econômicos, gravitando em torno das obras de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado”;<sup>101</sup> por outro, o autor consagrado por *Formação do Brasil contemporâneo* se aventurava em outras áreas: na filosofia, na economia e no debate político de imprensa. Neste sentido, é possível interpretar o “abandono” da história, este

---

<sup>99</sup> Cf. Codato, A.; Guandalini Jr., W. “Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo”. In: *Estudos Históricos*, n. 32, Rio de Janeiro, 2003. Ainda que os autores não trabalhem com o mesmo tipo de referencial teórico utilizado no meu trabalho, as informações que trazem no seu texto fortalecem o que foi dito acima. Além destes, ver também Mota, C. *Op. cit.* p. 154, que apresenta os anos de 1950 como um período onde novas concepções de trabalho intelectual passam a vigorar no Brasil, o que seria mais uma causa/conseqüência da autonomização do campo intelectual.

<sup>100</sup> Mota, C. *Op. cit.* p. 174. (Prado Jr., 1962).

<sup>101</sup> Souza, L. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”. In: Freitas, M. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003. p. 28.

“desvio” de seus interesses intelectuais, como uma das principais causas de o escritor ter se tornado um *outsider* da academia brasileira, tema que será discutido no tópico a seguir.

#### Desvio da rota da história

Durante a década de 1950, enquanto historiador, Prado Jr. publicou apenas *Evolução política do Brasil e outros estudos*. Era a reedição de sua obra de estréia, acrescida de alguns pequenos trabalhos redigidos até 1946. A coletânea foi impressa em 1953. Os vários artigos que compõe a obra versam sobre assuntos diferentes. Há um trabalho sobre a geografia da cidade de São Paulo. Outro a respeito das fronteiras meridionais do Brasil. Duas apresentações de personagens históricos: Aires Casal e Cipriano Barata. O autor escreve também sobre os papéis do jornal *Tamoio* e dos Andradas no processo de independência do país. Quanto a problemas agrários, há um texto em que se discute o povoamento e a divisão de terras no Brasil e outro sobre imigração. E, enfim, há uma proposta de roteiro para a historiografia do Segundo Reinado. Destes trabalhos, mais rápidos, destaca-se sua intenção de localizar problemas do país a partir de uma perspectiva histórica e, na seqüência, propor-lhes soluções.

A partir de 1955, o intelectual passa a escrever quase exclusivamente para a *Revista Brasiliense*, que organizara com outros escritores. Seu principal colaborador era Elias Chaves Neto, de quem era primo. Em primeiro plano, podem ser postos seus artigos sobre a questão agrária, que mais tarde foram reunidos em um livro.<sup>102</sup>

Uma nova inflexão importante na trajetória intelectual de Prado Jr. aconteceu um ano antes do lançamento da revista: pela primeira vez, o autor tentou uma aproximação direta com a universidade. Ele se candidatou à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP. Para tanto, apresentou a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. Segundo Francisco Iglésias: “O ato era audacioso, porque a instituição, eminentemente conservadora, não admitiria um professor comunista na cadeira de Economia. Demais, sua tese era mesmo arrojada, capaz de assustar os membros da Congregação da casa”.<sup>103</sup> Para Iglésias, era como se Prado Jr. quisesse

---

<sup>102</sup> Prado Jr., C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

<sup>103</sup> Iglésias, F. *Op. cit.* p. 34.

provocar os professores que o avaliavam. Heitor Ferreira Lima tem uma opinião semelhante, ele descreve o episódio da seguinte maneira:

Conquanto não precisasse disso para viver, mas apenas pelo gosto do desafio, Caio se candidatou à cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – embora conhecesse bem o seu conservadorismo, pois lá estudara e se formara [...]. Sabia bem que não seria aprovado. Eram vários candidatos: porém, como não podiam aprová-lo, deram-lhe o título de livre-docente.<sup>104</sup>

Segundo esses comentadores, sua candidatura teria sido estimulada por um desafio proposto por amigos e companheiros de partido. De certa forma, tanto Iglésias como Lima sugerem, de modo mais ou menos implícito, que a intenção de assumir a cátedra nascera e se mantivera em tom de brincadeira para Prado Jr. Na análise deste evento, contudo, é importante manter em mente as recomendações de Bourdieu acerca da ilusão biográfica,<sup>105</sup> e manter na linha de horizonte a hipótese/alternativa de que Prado Jr. poderia ter levado a sério o concurso. Pois aquela sugestão pode estar aí muito mais como uma espécie de autojustificativa para o fracasso, e que tenha sido elaborada depois do evento, do que como uma avaliação crítica sobre o momento mesmo em que se desenrolava o processo.

Nos anos que antecederam o golpe de 1964, o intelectual viajou bastante. Em 1960, esteve novamente na URSS e também conheceu a China. As impressões a respeito de sua passagem por estes países foram publicadas em 1962, no livro *O mundo do socialismo*.<sup>106</sup> Ainda em 1962, Caio Prado Jr. visitou Cuba, por ocasião das comemorações do terceiro aniversário da Revolução, e acompanhou o economista Manuel Corrêa de Andrade pelo interior do Nordeste brasileiro. Um ano mais tarde, por fim, foi a vez da Alemanha Ocidental.

## Balço parcial

Em meados da década de 1940, Caio Prado Jr. se consolidara como um intelectual importante. Seus livros eram debatidos entre os principais nomes da intelectualidade da

---

<sup>104</sup> Lima, H. “Caio Prado e seu tempo”. In: D’Incao, M. (org.) *Op. cit.* p. 21.

<sup>105</sup> Cf. Bourdieu, P. “A ilusão biográfica”. In: Idem. *Razões práticas... op. cit.*

<sup>106</sup> Como acontece com *U.R.S.S., um mundo novo*, por *O mundo do socialismo* se constituir um livro de viagens, ele não será objeto de análise no meu trabalho.



época, principalmente o *Formação do Brasil contemporâneo*. Além disso, ocupara cargos políticos de maior relevo (vice-presidente da ANL em São Paulo; deputado estadual), o que lhe valia um maior reconhecimento neste espaço, especialmente entre os comunistas. Sua editora fazia sucesso, e publicava principalmente estudos de ciências humanas e sociais sobre o Brasil. Isso aproximou Prado Jr. de boa parte dos produtores culturais brasileiros. Em resumo, foi o período em que deixou seu *status* de estreado em ambos os campos (intelectual e político) e ganhou um destaque importante entre os escritores e comunistas.

Os dois campos, até meados da década de 1940, estavam muito próximos, a autonomia relativa dos intelectuais ainda não era muito grande em relação ao campo político. Entretanto, pelos motivos já apresentados, o campo intelectual aos poucos ganhava mais liberdade e passava a legislar sobre seus próprios problemas. A estranha posição de Caio Prado Jr. em relação aos políticos e intelectuais brasileiros a partir da década de 1950 precisa ser pensada a partir de sua trajetória nos campos respectivos. Ele atuou intensamente nos dois e seu lugar social, para ser precisado, depende da análise de tais atuações. Por conta desta dependência, quando as fronteiras entre esses campos ficaram mais nítidas, a inserção de Caio Prado Jr. em ambos se tornou problemática. É certo que ele era reconhecido como um intelectual importante, e também como um militante ativo e dedicado. Todavia, a partir deste momento, Prado Jr. não obteve mais posições institucionais de relevo, nem nos espaços intelectuais (na universidade especialmente), nem nos espaços políticos (mesmo o PCB não lhe ofereceu cargos). Isto torna a trajetória de Prado Jr. peculiar, pois ele detinha o capital específico necessário para progredir nos dois campos, porém, os capitais invertidos teriam atravancado sua ascensão. Em outras palavras, Caio Prado Jr. possuía os capitais intelectuais necessários para construir uma posição acadêmica de grande vulto; mas o fato de ser filiado ao PCB e ser um militante ativo fizeram com que não fosse interessante, para os grupos estabelecidos na Faculdade de Direito, seu ingresso na universidade como professor. Apesar de o marxismo não ser mais uma novidade no ambiente intelectual brasileiro, a Faculdade de Direito da USP ainda se constituía como um baluarte do conservadorismo e o pensamento de esquerda tinha muito pouca penetração nela. Neste sentido, por conta do grupo hegemônico neste espaço, a aprovação de Caio Prado Jr. era, no mínimo, improvável. Por outro lado, o historiador também possuía os capitais políticos necessários para ocupar posições de destaque, senão na vida política nacional, ao menos na direção do PCB; porém, seus

posicionamentos intelectuais diferiam de modo significativo da ortodoxia do partido, o que o mantinha distante dos cargos importantes.

De todo modo, é preciso frisar o seguinte: se é correto afirmar que Caio Prado Jr. não abriu mão de nenhuma de suas convicções intelectuais ou políticas, também é certo que as condições materiais privilegiadas com as quais ele contava lhe permitiam se dar ao “luxo da coerência”. A fortuna de que era herdeiro lhe proporcionava o conforto de não precisar se curvar a nenhuma pressão ideológica para garantir seu sustento ou de sua família. Este tipo de posicionamento, possível para ele e do qual abusava, refletiu-se nos seus artigos para a *Revista Brasiliense*. O resultado disso tudo foi que, como observa o historiador Raimundo Santos, “[Prado Jr.], por suas análises políticas dos anos 50, chegara às vésperas de 1964 como uma voz bastante isolada”.<sup>107</sup> As novas exigências do campo de produção cultural impunham aos intelectuais novas questões, cada vez mais auto-referenciadas, e novas concepções do tipo de trabalho desenvolvido neste espaço; simultaneamente, negavam-se os “antigos” problemas e concepções, dos quais Prado Jr. partilhava.<sup>108</sup> O fato de o historiador não ter cedido a essas exigências tornava-o “anacrônico” em relação aos grupos dominantes do campo. A estratégia que, na sua estréia em 1933, Prado Jr. utilizara para se impor ao campo intelectual – remeter ao passado a historiografia hegemônica do momento – agora era retomada pelos novos estabelecidos para datar ele próprio. Ao mesmo tempo, sem, tampouco, ceder à ortodoxia do partido, suas propostas políticas não ganhavam praticamente nenhum eco. É por isto que Raimundo Santos afirma ser Caio Prado Jr. um “militante dissidente em relação aos paradigmas da sua tradição”.<sup>109</sup>

Especificamente para as décadas de 1950 e 1960, uma contraposição sincrônica das trajetórias intelectuais de Caio Prado Jr. e do sociólogo Florestan Fernandes é bastante reveladora. Conforme Carlos Guilherme Mota:

Observada a produção cultural dos anos 50 e 60, a obra de Florestan surge como espécie de fio condutor, por trazer sempre ativa – dado essencial de sua postura – a preocupação com o papel do intelectual numa sociedade em mudança. Através de seus escritos sobre o tema, pode-se perceber traços da curva de um processo de tomada de

---

<sup>107</sup> Santos, R. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad; FAPERJ, 2001. p. 13. Jacob Gorender é da mesma opinião: “A posição crítica da [*Revista*] *Brasiliense* era [...] unilateral e incapaz de apontar uma solução positiva para o movimento de massas e para a atuação política concreta”. Gorender, J. *Op. cit.* p. 260.

<sup>108</sup> Cf. Mota, C. *Op. cit.*

<sup>109</sup> Santos, R. *Op. cit.* p. 18.

consciência: numa era de reformismo desenvolvimentista (a cujas seduções não cedeu), em que luta não só na campanha pela Escola Pública, mas – sobretudo – pela implantação de novos padrões de trabalho científico (data-base: 1958); em que analisa as opções do cientista social numa era de revolução social (data-base: 1960); em que diagnostica a “revolução brasileira” e os dilemas dos intelectuais (data-base: 1965). [...] Além disso, a obra de Florestan, cada vez mais empenhada, mostra em todos os termos os dilemas enfrentados pelo produtor crítico de cultura que não cede às flutuações de conjuntura.<sup>110</sup>

De fato, Fernandes tem méritos em ter se mantido firme e não ter cedido “às flutuações de conjuntura”, mas isto só foi possível porque ele se inscrevera socialmente em um ambiente cada vez mais imune a tais flutuações. A luta do sociólogo pela criação de um “sistema científico autônomo” deu resultados.<sup>111</sup> A universidade brasileira conseguia estabelecer aquelas instâncias necessárias para se manter suficientemente independente das pressões ideológicas exteriores. Os valores científicos ganhavam predominância e aos poucos conquistavam o monopólio das bases a partir das quais derivava a produção acadêmica. Um dos efeitos mais visíveis deste embate foi a linguagem hermética, de difícil acesso para não iniciados, que passou a caracterizar, principalmente, os trabalhos da escola sociológica encabeçada por Florestan Fernandes.<sup>112</sup>

Ao mesmo tempo, Caio Prado Jr., por um lado, não acompanhava de perto essas modificações mais ou menos sutis da produção intelectual dominante e, por outro lado, distanciava-se da área que lhe consagrara, para se dedicar a temas cujo reconhecimento não lhe foi outorgado. Assim sendo, Fernandes se tornava um dos principais sustentáculos do campo intelectual autônomo brasileiro, enquanto Prado Jr. apenas orbitava este espaço sem nunca se agregar a ele completamente.

1964

A instauração da ditadura militar é um ponto de inflexão fundamental na vida social brasileira, pois, a partir dele, a maioria dos campos sociais foi reconfigurada. No campo político, um dos fatores mais importantes foi o total afastamento da esquerda dos postos

---

<sup>110</sup> Mota, C. *Op. cit.* p. 186.

<sup>111</sup> Idem. *Ibidem.* p. 187.

<sup>112</sup> Para maiores detalhes, cf. Miceli, S. (org.). *História das Ciências Sociais... op. cit.*

do governo. No campo intelectual, mesmo antes do golpe, o discurso cultural hegemônico era baseado em posições políticas de esquerda, ou mesmo marxistas, como lembra João Quartim de Moraes.<sup>113</sup> Com o golpe, a esquerda fica sem poder agir de maneira propriamente política, por isto defende suas posições a partir dos espaços onde detém a hegemonia discursiva: os campos intelectual e artístico, em resumo. Esta defesa tem como resultado o reforço de sua hegemonia nestes campos, pois são os lugares que recebem praticamente todos os seus investimentos. Todavia, suas ações precisavam estar de acordo com a lógica própria dos campos de produção cultural, afinal, se transcendiam os limites destes campos e se inscreviam no âmbito da política *stricto sensu*, eram repreendidas com força física, e de modo mais duro depois de 1968. Sendo assim, caso não houvesse uma resposta direta do Estado acusando o golpe, a influência política das ações propriamente artísticas ou intelectuais era indireta. Raros foram os momentos em que ações destas naturezas influíram na esfera política sem que houvesse uma contrapartida do governo ditatorial.

O historiador inglês Perry Anderson, apesar de não estar preocupado com a situação brasileira, propõe uma caracterização para o marxismo ocidental que se encaixa no caso nacional, principalmente depois do golpe de 1964:

A característica subjacente do marxismo ocidental como um todo é ser um produto de *derrota*. O fracasso da revolução socialista fora da Rússia, causa e conseqüência de seus desvios dentro da Rússia, é o elo comum na formação de toda a tradição teórica deste período [1918-1968]. Seus trabalhos mais importantes foram, sem exceção, produzidos em condições de isolamento político e desespero.<sup>114</sup>

No Brasil, especificamente, o isolamento político, o desespero e esse sentimento de *derrota* foram experimentados pelas esquerdas a partir de abril de 1964. Até então, e de modo mais claro no início dos anos de 1960, era lugar-comum considerar a revolução das massas como iminente. No entanto, ao invés desta revolução, houve um golpe militar de direita. De acordo com o sociólogo Sérgio Silva: “O golpe de 1964 foi uma ducha de água fria nas esquerdas, que se consideravam tão perto do poder quando

---

<sup>113</sup> Cf. Moraes, J. “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: Idem (org.). *História do marxismo no Brasil – vol. II*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995. p. 74.

<sup>114</sup> Anderson, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. pp. 63-64. Grifo original.

estavam apenas distantes do povo. A desilusão foi geral”.<sup>115</sup> De alguma forma, portanto, as esquerdas teriam errado e, para piorar, pagavam caro pelo equívoco.<sup>116</sup>

Caio Prado Jr., imediatamente depois do golpe, foi detido pelo DOPS durante uma semana e sem maiores explicações. Não obstante a prisão, no ano de 1966, o historiador voltou ao palco principal dos debates políticos e intelectuais com a publicação de *A revolução brasileira*. Livro que, inclusive, lhe rendeu o Prêmio Juca Pato de intelectual do ano, oferecido pelo jornal *Folha de S. Paulo*.<sup>117</sup> Enquanto o regime militar não iniciava seu período de repressão mais duro, críticas diretas ao governo, mesmo que não fossem aconselháveis, ainda eram possíveis. Por isto, ainda que contra o que seria considerada uma postura razoável, Caio Prado Jr. não economizava ataques ao governo. Entretanto, em primeiro lugar, o livro visava atingir a própria esquerda. De fato, os leitores para quem a obra fora escrita eram, justamente, os companheiros políticos do autor: os militantes comunistas do PCB. O cerne de sua argumentação é a análise e desconstrução das propostas políticas do seu partido anteriores ao golpe. De acordo com João Quartim de Moraes:

A crítica cerrada dos fundamentos programáticos do PCB, objeto precípua de *A revolução brasileira* [...], identifica-lhe os pontos frágeis, as teses dogmáticas e as ilusões políticas delas decorrentes. As mais importantes dessas críticas concernem ao caráter da exploração imperialista e das relações de produção agropastoris no Brasil. Ambas se apóiam em argumentos pertinentes. O imperialismo não atua no Brasil como um corpo estranho à economia nacional. A burguesia brasileira beneficia-se, em boa medida, do crescimento industrial propiciado “pelos empreendimentos de vulto e natureza altamente estimulante e germinativa” que acompanham a “penetração imperialista”. Daí a inconsistência da aliança com a burguesia nacional preconizada pelo PCB. O latifúndio não configura formas semi-feudais de exploração do campesinato, mesmo porque não houve nem há “economia camponesa” no Brasil [...] Contestando frontalmente, num momento de grave crise orgânica e política, a linha programática adotada desde meados dos anos

---

<sup>115</sup> Silva, S. “A crítica ao capitalismo real”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.* p. 300.

<sup>116</sup> Em “compensação”, como conclui o historiador alemão Reinhardt Koselleck: “O historiador do lado vencedor facilmente se inclina a interpretar o sucesso de curto prazo em termos de uma teleologia *ex post* de longo prazo. Isso não acontece com os derrotados. Sua experiência básica é que tudo aconteceu diferente do esperado ou planejado [...]. Eles têm uma necessidade maior de explicar por que outra coisa ocorreu e não aquilo que achavam que aconteceria. Isso pode estimular a busca de causas de médio e longo prazo que expliquem a [...] surpresa [...] gerando percepções mais duradouras e, conseqüentemente, de maior poder explicativo. No curto prazo, a história pode ser feita pelos vencedores. No longo prazo, os ganhos em compreensão histórica têm advindo dos derrotados”. Koselleck, R. apud Hobsbawm, E. “O presente como história”. In: Idem. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 255.

<sup>117</sup> A partir do AI-5 de 1968, a lista dos premiados pela *Folha de S. Paulo* suprimia o ano de 1966.

de 1950 pelo PCB e consagrada no V Congresso, em 1961, o livro de Caio Prado exerceu forte impacto sobre o debate político-estratégico em que se envolveu a esquerda brasileira em 1967-1968, isto é, no contexto de desencadeamento da luta armada.<sup>118</sup>

A proposta de Prado Jr. era evidenciar os erros políticos da esquerda e apresentar uma possível saída. Contudo, para cumprir seu intento, o autor se utiliza principalmente de uma argumentação historiográfica. Isto é, a partir da análise da história do Brasil, ele deslegitima ou pretende deslegitimar a interpretação da realidade social do país hegemônica nos ambientes de esquerda. Neste sentido, estabelece diálogo com os intelectuais, pois sustenta suas afirmações nas referências construídas não no campo político, mas sim no campo de produção científica. Sendo assim, o livro *A revolução brasileira* se constitui a partir do cruzamento de dois discursos diferentes. A análise e a argumentação são propostas a partir de uma base propriamente intelectual e especificamente historiográfica. Porém, esta argumentação visa modificar práticas de ordem política, que, por sua vez, são regidas por uma economia simbólica diferente da do campo intelectual. Ou seja, o livro é um discurso duplo, que se refere a dois campos sociais distintos ao mesmo tempo. Esta característica híbrida torna a posição de seu autor delicada, pois ele precisava responder às lógicas específicas de ambos os campos para ter uma inscrição de sucesso. Além disso, é preciso lembrar, com o historiador Eric Hobsbawm, que:

Os imperativos da política, por mais que esta possa se basear na análise científica, não são idênticos às proposições científicas, embora possam ser idealmente derivados destas com maior ou menor distanciamento. A autonomia relativa da política (que inclui considerações de conveniência, de ação, vontade e decisão) não só impede a identidade, mas até a simples analogia entre as duas esferas. Conseqüentemente, toda forma de engajamento que sustente que tudo que é politicamente exigido em um momento deve ter seu equivalente no discurso científico não encontra nenhuma justificativa teórica. Na prática, pode-se observar também que a existência de organismos de poder, cada um reivindicando validade científica para sua análise política e, por conseguinte, impondo certos imperativos àqueles de seus membros envolvidos em discursos científicos, levanta o problema de como decidir entre tais pretensões científicas rivais.<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> Moraes, J. *Op. cit.* p. 79

<sup>119</sup> Hobsbawm, E. "Engajamento". In: Idem. *Op. cit.* p. 143.

Segundo Jacob Gorender, “*A revolução brasileira* teve enorme repercussão na esquerda clandestina, nos meios intelectuais e universitários”. Este autor acresce que leu o volume quando recém-publicado e comenta a primeira impressão que o mesmo lhe causou: “*A revolução brasileira* me pôs em estado de perplexidade”.<sup>120</sup> Com um pouco mais de minúcia, Gorender retoma o tema do impacto inicial do livro:

As formulações polêmicas de Caio Prado tiveram excepcional repercussão entre os militantes de esquerda, que cobravam explicações para a derrota de 64 e viam no PCB – a maior organização marxista do país – o grande responsável pelo fracasso desmoralizante no enfrentamento dos golpistas. *A Revolução Brasileira* ganhou especial aceitação nas áreas da POLOP e adjacências, sob influência de idéias trotskistas e luxemburguesas. Isto porque Caio apresentava a economia brasileira integrada no sistema mundial do imperialismo e negava a existência do campesinato.<sup>121</sup>

O depoimento de Jayme Gasparoto, que no final da década de 1960 era um jovem militante do PCB, reforça o que foi dito acima:

A obra que mais nos marcou, a mim e a outros companheiros, foi *A revolução brasileira* [...] essa obra extraordinária [...] constitui – a meu ver – a autocrítica que o Partido não fez. Não posso afirmar que essa seja a obra mais importante de Caio Prado; para nós o foi, pelo que representou naquele momento [...] [*A revolução brasileira*] caiu como um bloco de concreto sobre nossas cabeças. Afinal, alguém estava nos dizendo que o PCB não se havia equivocado apenas na maneira de conduzir a Revolução, mas que sua própria concepção da revolução brasileira era equivocada; e mais: que se desconheciam não só o processo histórico da sociedade brasileira, mas que se estudava conforme modelos que nada tinham a ver com a nossa realidade nacional [...] Tudo que havíamos aprendido, tudo que havíamos lido e discutido sobre o caráter da revolução brasileira e sobre como se desenrolaria, estava sendo posto em xeque. As discussões foram calorosas; as críticas, inúmeras; muitos não aceitavam a análise feita por Caio Prado, que só não foi chamado de traidor ou agente do imperialismo, ou então da CIA, graças à sua conduta irrepreensível de intelectual e militante.<sup>122</sup>

Os debates que se seguiram na *Revista Civilização Brasileira* nos dois primeiros anos após a publicação do livro de Prado Jr. confirmam o argumento.<sup>123</sup> Conclui-se,

---

<sup>120</sup> Gorender, J. *Op. cit.* pp. 261 e 267.

<sup>121</sup> Idem. *Ibidem.* p. 263. POLOP: Política Operária. Para maiores detalhes, cf. Gorender, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

<sup>122</sup> Gasparoto, J. “Militância”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.* pp. 56, 57 e 59.

<sup>123</sup> Cf. sobretudo Rosa, M. *Op. cit.*

portanto, que a grande repercussão do livro é uma indicação de que Prado Jr. foi habilidoso na coordenação daquelas duas lógicas, a política e a intelectual. Todavia, isto não impede a constatação de que ele se afastara do discurso hegemônico da história enquanto disciplina. Foi o que aconteceu também com Fustel de Coulanges, mais ou menos um século antes, na França. De acordo com a análise do historiador François Hartog, “[Fustel] poder[ia] até dizer a verdade, sem estar ‘na verdade’ de sua disciplina, no que ela pod[ia], considerando-se as regras de formação dos enunciados e de seu horizonte teórico, receber então como verdadeiro”.<sup>124</sup> Isto é, tanto Fustel de Coulanges como Prado Jr. haviam se distanciado do tom dominante nos espaços dominantes dos campos intelectuais respectivos e, neste sentido, soavam destoantes para aqueles que detinham no momento o poder de legitimar as produções intelectuais. O distanciamento de Prado Jr. das lógicas dominantes específicas aparece, sobretudo, na repercussão de suas soluções para os problemas da esquerda. Conforme o historiador Marco Aurélio Garcia:

Se é certo que [as críticas de Caio Prado Jr.] às teses sobre o feudalismo e a burguesia nacional eram saudadas pela nova esquerda, não é menos certo que suas propostas de “reformas” expostas nas partes finais do livro se chocavam com a convicção das dissidências comunistas para as quais se tratava de definir um novo “caráter da revolução brasileira”, de agora em diante socialista como sugeriam as análises de Guevara para a América Latina, o renascimento ainda lento do trotskismo no Brasil ou o súbito prestígio que as posições da POLOP, inspiradas em Talheimer, passariam a ter mais além de sua influência orgânica.<sup>125</sup>

As críticas do historiador tiveram uma repercussão maior porque revelavam um erro metodológico fundamental. Era claro para o PCB e para as esquerdas em geral que seus procedimentos haviam sido mal formulados em algum ponto, o golpe militar não deixava margem a dúvidas. Por outro lado, não se sabia exatamente qual havia sido o equívoco. O que o livro de Caio Prado Jr. fez foi esclarecer qual fora o erro do PCB: o Partido errara ao supor para o Brasil um esquema teórico construído para explicar outra realidade. Ou seja, o erro estava no princípio, na abordagem inicial. Conforme a leitura caiopradiana: “O que se trata[va] de realizar [...] [era] proceder à observação e análise dos fatos tais como êles efetivamente se apresentam no contexto econômico e social

---

<sup>124</sup> Hartog, F. *O século XIX e a história: O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003. p. 33.

<sup>125</sup> Garcia, M. “Um ajuste de contas com a tradição”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.* p. 276.



brasileiro. E partir daí, e somente daí, para sua explicação e interpretação”.<sup>126</sup> Isto ficou claro. Mas suas propostas de ação não foram suficientemente atraentes para os militantes de esquerda.

Por mais que tenha harmonizado convenientemente as questões políticas com o tratamento científico em *A revolução brasileira* – o que de fato se deu, como evidencia o debate caloroso em torno do livro –, Caio Prado Jr. não podia mais superar a distância entre os campos correspondentes. Os dois mundos se organizavam de maneira suficientemente independente entre si para que suas lógicas específicas tivessem características exclusivas. Daí a situação impossível da obra: ainda que tenha sido bem feito o cruzamento dos dois discursos, sua emergência era esquizofrênica. O campo político estava mais fechado aos intelectuais, e estes se mostravam pouco dispostos a lhe falar. *A revolução brasileira* se inscreveu na fronteira entre os campos, era um discurso científico que tratava de questões propriamente políticas e conseguiu repercussão notável. Mas dependia, para a realização concreta de suas propostas, da reunificação entre estes campos, o que resultaria na perda de autonomia do campo intelectual em relação ao político.

#### Nova tentativa no magistério acadêmico

Em 1968, um ano depois de ter viajado pelo Canadá, Argentina e Chile, Caio Prado Jr. pretendeu concorrer à cátedra de História do Brasil na USP, ocupada então por Sérgio Buarque de Holanda, que estava prestes a se aposentar. Para tanto, Prado Jr. apresentou a tese *História e desenvolvimento*. Como em outras ocasiões, também este texto foi composto com recortes de livros anteriores; no caso, a matriz fundamental foi *História econômica do Brasil*. Mas o concurso não se realizou. Foi cancelado pelo governo militar. Além disto, Prado Jr. teve seu título de livre-docente cassado e foi aposentado por decreto, mesmo sem nunca ter exercido o magistério oficialmente. Em 1970, o escritor fugiu do Brasil e se exilou no Chile. Todavia, voltou ainda no mesmo ano. Foi preso, julgado e condenado pelo Tribunal Militar. No ano seguinte, seu caso foi reavaliado pelo Supremo Tribunal, que o absolveu por unanimidade. Produziu pouco durante a década de 1970 e menos ainda na de 1980, principalmente se sua produção

---

<sup>126</sup> Prado Jr., C. *A revolução...* op. cit. p. 122.

neste período for comparada com a anterior. Seus livros foram o *Estruturalismo de Lévi-Strauss – O marxismo de Louis Althusser*, um texto inédito, publicado em 1971; e *A questão agrária no Brasil*, de 1979, que é uma compilação de artigos sobre o tema publicados antes na *Revista Brasiliense*.<sup>127</sup> Além disso, escreveu alguns pequenos artigos publicados em jornais e revistas.

A tese de 1968 foi publicada como livro em 1972.<sup>128</sup> A obra é dedicada a Maria Odila da Silva Dias, por ter sido ela a principal incentivadora de sua escrita. Naquele momento, Silva Dias era a principal assistente de Sérgio Buarque de Holanda na USP e acreditava, como muitos outros, que Prado Jr. era o único historiador que poderia substituí-lo à altura.<sup>129</sup> O subtítulo do livro é: *Contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. Como o adendo permite inferir e a leitura do texto o confirma, o historiador retoma e reforça suas teses e sugestões de ação prática. Sua proposta é uma análise do processo histórico do país que permita desenvolver projetos políticos que visem a melhoria das condições de vida da população. Tais projetos são, sobretudo, de natureza econômica. A estrutura da apresentação repete a fórmula consagrada: em primeiro lugar, uma crítica à bibliografia, que tem como alvo principal a Economia Política; em seguida, sua análise tradicional, que conduz à conclusão de que o Brasil é um país organizado social e economicamente para fornecer produtos tropicais primários para o comércio internacional; e, por fim, a solução: inverter a prioridade mercadológica: ao invés de visar o mercado exterior, atentar para o interno, e que tal atenção tenha por foco a melhoria das condições de vida da maioria da população. Efetivamente, não há novidades na tese, mas isto se justifica pelo fato de que nada teria sido feito, desde que ele apresentou sua interpretação pela primeira vez, para que a situação do país fosse alterada naquele sentido específico e essencial. Mesmo em 1976, no *Post Scriptum à História econômica do Brasil*, depois de vários críticos lhe terem apontado as modificações estruturais fundamentais que a industrialização teria promovido na economia brasileira, Prado Jr. continuava a insistir na idéia de que o país não superou o obstáculo básico do período colonial:

---

<sup>127</sup> Nenhum dos dois livros são especificamente de história. O primeiro não será objeto de minha análise, pelos mesmos motivos, antes explicados, que excluem os demais títulos de filosofia. O segundo, entretanto, apesar de não possuir a especificidade que procuro, será sim aqui analisado, porque se enquadra naquela segunda categoria sugerida: um livro que, mesmo sendo seu cerne político, possui a história como elemento essencial.

<sup>128</sup> Prado Jr., C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

<sup>129</sup> Conforme Iglésias, até mesmo: “O titular, Sérgio Buarque de Holanda, desejava que ele fosse seu sucessor. Nada de melhor poderia ser escolhido, pois só assim poderia haver sucessão em condições de igualdade”. Iglésias, F. *Op. cit.* p. 29.

Posta de lado a acelerada urbanização [...] não se assinala efetivamente no decurso da fase que presenciamos nestes últimos anos [...] nenhum sinal significativo de mudança essencial e fundamental das arcaicas estruturas herdadas de nosso passado colonial. Embora numa forma mais complexa e exteriormente revestido de aspectos mais conformes com maneiras de ser dos dias de hoje, o que é fato universal, o sistema sócio-econômico brasileiro continua, no essencial, o mesmo daquele passado. Isto é, uma sociedade apoiada inteiramente, em última instância, e essencialmente organizada com esse objetivo, na produção primária de gêneros demandados em mercados estranhos.<sup>130</sup>

### Homenagens ao intelectual

Em 1988, Prado Jr. recebeu o prêmio, referente ao ano anterior, Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia, área de Ciências, oferecido pelo CNPq. Não compareceu à cerimônia porque estava gravemente doente. No mesmo ano, foi homenageado pela II Jornada de Ciências Sociais da Unesp de Marília, cujo tema foi seu nome. Este evento merece um destaque especial, por isso a análise que se segue.

O interessante da Jornada, pensada de um ponto de vista antropológico, é, sobretudo, a imagem de Prado Jr., destinada ao público intelectual, conforme construída e reforçada pelos participantes. Nas palavras de Maria Cecília Naclério Homem, última esposa do historiador e depoente na ocasião, Caio Prado Jr. era “considerado mito devido à sua vida por vezes aventureira e até heróica”.<sup>131</sup> Esta era uma representação que vinha sendo elaborada há mais tempo e, no momento, era retomada e enfatizada. Os antecedentes mais significativos podem ser localizados nos textos de Antonio Candido, de 1967; de Carlos Guilherme Mota, de 1977; e de Francisco Iglésias, de 1982, todos já citados, e que estabeleceram os marcos fundamentais da imagem do autor de *Formação do Brasil contemporâneo*.<sup>132</sup> A imagem que se construiu de Caio Prado Jr. é muito próxima daquela que Norberto Bobbio identifica como sendo típica na definição dos intelectuais:

---

<sup>130</sup> Prado Jr., C. “Post Scriptum em 1976 (Janeiro)”. In: Idem. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 355.

<sup>131</sup> Homem, M. “Do palacete à enxada”. In: D’Incao, M. *Op. cit.* p. 45.

<sup>132</sup> Candido, A. *Op. cit.*; Mota, C. *Op. cit.*; Iglésias, F. *Op. cit.*

Uma definição na qual atribuem-se ao intelectual caracteres moralmente positivos, como a independência de juízo, a coragem das próprias opiniões, o amor pela aventura espiritual, o gosto do paradoxo, a ousadia das idéias, o espírito crítico, a propensão para a inovação.<sup>133</sup>

A definição geral de intelectual traçada por Bobbio é muito parecida com a que Florestan Fernandes constrói para o Prado Jr. Segundo o sociólogo paulista, “temos uma característica sua [de Prado Jr.] muito importante a ressaltar: sua famosa independência”. Mais adiante, Fernandes continua: “Outro aspecto, que é muito importante ressaltar na personalidade dele, está na curiosidade intelectual”. Além disto, “também precisa ser salientada a sua coragem”. Sobre a inovação, ele afirma: “Caio inaugurou o modo mais avançado de história interpretativa no Brasil”, e “foi um dos grandes inovadores da explicação da sociedade escravista e de suas peculiaridades fundamentais”. Também assumiu “posições nítidas de um contestador de esquerda”. Fernandes o definiu como um “revolucionário convicto”. Disse ainda: “Há outro aspecto da personalidade de Caio que eu gostaria de destacar: o destemor [...]. Quisesse ou não, ele se transformou num símbolo”. Etc. Por fim, o sociólogo diz que Prado Jr. era leal aos amigos, simples e modesto.<sup>134</sup>

Como se pode notar, os adjetivos que Florestan Fernandes escolhe para caracterizar seu homenageado qualificam mais do que apenas o intelectual de Norberto Bobbio. Isto porque Fernandes elogia três aspectos de Caio Prado Jr, dos quais apenas aqueles referentes à sua capacidade intelectual correspondem aos delineados por Bobbio. Mas, além destes, há também os elogios referentes a seu papel como político e, ainda, aos aspectos de sua vida privada. A imagem de Prado Jr. que se delineia a partir das falas da Jornada de Marília resulta do cruzamento desses três aspectos.

De fato, não é possível classificar absolutamente os elogios em apenas um dos aspectos selecionados. Por mais que, em um primeiro momento, um elogio qualquer seja direcionado a um deles, percebe-se, logo em seguida, que o mesmo pode ser transposto para os outros dois. É o caso, por exemplo, do depoimento de Maria C. N. Homem. Ela opta por construir um discurso contrastante: começa afirmando que “Caio Prado Júnior é, à primeira vista, um homem público que esteve sempre em evidência”.<sup>135</sup> Destaca as características correspondentes a este aspecto da imagem dele

---

<sup>133</sup> Bobbio, N. “Intelectuais”. In: Idem. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. p. 116

<sup>134</sup> Fernandes, F. *Op. cit.* pp. 27-39.

<sup>135</sup> Homem, M. *Op. cit.* p. 45.

para, na continuidade do texto, apresentar aspectos de sua vida privada. Maria C. N. Homem supostamente constrói um mito para, com um contraste, “abandoná-lo”:

Porém, volto-me para Caio Prado Júnior, o homem, e para o que ocorre ao seu redor. Esqueço o mito e vou encontrar a pessoa acessível, de trato incondicionalmente polido. Simples e sóbrio em excesso, acabou por despojar-se de toda extravagância e de ostentação de riqueza. Dono de moral irrepreensível, deixa exposto um flanco vulnerável: a sensibilidade.<sup>136</sup>

A partir do destaque à sensibilidade, Maria C. N. Homem passa a contar detalhes do comportamento e da vida privada de Prado Jr.: diz que “seus pais, embora afetuosos, foram severos e distantes”. Afirma que, talvez porque parte da sua formação escolar foi na Inglaterra, nunca acontecia de “reclamar, recriminar alguém, lastimar-se ou gemer”. Características que o tornavam um homem discreto. A esposa conta algumas curiosidades que dão um colorido a mais ao personagem; conforme diz, seu marido “vive mesmo obcecado com [as idéias] a ponto de estar constantemente distraído. Tão absorto anda com [elas] que bate a cabeça ou tropeça com freqüência, não vendo obstáculos que aparecem à sua frente”.<sup>137</sup> Diz também que ele:

Mantém certa espontaneidade e atos gratuitos que o remetem à infância. Toca a campainha das casas, entorta disfarçadamente o espelho dos automóveis estacionados sobre as calçadas, gosta de atirar bichos para depois rir com gosto. Ama de forma extraordinária a natureza, sobretudo os pássaros, cuidando para que freqüentem seu jardim. Sente prazer em saber que, numa das árvores que plantou, se manteve um ninho de sabiás durante cerca de 40 anos.<sup>138</sup>

Em resumo, Caio Prado Jr. era, nas palavras de sua esposa, “dono de uma vida afetiva intensa”.<sup>139</sup> Por estes trechos, fica claro que o tal abandono do mito Caio Prado Jr. em nome do foco em sua vida particular, por parte de Maria C. N. Homem, possui, na verdade, apenas um efeito retórico. Isto porque ela constrói um outro aspecto deste mito, ao invés de efetivamente deixá-lo de lado.

Danda Prado, filha mais velha do historiador, destaca ainda que “Caio viveu, a contragosto, oficial e oficiosamente no ostracismo da *intelligentsia* nacional, quer de

---

<sup>136</sup> Idem. *Ibidem.* p. 46.

<sup>137</sup> Idem. *Ibidem.* pp. 46-49.

<sup>138</sup> Idem. *Ibidem.* p. 53.

<sup>139</sup> Idem. *Ibidem.* p. 53.

direita quer de esquerda”.<sup>140</sup> No mesmo sentido, Fernandes afirma que Prado Jr. sofreu sanções tanto dos membros de sua classe de origem, que não perdoavam a sua deserção; como dos próprios comunistas, que não sabiam como aproveitar bem as contribuições que ele lhes trazia. No entanto:

Caio suportou equilibrada e serenamente as duas espécies de sanção. O seu saber de historiador ajudava-o a entender, perdoar e vencer os entraves com os companheiros. A sua coragem e o seu orgulho o preparavam para repelir as afrontas dos esbirros e a repressão policial.<sup>141</sup>

O material selecionado indica que existia um interesse em criar, ou reforçar, uma imagem lendária de Caio Prado Jr. Esta intenção condiz com aquela considerada típica para a representação dos intelectuais, conforme escreveu Norberto Bobbio. A militância política de Prado Jr. mantém os mesmos “caracteres moralmente positivos” que o definem enquanto intelectual. E os aspectos destacados de sua vida pessoal não desmentem nenhuma das qualidades anteriores, pelo contrário, eles reafirmam e dão um toque peculiar à imagem de Caio Prado. É interessante que alguns detalhes de sua vida pessoal, que – dentro de uma lógica moral específica, cristã e burguesa – poderiam ser de alguma forma desabonadores, não são citados, como exemplo, o fato de ele ter tido várias esposas. No entanto, talvez de forma não consciente, foi evitado mencionar qualquer possível deslize de Prado Jr. com vistas a criar uma imagem o mais “politicamente correta” possível.

De uma maneira geral, é possível especular sobre alguns dos porquês que sustentariam esse interesse. Um deles pode ser a proximidade da morte. Maria C. N. Homem dava “notícias sobre como Caio viv[ia] o presente momento [1988]. Há cerca de quatro anos v[inha] travando mais uma batalha: a luta contra a morte”.<sup>142</sup> Visto que Prado Jr. era considerado desde há algum tempo um indivíduo de destaque nos ambientes intelectuais brasileiros, uma homenagem ainda em vida seria interessante. Outro porquê pode estar relacionado ao momento de reabertura política. Os “heróis” da esquerda finalmente tinham espaço para se apresentarem publicamente sem medo.<sup>143</sup> E

---

<sup>140</sup> Prado, D. “Meu pai”. In: D’Incao, M. *Op. cit.* p. 41.

<sup>141</sup> Fernandes, F. *Op. cit.* p. 35.

<sup>142</sup> Homem, M. *Op. cit.* p. 54.

<sup>143</sup> Este fenômeno é semelhante àquele descrito por Pollack para a emergência de memórias subterrâneas, e que “consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. Essa memória ‘proibida’ e portanto ‘clandestina’ ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia

uma das formas disto ser feito era congregar vários dos intelectuais de esquerda para debater suas idéias. Um tema unânime e de grande força simbólica seria o nome de um homem considerado como grande intelectual comunista. Também se pode especular sobre interesses específicos dos professores da área de humanidades da Unesp de Marília, pois a evocação do nome de Caio Prado Jr. atrairia grande atenção de vários outros intelectuais importantes de centros mais consolidados (como a USP, por exemplo). Se foi este o caso, a Jornada foi um sucesso, pois contou com nomes como Antonio Candido, Otávio Ianni, Jacob Gorender, Luis Carlos Bresser Pereira, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, o já citado Florestan Fernandes, entre outros.

### Após a morte

Caio Prado Jr. faleceu em novembro de 1990 na cidade de São Paulo. Depois de sua morte, alguns importantes volumes, cujo tema era seu nome, foram publicados e merecem uma análise cuidadosa. Até mais ou menos o início da década de 1990, os livros de Prado Jr. eram, em geral, utilizados como referências atuais nos debates acadêmicos. Por volta dos últimos anos do século XX, a obra em questão começou a ser estudada por outro ângulo, como um todo fechado e passível de ser localizado numa conjuntura histórica específica e determinada. Segundo Carlos Nelson Coutinho, os novos estudos são marcados especialmente pelos livros de Rubem Murilo Leão Rêgo e de Bernardo Ricupero.<sup>144</sup> No entanto, ainda é preciso lembrar de Paulo Iumatti e de Raimundo Santos. Estes quatro autores representam o que há de mais atual publicado sobre Caio Prado Jr. Além destes, há algumas dissertações e teses que vem se ocupando do mesmo tema. De uma forma geral e resumida, as novas análises da obra caiopradiana buscam recuperar criticamente o pensamento do autor e pensar a validade de suas idéias para a atual conjuntura brasileira. Colaboram, portanto, para relegitimar, com as devidas reservas, as interpretações do Brasil iniciadas na década de 1930. A bibliografia sobre

---

oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades”. Pollack, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 6.

<sup>144</sup> Coutinho, C. “Apresentação: Atualidade de Caio Prado Júnior”. In: Rêgo, R. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

Caio Prado Jr. normalmente reforça a posição de cânone do autor na historiografia brasileira e no marxismo latino-americano.

A literatura anterior sobre Caio Prado Jr. – ou seja, os textos redigidos principalmente até 1980 – propunha-se a discutir as idéias do autor não em perspectiva histórica, mas em tom de debate, pois Prado Jr. participava das contendas. Segundo Francisco Iglésias, todavia, pelo menos até 1982, nenhum dos comentadores fez algo relevante.<sup>145</sup> Mais uma característica desta literatura é não haver nenhuma obra de fôlego sobre Caio Prado, o que havia eram apenas pequenos artigos ou comentários. Salvo engano, o primeiro livro sobre Caio Prado é de 1989, uma coletânea de textos de vários autores organizada por Maria Angela D’Incao.<sup>146</sup>

Rubem Murilo Leão do Rêgo faz um exercício de reconstrução do pensamento de Caio Prado Jr. a partir da análise de suas obras históricas, sociológicas, econômicas e políticas. Seu objetivo principal é identificar a articulação interna das idéias caiopradianas para tentar perceber de que maneira se constrói a compreensão de Prado Jr. a respeito “tanto dos elementos fundamentais como dos processos essenciais e contraditórios que foram constitutivos da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira”.<sup>147</sup> Rêgo nota em Prado Jr. uma preocupação com os problemas centrais da realidade brasileira e tenta revelar quais são as principais linhas de força de seu pensamento na análise destes problemas. Ele reforça, assim, as características principais da obra e, com isto, reafirma sua pertinência. A insistência caiopradiana em elementos de permanência herdados do período colonial na formação social brasileira, como o caráter periférico, mas voltado para o centro e a subordinação em relação aos países ricos é o principal elemento que Rêgo se propõe a relegitimar.

Bernardo Ricupero, por sua vez, insere a obra de Caio Prado Jr. no contexto do marxismo latino-americano.<sup>148</sup> A partir das implicações políticas dos textos de Prado Jr., Ricupero associa a obra àquela corrente de pensamento. Demonstra que o marxismo caiopradiano se coordena com uma análise séria e competente da realidade brasileira. Chama a atenção para o não dogmatismo de Caio Prado Jr., principalmente depois da III Internacional, quando as diretrizes de atuação dos comunistas se tornam mais rígidas, pois Prado Jr. não adota simplesmente as determinações do Partido. Como, para Ricupero, as idéias caiopradianas destoam das dos demais marxistas, tal fato representa

---

<sup>145</sup> Iglésias, F. *Op. cit.*.

<sup>146</sup> D’Incao, M. *Op. cit.*.

<sup>147</sup> Rêgo, R. *Op. cit.* p. 23.

<sup>148</sup> Ricupero, B. *Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2000.



a nacionalização do marxismo.<sup>149</sup> A associação de Caio Prado Jr. com o marxismo ao longo de toda sua trajetória é o que justifica o interesse neste autor; principalmente quando a filiação teórica passa a ser menos importante do que a consistência das respostas aos problemas de desenvolvimento e evolução histórica enfrentados pela sociedade brasileira.

Já a proposta de Raimundo Santos é analisar o papel dos comunistas na cultura política brasileira.<sup>150</sup> Segundo ele, não é possível entender as práticas sócio-políticas do país sem uma observação atenta do comunismo pecebista. No seu livro, Santos direciona sua atenção a Caio Prado Jr. Durante a análise, procura responder às críticas que qualificam a obra caiopradiana como datada, ultrapassada. Para tanto, tenta esclarecer a ação teoricamente orientada da militância de Prado Jr. em comparação com as propostas do PCB. As diferenças, frisa Santos, existem e são importantes. Não obstante, havia um objetivo comum muito claro: a construção de um socialismo a partir de uma revolução nacional e democrática que modificaria toda a vida social brasileira. Outra tentativa de Santos é a de resgatar elementos do pensamento caiopradiano que sejam aplicáveis à conjuntura atual brasileira. Sua preocupação central é, assim, repensar as práticas da esquerda brasileira e, para tanto, identifica em Caio Prado Jr. um ponto de reflexão fundamental, pois este, na vida e na obra, apresenta discussões sobre a atuação política que não devem ser esquecidas.

Finalmente, o trabalho de Paulo Iumatti é sobre fontes de acesso restrito, os diários políticos que Caio Prado Jr. redigiu.<sup>151</sup> O que ele faz é uma interpretação das leituras políticas e das análises de conjuntura que Prado Jr. revela através destes documentos. Iumatti procura entender melhor a vida política brasileira na década de 1940 a partir das relações entre as anotações do intelectual militante político e o seu contexto histórico imediato. Em relação aos demais trabalhos, o de Iumatti é o que mais se distancia, na minha opinião, de uma tentativa de relegitimação da obra de Prado Jr.

No ano que agora corre, 2007, no qual se comemora o centenário do nascimento de Prado Jr., surgem novas oportunidades de reabilitação de sua obra. Nos espaços acadêmicos haverá a publicação, pela Universidade Federal de Ouro Preto, de uma revista cujo tema do dossiê é Caio Prado Jr. e houve também um Simpósio que levou seu nome, na Universidade Federal de Pernambuco. Na política, o evento mais

---

<sup>149</sup> Rêgo, R. "Apresentação". In: Ricupero, B. *Op. cit.*.

<sup>150</sup> Santos, R. *Op. cit.*

<sup>151</sup> Iumatti, P. *Op. cit.*

significativo talvez tenha sido o Congresso do PPS, um dos partidos que invoca ser o herdeiro legítimo do antigo PCB, que foi intitulado também com o nome do historiador.

Nos próximos capítulos, serão analisadas as concepções de história e de historiador que Prado Jr. assumiu ao longo de sua trajetória. A discussão que se segue está baseada nas informações deste primeiro capítulo que, como foi mencionado, deve lhe servir como suporte. O tema do próximo capítulo são as concepções de historiador, entendido como sujeito do conhecimento e o do último são as concepções de história, por sua vez, entendida como objeto do conhecimento.

## PARTE II

De uma maneira geral, é possível definir uma epistemologia válida para toda a obra de Caio Prado Jr. No entanto, ao longo dos anos em que produziu, o historiador foi modificando sensivelmente a ênfase com que destacava determinadas características tanto do sujeito como do objeto do conhecimento. Os acentos sutis em uma ou outra qualidade dos elementos fundamentais do processo de conhecimento dão uma cor específica para cada momento de sua produção, que precisa ser relacionada com o contexto específico em que se realizara para se alcançar uma compreensão mais profunda do significado de tais realces.<sup>1</sup> Portanto, neste capítulo, em que o tema discutido é a concepção de sujeito do conhecimento histórico de Prado Jr., apresentarei, em primeiro lugar, uma definição geral desta concepção para, em seguida, analisar suas inserções específicas no contexto histórico.

Caio Prado Jr. acompanha as formulações básicas da epistemologia marxista. Sendo assim, é possível seguir as explicações do filósofo marxista Adam Shaff para situar, de um modo amplo, as concepções de sujeito e de objeto do materialismo histórico.<sup>2</sup> O conhecimento, conforme Shaff, é fruto de uma interação específica entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. Este processo, no entanto, não é unívoco e pode ser interpretado fundamentalmente de três maneiras, que se diferenciam entre si por suas concepções específicas de sujeito e de objeto. O primeiro modelo, na ordem de apresentação escolhida por Shaff, é nomeado “construção mecanicista da teoria do reflexo”:

Segundo esta concepção, o objeto do conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito que é um agente passivo, contemplativo e receptivo; o produto deste processo – conhecimento – é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito. É por isso que qualificamos este modelo de mecanicista.<sup>3</sup>

Este primeiro modelo supõe que o sujeito teria a capacidade de perceber a realidade como ela é de fato, teria acesso ao objeto em si, reproduzido em sua mente de maneira completa e total. Desta forma, o conhecimento viria pronto, dado pelo objeto.

---

<sup>1</sup> Cf. Cezar, T. “Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX”. *História Unisinos*. São Leopoldo - RS, v. 08, n. 10, p. 11-34, 2004.

<sup>2</sup> Shaff, A. *História e verdade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1978.

<sup>3</sup> Idem. *Ibidem*. p. 73.

O segundo modelo de Shaff é por ele denominado “idealista e ativista”:

Se, no primeiro modelo, passivo e contemplativo, a predominância na relação sujeito-objeto volta ao objeto, é o contrário que se produz no segundo modelo idealista e ativista; a predominância, se não a exclusividade, volta ao sujeito que conhece, que apercebe o objeto do conhecimento como sua produção. Este modelo concretizou-se em diversas filosofias subjetivistas-idealistas e – no estado puro – no solipsismo.<sup>4</sup>

O sujeito, neste caso, é o senhor absoluto do conhecimento. A realidade objetiva, no extremo, pode ser dispensada. O conhecimento é uma criação do sujeito, que pode ter por princípio algo exterior a si ou se originar do próprio conhecedor. O que se sabe sobre o objeto é totalmente independente do próprio objeto.

O terceiro modelo é o “interativo” e se opõe aos outros dois no sentido de que, enquanto para aqueles o conhecimento era fruto da preponderância de um dos elementos da relação – do sujeito ou do objeto –, agora ambos passam a ter um papel significativo e equivalente no processo. Neste terceiro modelo, o sujeito é concebido como um “indivíduo humano”, expressão que, segundo Shaff, pode ser entendida de duas maneiras: a partir de um ponto de vista individualista e subjetivista ou de uma perspectiva social e objetiva.

Nos termos da concepção individualista e subjetivista, o indivíduo está isolado da sociedade e subtraído à sua ação; em outros termos, é encarado abstraído da cultura e, portanto, reconduzido à sua existência biológica que determina de uma maneira natural os seus caracteres e as suas propriedades.<sup>5</sup>

Conforme a visão social e objetiva, o indivíduo humano é produto de um determinado contexto histórico, com limitações e potencialidades biológicas e sociais específicas. De acordo com Marx e Engels: “O que os indivíduos são [...] depende das condições materiais de sua produção”.<sup>6</sup> Esta concepção foi inscrita no debate intelectual europeu como uma contraposição a determinadas posições da filosofia francesa e inglesa, como explica o filósofo Jürgen Habermas, a partir de uma citação de Marx:

---

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem.* p. 74.

<sup>5</sup> Idem. *Ibidem.* p. 78.

<sup>6</sup> Marx, K.; Engels, F. *A ideologia alemã: I – Feuerbach.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1999. p. 28.

“A essência humana não é algo abstrato, imanente ao indivíduo singular. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”. Essa é uma declaração de guerra – que recolhe o ensinamento do conceito hegeliano de *espírito objetivo* – contra o individualismo prático da filosofia moral inglesa e francesa: de acordo com ambas, o sujeito capaz de ação é uma mônada isolada.<sup>7</sup>

Em suma, esta última perspectiva é a que caracteriza a concepção marxista de indivíduo. Conforme Shaff: “O homem é na sua realidade o conjunto das relações sociais [...] [e, ao mesmo tempo, é] parte da natureza, está submetido às suas leis gerais”.<sup>8</sup> Para usar uma metáfora lingüística, não se deveria separar os sentidos dos verbos “ser” e “estar” neste caso – privilégio possível em alguns poucos idiomas, como o português –, porque a definição da essência individual, o “ser”, seria dada pelo estado específico de um momento determinado – pela ação, pelo “estar” portanto – e, sendo assim, não seria um imo estático. Neste sentido, como demonstra Habermas, a epistemologia marxista se diferencia de todas as demais:

O princípio segundo o qual “os indivíduos são tal como externam sua vida, e, portanto, o que eles são coincide com a sua produção, tanto com o *que* eles produzem quanto com o modo *como* produzem” pode ser entendido [...] como um *pragmatismo* orientado no sentido de uma teoria do conhecimento: ou seja, como uma crítica do fenomenalismo das orientações (empirista ou racionalista) que entendem o sujeito cognoscente como consciência passiva e que repousa em si mesma. O mesmo princípio tem também conotações *materialistas*: ele se volta em igual medida contra o idealismo teórico e contra o idealismo prático, que afirmam o primado do espírito com relação à natureza e o primado da idéia com relação ao interesse.<sup>9</sup>

Tudo isso, por um lado, define a posição do materialismo histórico em relação às demais opções epistemológicas. E, a partir de tais relações, por outro lado, conforme as conclusões da análise de Shaff, tem-se as características específicas do marxismo em si:

É só na condição de ter em conta todos estes aspectos do problema que é possível compreender “o homem” não como um ser abstrato, logo como um simples exemplar da sua espécie biológica, mas como um indivíduo concreto, quer dizer, tomando em consideração a sua especificidade histórica, social e individual. Só o indivíduo humano concreto, percebido no seu condicionamento biológico e no seu condicionamento social, é o

---

<sup>7</sup> Habermas, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990. p. 114.

<sup>8</sup> Shaff, A. *Op. cit.* pp. 79 e 80.

<sup>9</sup> Habermas, J. *Op. cit.* pp. 113-114.

sujeito concreto da relação cognitiva. É portanto então evidente que esta relação não é nem pode ser passiva, que o seu sujeito é sempre ativo, que introduz – e deve necessariamente introduzir – algo de si no conhecimento que é então sempre, numa acepção determinada destes termos, um processo subjetivo-objetivo.<sup>10</sup>

Portanto, para o marxismo, o sujeito do conhecimento e seu objeto respectivo não podem ser entendidos separadamente. Para a compreensão dos termos é essencial considerá-los na relação que estabelecem entre si. Uma relação de interdependência, que se dá por meio da ação e somente nela. A ação, por sua vez, é uma via de mão dupla, pois o sujeito age sobre o objeto e este age sobre aquele. O desenvolvimento desta ação é temporal e caracteriza um processo dialético. Nas palavras de Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>11</sup> O sentido original da palavra história na frase lapidar é o de *Geschichte*, no entanto, sem nenhum problema, pode ser estendido à *Historie*.<sup>12</sup> Segundo Koselleck, desde de meados do século XVIII, a história de eventos particulares começou a ser articulada com a história de outros eventos mais ou menos sincrônicos, esta articulação:

Passou por um processo de abstração e agregação de elementos que tornou possível, pela via do conceito de história, em sua acepção a partir do século XVIII, a sua compreensão e inteligibilidade como fenômeno histórico. Trata-se portanto de um conceito altamente sofisticado do ponto de vista teórico, capaz de articular experiências individuais numa totalidade coletiva.<sup>13</sup>

A relação que os indivíduos estabelecem com a sua própria história é equivalente, no que se refere à estrutura do processo, àquela que o sujeito do conhecimento tem com seu objeto respectivo. O historiador constrói, cria uma determinada versão da história, mas limitado pelas condições da disciplina. Por outro lado, a configuração social não apenas

---

<sup>10</sup> Shaff, A. *Op. cit.* p. 81.

<sup>11</sup> Marx, K. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969. p. 17.

<sup>12</sup> No original alemão: “*Die Menschen machen ihre eigene Geschichte, aber sie machen sie nicht aus freien Stücken, nicht unter selbstgewählten, sondern unter unmittelbar vorgefundenen, gegebenen und überlieferten Umständen*”. Marx, K. “Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte”. In: Marx, K.; Engels, F. *Werke, Band 8*. Berlin: Dietz Verlag, 1972. p. 115. Para uma discussão mais detalhada sobre a diferenciação entre os conceitos de *Geschichte* e *Historie*, cf.: Koselleck, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ; Ed. Contraponto, 2006.

<sup>13</sup> Idem. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 142.

restringe, mas oferece as potencialidades do desenvolvimento do trabalho historiográfico. Quando o historiador produz, ele modifica as condições que o determinam, renegocia as estruturas da disciplina. Enfim, há um constante movimento dialético de estruturação e reestruturação dos indivíduos e da realidade e, portanto, do sujeito do conhecimento e de seu objeto. Neste sentido, Hobsbawm ainda acrescenta:

Acredito ser o marxismo uma abordagem muito melhor da história porque está mais visivelmente atento do que as outras abordagens àquilo que os seres humanos podem fazer enquanto sujeitos e produtores da história, bem como àquilo que, enquanto objetos, não podem.<sup>14</sup>

Para o caso em questão, o historiador concreto, Caio Prado Jr., modifica e é modificado pelas condições específicas em que desenvolve seu trabalho. Por isto, mesmo com uma epistemologia geral de fundo, as ênfases de Prado Jr. em um ou outro aspecto do sujeito ou do objeto do conhecimento revelam as especificidades do seu entendimento sobre a disciplina em cada momento de sua obra. De 1933 até 1978, período que delimita sua trajetória como historiador e publicista, analisarei quais são as principais ênfases e deslocamentos nas concepções epistemológicas fundamentais.

Entre 1933 e 1945

Caio Prado Jr. teria estreado de forma bombástica, porém seu estrondo não foi ouvido muito longe. Ele poderia ter pleiteado o lugar dos debutantes oficiais, pois tinha todas as condições para tanto, mas não o fez. Ao invés disto, criou para si um novo espaço. O jovem advogado possuía o capital simbólico necessário para começar sua carreira intelectual em uma posição favorecida na historiografia brasileira dominante. Seu nome arrastava o peso de famílias tradicionais de São Paulo. A formação escolar, esmerada e rígida, garantia-lhe as ferramentas culturais de que precisaria. O seu capital de relações pessoais, tão importante naquele momento para uma inserção de sucesso no meio intelectual, era especialmente consistente. Caio Prado Jr. conhecia pessoalmente grande parte dos mais importantes políticos paulistas. Alguns dos postos-chave do governo

---

<sup>14</sup> Hobsbawm, E. “A história progrediu?”. In: Idem. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 77.



estadual e federal eram ocupados por familiares seus. Os jantares oferecidos por seus avós maternos eram freqüentados pelos artistas e intelectuais mais destacados da região.

Entretanto, quando emerge como escritor, Prado Jr. não utiliza todas essas vantagens a seu favor. Como visto no capítulo anterior, ele opta por se posicionar intelectualmente contra a tendência dominante. Nega a validade do conhecimento histórico produzido no Brasil até aquele momento, com apenas uma ressalva: Oliveira Viana, que, apesar de ter sido poupado por conta da sua “análise sistemática e séria”, foi criticado pelas “grosseiras adulterações dos fatos”. Ao lado da negação, o estreante invoca uma série de valores e virtudes que, na sua opinião, deveriam balizar a escrita da história. Prado Jr. fala sobre aquilo “que se passa no íntimo de nossa história”, o que verdadeiramente deveria interessar os historiadores; e não sobre a “superfície dos acontecimentos” que, enfim, não são “senão um reflexo exterior”, “um reflexo de forças que atuam no seio da sociedade”. Afirma, em tom de denúncia, que a história oficial, aquela dos “heróis e grandes feitos”, corresponde aos desígnios das classes dominantes e, portanto, é escrita para beneficiá-las.<sup>15</sup> O seu ponto de vista, ao contrário, harmonizar-se-ia com os interesses das classes trabalhadoras – uma perspectiva politicamente mais legítima, na sua opinião, do que a de seus desafetos, posto que estaria de acordo com o progresso da humanidade, com a construção de uma sociedade melhor e mais justa para todos, com o desenvolvimento do país etc., e não apenas com os objetivos mesquinhos da burguesia. Prado Jr. invoca uma série de valores que julga serem reconhecidos como universais – e que, portanto, se justificariam por si mesmos – tanto no sentido mais geral, referentes à humanidade como um todo, quanto no que diz respeito às posturas propriamente científicas. Sua denúncia contra a historiografia dita oficial poderia ser explicada como o desvendamento do fato de que os historiadores tradicionais não adotam efetivamente aqueles valores em suas obras e que, portanto, cultivam outros, definidos em oposição aos universais e, sendo assim, ilegítimos porque particulares, já que o principal critério de legitimidade seria a universalidade.

Além disto, há a novidade do método. O materialismo histórico é pela primeira vez utilizado de forma produtora na análise da realidade brasileira. Houve tentativas de interpretação marxista do Brasil anteriores à sua, contudo, elas não passaram do que é comumente classificado como transposição mecânica da teoria de Marx para um contexto diferente do original. Por isso, é consenso entre os estudiosos do tema que

---

<sup>15</sup> Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil”. In: Idem. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966. pp. 7 e 8.

Prado Jr. foi o primeiro a utilizar tal perspectiva interpretativa de modo competente no país.

O que o jovem historiador pretendia, segundo ele mesmo, era apresentar uma síntese da evolução política do Brasil. A diferença entre a síntese e a história é significativa. A primeira é pouco mais do que um resumo estendido sobre um dado tema. A segunda, por sua vez, é bastante mais complexa, pois requer muito esforço e tempo, constitui-se em uma tarefa árdua e demorada. Conforme apontei no primeiro capítulo, Prado Jr. considerava impossível escrever a história da evolução política nacional naquele momento, porque: “para fazer a história completa [...] seria necessário um material que está em grande parte ainda por constituir-se”.<sup>16</sup> Mesmo assim, ele propunha a si mesmo assumir o sacrifício e, um dia, tentar escrever essa história. Caíam-lhe muito bem, portanto, os trajes do herói. Mas o que se publicava não era a história, e sim a síntese. Esta síntese era uma leitura específica de vários trabalhos de historiadores, dos quais Prado Jr. procurava filtrar as informações que se lhe apresentavam, de modo a produzir uma interpretação diferente das encontradas em suas referências. Ou seja, ainda que negasse a validade do conhecimento histórico produzido até aquele momento, utilizava este mesmo conhecimento como ponto de partida e referência básica de seu trabalho, pois o historiador praticamente não utilizou fontes originais da época estudada. De qualquer forma, os ataques que Prado Jr. desferiu contra a historiografia dominante são coerentes com sua postura. Era, de maneira simplificada, um problema de engajamento, ao mesmo tempo, teórico-científico e político. Como explica Hobsbawm, este engajamento envolve dois espectros superpostos:

Dos quais um expressa as várias nuances da dimensão política ou ideológica dos processos e descobertas da pesquisa, e o outro, as conseqüências que se pretendem deduzir daí para o comportamento subjetivo do historiador. Para colocar em termos simples, um diz respeito ao engajamento dos fatos, o outro, ao das pessoas [...] O engajamento na ciência (empregando a palavra na acepção geral da alemã *Wissenschaft*) não reside na discordância sobre fatos verificados, mas sobre sua escolha e combinação, e sobre o que se pode inferir a partir dos mesmos. Ele pressupõe procedimentos incontroversos para verificar ou falsear a evidência, e procedimentos incontroversos em sua discussão.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Idem. *Ibidem*. p. 7.

<sup>17</sup> Hobsbawm, E. “Engajamento”. In: Idem. *Op. cit.* pp. 139 e 140.

O consenso sobre a verificação dos fatos estava estabelecido, havia métodos aceitos por todos para comprová-los: ninguém discordava, por exemplo, de que a família real portuguesa veio para o Brasil em 1808. Todavia, se foi uma fuga ou se foi uma transferência de sede seriam versões que poderiam causar alguma celeuma. As interpretações divergentes do livro de 1933 não seriam fruto somente da opção por um posicionamento científico, determinadas questões políticas pesavam muito nesta escolha. Sendo assim, não convém tentar separar o que diria respeito a uma ou a outra instância, pois, na maior parte dos casos, os posicionamentos dialogam com ambas. Interpretar a Independência como uma Revolução ou valorar positivamente as revoltas/revoluções populares do período da Menoridade de D. Pedro II, por exemplo, eram formas de ver a história que implicavam tanto em posicionamentos científicos como em políticos.

Dessa forma, com *Evolução política do Brasil*, Prado Jr. se coloca na fronteira entre os mundos político e intelectual. Uma fronteira que, naquele momento, era bastante fluída e, por isso, possibilitava uma circulação mais ou menos fácil entre os espaços. Como mostrei antes, nas décadas posteriores, a diferenciação entre tais esferas se torna mais nítida, a ponto de se poder considerá-los campos sociais, com autonomia e regras próprias. As ações de Prado Jr., a partir da maior consolidação dos campos, passam a ter importância ora em um ora em outro, mas apenas em um deles por vez, conforme o tipo da intervenção empregada. Para que ele aja novamente nos dois campos de modo simultâneo e com um só ato, teremos que esperar até 1966. De qualquer forma, em 1933, ser historiador e ser político tinham pesos equivalentes no texto de Prado Jr. Com isto, o sujeito do conhecimento tinha um papel ativo não apenas na relação epistemológica, mas também interferia de maneira significativa em outras esferas da vida humana, especialmente a política. De tal modo que o autor de *Evolução política do Brasil* era tanto um sujeito histórico como um historiador.

Conforme Adam Shaff:

É admissível distinguir dois significados para a palavra “história”: como processo histórico objetivo (*res gestae*) e como descrição desse processo, ou seja a historiografia (*historia rerum gestarum*). Esta distinção baseia-se na concepção filosófica, implícita ou explícita, que admite duas ordens diferentes de coisas: por um lado, a realidade que existe fora e independentemente de todo o espírito que conhece; por outro lado, o pensamento relativo a esta realidade. É apenas no contexto desta

concepção e desta distinção que se colocam os múltiplos problemas da teoria do conhecimento que [...] valem para a teoria da história.<sup>18</sup>

Shaff afirma que a concepção filosófica que sustenta tal distinção é inaceitável para o marxismo.<sup>19</sup> Por isto, os “múltiplos problemas da teoria do conhecimento” derivados daí não fazem sentido em uma análise baseada no materialismo histórico. Para os seguidores de Marx, não existe aquela separação, tal como esboçada, entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. Ambos fariam parte de uma mesma realidade; ainda que diferentes, estariam diretamente relacionados e seriam interdependentes. Ou, em outras palavras, o pensamento seria uma manifestação concreta, uma ação no mundo e não uma entidade descolada desta realidade. Sendo assim, o pensamento seria também um produto de relações e, portanto, necessariamente influenciado por uma infinidade de elementos: “Uma das principais idéias do materialismo histórico é a tese sobre o condicionamento social da consciência humana, problema ao qual é consagrada a teoria da infra e da superestrutura”.<sup>20</sup>

Todavia, ao contrário do que afirma Shaff, é possível admitir aquela separação, mesmo a partir de uma concepção de realidade una. Em termos absolutos, de fato, a separação não tem por quê, pois, se o pensamento é uma manifestação concreta, é algo que acontece no mundo, então não se diferencia das demais manifestações, pois compartilha com elas o mesmo estatuto ontológico. Contudo, a partir de determinadas opções metodológicas, pode-se classificar as ações conforme seu âmbito de influência direta na realidade. Isto não faz com que o pensamento ou qualquer outra manifestação se destaque ontologicamente do resto; mas, de acordo com a instância da realidade que se investigue, as diferenças específicas saltarão aos olhos. Como o que se empreende aqui é uma análise social, são os diferentes efeitos sociais que as manifestações provocam que se leva em conta nas separações. Para dar um exemplo: fazer a revolução, no sentido marxista clássico, e escrever história são ações que, enquanto ações somente, não podem ser diferenciadas no que diz respeito a sua essência, mas cada uma delas produz efeitos diferentes sobre a sociedade. Escrever livros de história é uma ação que se refere diretamente ao campo intelectual e, na maior parte dos casos, tem muito pouca importância fora deste espaço. Já fazer a revolução possui uma abrangência bem maior, pois modifica as instâncias básicas da organização social e, portanto, influi na vida de

---

<sup>18</sup> Shaff, A. *Op. cit.* pp. 133-134.

<sup>19</sup> *Idem. Ibidem.* p. 136.

<sup>20</sup> *Idem. Ibidem.* p. 145.

praticamente todas as pessoas da sociedade em questão. Os diversos efeitos da obra historiográfica de Caio Prado Jr. foram sentidos em diferentes campos sociais, sobretudo os político e intelectual do país; mas em cada um deles de uma maneira específica, cuja compreensão depende da análise das lógicas respectivas de cada campo.

De acordo com o que foi dito, tem-se que o sujeito do conhecimento histórico de *Evolução Política do Brasil* é também um sujeito histórico, no sentido político do termo. O texto tem pretensões tanto de intervenções epistemológicas, afinal produz uma “síntese” da história política do país a partir de um “método novo”, quanto políticas, pois interpreta a ciência da história como uma ferramenta de dominação: “Na nossa história os *heróis e os grandes feitos* não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial...”.<sup>21</sup> É esta concepção, a história como instrumento de poder, que mantém o livro de 1933 na fronteira entre os campos político e intelectual. O conhecimento, no caso, é entendido como uma espécie de arma, que pode ser usada tanto para o “bem”, quanto para o “mal”. Por isso, se se mantém o raciocínio, conclui-se que a principal intenção de Prado Jr. era inverter o pólo das forças: ao invés de sustentar a história como instrumento das classes dominantes, ele oferecia a alternativa de usá-la como ferramenta dos dominados. Assim sendo, é por meio de um movimento epistemológico que ele pretende intervir politicamente. Mas, ao mesmo tempo, é o seu posicionamento político que inspira sua ação sobre o conhecimento. Logo, como um marxista gostaria de descrever, o que acontece é uma relação dialética entre política e história.

Concretamente, Prado Jr. denuncia o funcionamento político da história oficial, demonstra como o conhecimento é “manipulado” em benefício dos dominantes. Ele explica que, do ponto de vista tradicional, os protagonistas da história são os homens da elite e, sendo assim, seriam eles que assumiriam o papel de guia do processo histórico. No entanto, esta perspectiva estaria equivocada porque tais homens não seriam de fato os verdadeiros motores da sociedade. Forças maiores, ainda que obscuras, estariam por trás dos panos e construiriam o futuro efetivamente. E os representantes por excelência destas forças seriam as classes trabalhadoras. Através de estudos econômicos, demográficos, sociológicos, etc. era possível demonstrar o peso irresistível das ações coletivas no processo histórico, o que desalojava a iniciativa individual do posto de condutor de tal processo. Portanto, visto que o proletariado era o verdadeiro

---

<sup>21</sup> Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil”. In: Idem. *Evolução... op. cit.* p. 8. Grifo original.

protagonista da história, pois representava a maior força coletiva, nada mais justo do que assumir seus interesses como universais. Ou seja, a partir de uma constatação científica – serem as classes trabalhadoras a força histórica fundamental – derivava-se um posicionamento político: a luta pelo socialismo.

Neste sentido e mais especificamente, o sujeito do conhecimento tem um papel importante como sujeito histórico, mas não é ele quem protagoniza o processo. O historiador fornece instrumentos para os agentes principais: o tradicional ajuda as classes dominantes, mas a hegemonia destas é apenas reforçada pela história, não se baseia nela; já o revolucionário fornece um conhecimento fundamental para o proletariado, sem o qual não haveria como promover a luta. Isto porque seria necessário estimular a conscientização das classes trabalhadoras sobre sua condição de exploradas. Para que o proletariado adquirisse tal consciência, a exploração precisaria ser revelada em toda a sua crueza através do conhecimento produzido por intelectuais. Se os dominados não contassem com este saber, não teriam como fazer a revolução, pois não seriam conscientes de sua situação. De tal modo que o sujeito do conhecimento está em uma posição-chave em relação aos dominados, mas secundária em relação aos dominantes. Como Prado Jr. se alinha ao lado das classes trabalhadoras, o papel que assume é vital para o sucesso da luta revolucionária. Esta idéia está apenas subentendida em *Evolução Política do Brasil*, mas, de qualquer forma, é mais ou menos freqüente na literatura marxista, portanto, não foi uma intuição original de Prado Jr. Apesar de o historiador não tê-lo lido, Gramsci desenvolve tal questão com maior profundidade em seus trabalhos.<sup>22</sup>

Após a publicação de seu o livro de estréia, Caio Prado Jr. investiu seus maiores esforços na política. Como foi assinalado no capítulo anterior, o jovem historiador esteve envolvido com a Aliança Libertadora Nacional e, por conta do fracasso desta, foi obrigado a se exilar do Brasil durante algum tempo. Voltou ao país pouco antes do início da II Guerra Mundial, em 1939. Sua próxima aparição significativa para a historiografia se deu em 1942, com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*. Neste livro, Prado Jr. mantém algumas das estratégias típicas dos estreantes nos campos eruditos, mesmo não sendo esta a sua posição específica do momento. De certa forma, o historiador complementa o movimento contra a historiografia estabelecida, que iniciara em 1933. Em *Evolução política do Brasil*, Prado

---

<sup>22</sup> Cf. Gramsci, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

Jr. negou a validade da história escrita até então, mas utilizou esta produção como base para sua análise. No livro, entre os autores mais citados estavam Taunay, Rocha Pombo, Pereira da Silva, Lúcio de Azevedo, Joaquim Nabuco e Oliveira Vianna, muitos por seus trabalhos na *Revista do IHGB*, que era o órgão por excelência de divulgação da historiografia tradicional. Agora, na nova obra, ele diminui a intensidade e a quantidade de suas críticas, mas, ao mesmo tempo, mantém referências importantes a esta historiografia. Conforme Afonso Arinos de Melo Franco, em uma resenha de 1943 sobre *Formação do Brasil contemporâneo*:

Percorrendo-se a bibliografia de que Caio Prado Júnior se serviu e de cujos dados extrai tantos pontos de vista originais e tantas iniciativas felizes, verifica-se de início essa coisa interessante: dos 207 títulos ali compendiados, quase a metade, ou seja, precisamente 96, são obras publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>23</sup>

No entanto, Prado Jr. utiliza estas referências em contraponto a fontes de época, sobretudo relatos de viagens. Seus preferidos, e que considera mais confiáveis, são: “Os viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípios do século passado, quase todos êles da maior consciência e honestidade, e sem motivo especial algum para não dizerem a verdade”.<sup>24</sup> Em contraste com as estatísticas de Melo Franco, Prado Jr. afirma:

[A administração das milícias e ordenanças], que no tempo daquele Vice-Rei [o Marquês do Lavradio], embora já se praticasse sem uma consciência nítida do seu alcance, e fôsse ainda apenas o fruto da intuição de um político notável como o Marquês, tornar-se-ia depois um processo de administração perfeitamente estabelecido e em regular funcionamento. É o que verificamos pelas referências que se fazem às ordenanças lá pelos fins do século. Não as procuremos em opiniões ou dissertações teóricas, onde os pontos de vista pessoais do autor podem ter influído; mas nos documentos banais da administração, nos de mero expediente, em que os redatores não fazem mais que repetir conceitos vulgares e indiscutíveis.<sup>25</sup>

Desta forma, por mais que efetivamente Prado Jr. mantivesse a historiografia tradicional como uma das referências principais de seu trabalho, a utilização de fontes primárias como seu ponto de apoio afirmativo tornaria o livro, ao menos intencionalmente, uma

---

<sup>23</sup> Melo Franco, A. apud Montalvão, S. “O sentido da nação: parâmetros e intencionalidades na escrita da história de Caio Prado Júnior”. In: *Revista eletrônica Cadernos de História*. Ano I, n.2, setembro de 2006. Publicação do Departamento de História da UFOP. [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria). p. 4.

<sup>24</sup> Prado Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957. p. 335.

<sup>25</sup> Prado Jr., C. *Formação... op. cit.* p. 324.

obra de história tal como ele postulou em *Evolução política do Brasil*: isto é, não uma síntese, baseada primordialmente em bibliografia, como fora o trabalho de 1933, mas uma pesquisa realizada a partir dos vestígios diretos do passado, as fontes.

A partir das reflexões da socióloga Heloisa Pontes, pode-se relacionar a confiança que Prado Jr. deposita nos viajantes a uma valorização geral de seus relatos pela intelectualidade brasileira da época:

Matizando a filosofia racionalista do século XVIII e as reflexões de natureza detratora para pensar e explicar a América [...], os viajantes, como Saint-Hilaire, Karl Martius, Johann Spix, Louis Agassiz, Louis Couty, entre outros, produziram uma nova visão do Brasil, expressa por meio de um conhecimento diversificado e sólido de múltiplos aspectos de sua realidade [...] Isto explica a importância que seus relatos de viagens adquirem para o pensamento social e para o sistema editorial dos anos 30 e 40, decênios de intensa pesquisa e interpretação do país e de sua história. Nesse contexto, os viajantes, por oferecerem um conhecimento seguro sobre a flora, a fauna, os costumes e a geografia física e humana do Brasil no século passado, tornam-se uma fonte obrigatória de consulta para todos os que se propunham a interpretá-lo.<sup>26</sup>

Além disto, é preciso considerar a própria experiência de Prado Jr. pelo interior do país como mais um dos elementos que reforçam sua preferência pelos relatos de viagem como fonte privilegiada para análise do país:

Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles; verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas.<sup>27</sup>

A “flagrante atualidade” dos relatos dos viajantes do século XIX se revela quando o observador se digna a observar *in loco* a realidade nacional:

Pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschewege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei *de visu* os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa

---

<sup>26</sup> Pontes, H. “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: Miceli, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001. p. 457.

<sup>27</sup> Prado Jr., C. *Formação... op. cit.* pp. 7-8.



vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas vivas do seu passado.<sup>28</sup>

Como nota François Hartog: “o olho ou, sobretudo, a autópsia. Com efeito, trata-se do olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo”.<sup>29</sup> Lembrando que, ainda com Hartog: “a narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois um efeito de crença”.<sup>30</sup>

Esse tipo de retórica ajudava Prado Jr. a terminar o pretendido processo de remissão ao passado, ou de datação, de toda a produção historiográfica anterior. O uso das fontes originais, a observação presencial da realidade, o abandono teórico das referências tradicionais e a aplicação de uma metodologia relativamente nova fariam com que a obra possuísse a intenção de afastar a historiografia antecedente da legitimidade científica coetânea e, simultaneamente, de aproximar este seu livro de determinado ideal de pesquisa: rigorosa, inovadora e livre de preconceitos.

Porém, paralelamente à “purificação” do trabalho em termos científicos, desaparece a pretensão de influir sobre a realidade política do país – objetivo que o livro de 1933 mostrava ter por se propor atingir um público amplo. Afinal, como apontado na obra de estréia: “uma história completa só teria probabilidade de interessar um reduzido número de leitores”; logo, o livro *Formação do Brasil contemporâneo*, se observado desta perspectiva, tinha como público-alvo um contingente mais resumido de pessoas. Entretanto, se se considerar a epistemologia como uma dimensão concreta da vida humana e não como uma instância abstrata sem influência efetiva sobre a realidade, então, por ironia do destino, *Formação do Brasil contemporâneo*, por conta de sua grande repercussão, teve uma importância significativamente maior sobre a realidade brasileira do que *Evolução política do Brasil*, que pretendia isto explicitamente.

Como foi visto, em 1942, o materialismo histórico ainda era um modo de interpretar a realidade relativamente desconhecido ou, ao menos, estava longe da hegemonia no espaço que mais adiante se constituiria como o campo intelectual

---

<sup>28</sup> Idem. *Ibidem*. p. 8 (nota). É curioso notar que a valorização deste tipo específico de fonte (para não falar em entusiasmo) surge depois de o historiador ter, ele próprio, escrito um relato do gênero sobre a U.R.S.S., que foi publicado em 1934.

<sup>29</sup> “Dizer que viu com os próprios olhos é [...] ‘provar’ [...] a verdade: eu o vi, ele é verdadeiro”. Hartog, F. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 273 e 274.

<sup>30</sup> Idem. *Ibidem*. p. 273.

brasileiro. Ao se observar as transformações em andamento neste espaço naquele momento, percebe-se que a utilização do marxismo era uma grande vantagem para Prado Jr. O Estado Novo incentivava e promovia o crescimento da atividade intelectual. De acordo com Wilson Martins: “A atividade editorial confirmava materialmente essa expansão”.<sup>31</sup> Contudo, os intelectuais que não se alinhavam com o governo Vargas não se beneficiavam tanto com tal movimento. Entre os não alinhados, estava Prado Jr. Mas, a partir da entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados – e, portanto, ao lado da U.R.S.S. –, as idéias da esquerda marxista ganharam mais espaço entre os intelectuais do país, ao mesmo tempo em que o integralismo diminuía seu destaque. Contudo, não havia suficientes produtores para ocupar o espaço que se abria e, sendo assim, os poucos que ali se colocaram conseguiram uma repercussão imediata mais sonora do que provavelmente teriam em uma situação “normal”. Além disto, apesar de Prado Jr. já não ser mais um novato, o relativo insucesso de sua primeira publicação permitiu que o historiador “reestresse”. Sendo assim, ele podia usar todas as estratégias típicas dos iniciantes, que precisam criar seu lugar a partir do “nada”, ao mesmo tempo em que contava já com alguma experiência sobre o meio.

Esses elementos são o pano de fundo sobre o qual se construiu o sujeito do conhecimento em *Formação do Brasil contemporâneo*. Nesta obra, tal sujeito é o historiador que trabalha basicamente a partir de suas fontes, mesmo que efetivamente o autor não tenha realizado um trabalho de arquivo. Ou seja, Prado Jr. constrói a *imagem* de quem evita recorrer à autoridade de outros autores e se fia praticamente apenas no que o próprio passado tem a dizer sobre si mesmo. Desta forma, ele recupera o que seria a maneira fundamental de se escrever a história: uma redação realizada a partir de uma base documental original, sem a necessidade de apoio em outras interpretações. Ao mesmo tempo, como não se apoiaria na bibliografia histórica, reduz a importância da obra de seus colegas de ofício, pois quando, em um intuito teórico de proteger seu trabalho de uma possível contaminação de interpretação, Caio Prado Jr. evita sustentar suas teses em outras teses estabelecidas e por ele conhecidas, ele deslegitima a produção concorrente.

Além disso, como foi apresentado logo acima, este sujeito do conhecimento utiliza a experiência de percorrer o interior do Brasil como um modo de conferir autoridade tanto aos viajantes do passado como ao seu próprio relato. Com isso, ele

---

<sup>31</sup> Martins, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix; Ed. da USP. 1978. Vol. VII (1933-1960). p. 150.

aproxima a autoridade das fontes à autoridade do olhar. Tanto os viajantes do passado como o viajante do presente podem falar sobre determinados assuntos com propriedade, porque estiveram “lá” e “viram com os próprios olhos”. Neste sentido, a legitimidade dos relatos de viagem como fontes fidedignas é dada pela experiência do próprio Caio Prado Jr. como viajante. Todavia, todos estes elementos, que fundam a legitimidade do que o historiador demonstra, são colocados em segundo plano quando surge o mais importante, que seria a observação dos fatos, mas sem se prender a eles.<sup>32</sup> O seu foco está no sentido profundo que o conjunto destes fatos indica, este é mais um dos recursos que Prado Jr. utiliza para se recolocar como estreante no campo intelectual. Por mais que ele não fosse mais um principiante no sentido estrito, ainda era um arauto do método original e, sendo assim, era como se fosse. Tal sentido tem tamanha importância porque ajuda a compreender o Brasil dos dias atuais:

Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; “elementos” no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não “tomou forma”. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial.<sup>33</sup>

Ainda, seu recorte temporal leva em conta tal característica, o que justificaria o valor fundamental de seu trabalho:

O início do séc. XIX [...] marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova [...] Para o historiador, bem como para qualquer um que procure compreender o Brasil, inclusive o de nossos dias, o momento é decisivo.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Ver citação de Prado Jr. na página 33 do Capítulo I desta dissertação.

<sup>33</sup> Idem. *Ibidem.* p. 7.

<sup>34</sup> Idem. *Ibidem.* p. 5.

E, enfim, o historiador de *Formação do Brasil contemporâneo* é muito menos um sujeito histórico das instâncias fundamentais, como o de 1933, e muito mais um alquimista do conhecimento: ele exerce seu poder sobre um material específico e, a princípio, não causaria muito alarde para além de seu laboratório ou dos laboratórios dos demais alquimistas.

Nos três anos seguintes a esta última publicação, Prado Jr. esteve envolvido sobretudo com a reorganização do PCB. Paralelamente à atividade política, seu nome como historiador ganhava ressonância no campo intelectual. A impressão que o livro de 1942 deixava em seus leitores, como visto anteriormente, fazia-se equivalente a de *Casa-grande & senzala*, em 1933. Seu trabalho passa a figurar entre os mais importantes já escritos sobre o tema. Por causa das indicações que ele mesmo dera, era esperado do autor que continuasse o livro. Contudo, as tarefas políticas teriam ocupado a maior parte de seu tempo e, sendo assim, não havia quando escrever. Além disso, em 1944, Prado Jr. inaugura sua editora e, portanto, restringira ainda mais suas horas de redação. Todavia, mesmo com todos estes impedimentos, em 1945, o historiador apresenta um novo livro: *História econômica do Brasil*. A publicação deste, e não a continuidade do anterior, se justificaria pelo recorte mais restrito e, logo, mais fácil de produzir. Mesmo porque, em grande medida, é um reaproveitamento do primeiro volume de *Formação do Brasil contemporâneo*, principalmente nas partes que diziam respeito ao período colonial. Na verdade, em muitos momentos é uma cópia literal do texto de 1942. De qualquer forma, Prado Jr. precisou de um material original para abordar o período após a Independência. Certamente, aproveitou parte do material destinado à continuidade de *Formação do Brasil contemporâneo* na elaboração do novo trabalho.

Em *História econômica do Brasil*, Caio Prado Jr. traz à tona um elemento que não despontava nos livros anteriores, mas que, de qualquer forma, estava sugerido naquelas entrelinhas. O autor demonstra que uma de suas principais preocupações é ajudar a resolver os problemas atuais da sociedade brasileira. Logo, escrever a história era fornecer ferramentas para o bom desenvolvimento da nação. Para Prado Jr., o objetivo maior era que o Brasil se tornasse uma economia nacional: “um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população”.<sup>35</sup> Neste sentido, há uma recuperação da dupla inserção

---

<sup>35</sup> Idem. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953. p. 298.

social do seu primeiro sujeito do conhecimento – cujos objetivos eram tanto de modificações na produção historiográfica, quanto na esfera política –, pois, agora em 1945, a sua intenção de manipulação transcende as simples possíveis modificações sobre a história, entendida como disciplina, e pretende atingir também e novamente as esferas fundamentais da organização social, a história no sentido mais amplo, como ele deixa claro na última citação. Por outro lado, esta recuperação não é total, porque a forma de alteração da realidade é diferente no novo livro. A começar, porque o historiador não visa um público amplo, como fazia da primeira vez; ele escreve este seu trabalho para leitores específicos. Ainda que não se refira diretamente à sua seleção, a princípio seriam dois os seus interlocutores principais: historiadores e políticos. Os primeiros, convocados a produzir um conhecimento útil para o Brasil contemporâneo: “Não interessa discutir aqui prioridades [entre portugueses e espanhóis, sobre o território brasileiro], o que muitos historiadores, ocupados mais em procurar glórias nacionais que em escrever história verdadeira, já fizeram à saciedade; aliás sem maiores resultados”.<sup>36</sup> Os outros, intimados a aproveitar este conhecimento para a promoção do desenvolvimento do país, como, por exemplo, nesta sugestão:

[O] processo de substituição da grande pela pequena propriedade, será uma das grandes forças com que contará o Brasil para remodelar a sua estrutura econômica e partir de uma outra base para uma nova etapa do desenvolvimento de suas forças produtivas. Este assunto, que ainda é dos dias que hoje correm, é de fundamental importância na contemporânea evolução econômica do Brasil.<sup>37</sup>

O que significava, também, que Prado Jr. reputava à classe política uma capacidade especial de influência sobre a sociedade e, aos historiadores, a responsabilidade de respaldar a atividade política.<sup>38</sup> O que fica cada vez mais claro, conforme o historiador amadurece, a citação é de 1968:

A historiografia não constitui simples exercício acadêmico, e sim disciplina científica. E como tal, destina-se a integrar o conhecimento que o homem necessita ter do meio físico, do meio social e de si próprio, a fim de se conduzir em sua ação e de se comportar convenientemente. A

---

<sup>36</sup> Idem. *Ibidem*. p. 25.

<sup>37</sup> Idem. *Ibidem*. p. 221.

<sup>38</sup> Conforme o sociólogo Max Weber: “Certamente, uma coisa é tomar uma posição política, e outra coisa é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas dos partidos”. No entanto, há múltiplas possibilidades de se encarar as duas coisas e com perigos específicos para cada posicionamentos. Cf. Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003. p. 45.

problemática brasileira de nosso tempo se centraliza essencialmente em torno do “desenvolvimento”, condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de propiciar.<sup>39</sup>

Mas a diferença mais importante é que, em 1933, quem escrevia e quem agia sobre as instâncias fundamentais era o mesmo sujeito, e que, sendo assim, combinava em si as funções de sujeito do conhecimento e de sujeito histórico contemporâneo. Em 1945, o sujeito do conhecimento é um: o historiador; e o sujeito histórico atual básico é outro: a classe política. Modificar a realidade não era função direta do historiador, cujo papel passava a ser o de guia intelectual e não de homem de ação.

Em comparação com *Formação do Brasil contemporâneo*, o que há é a adição do diálogo com a classe política, que neste não existia. Na obra de 1942, havia somente o sujeito do conhecimento em ação transcendente, mas somente porque não poderia ser de outro modo; afinal, a ação do sujeito do conhecimento necessariamente ultrapassa a esfera epistemológica. Contudo, no caso de 1942, tal ação não visava uma modificação específica, como acontecia em 1933; o que há em *Formação do Brasil contemporâneo* é, por assim dizer, apenas uma espécie de “ação involuntária” deste sujeito, na medida em que não pode ser evitada. O agente histórico, um dos objetos analisados pelo historiador, por sua vez, não influía de maneira ativa no curso contemporâneo da marcha dos acontecimentos, sua ação se restringia à de objeto do conhecimento, portanto, limitava-se às modificações epistemológicas. Prado Jr. analisava apenas aqueles que tinham sua importância histórica direta esgotada; aqueles que não podiam mais dispor da própria vontade para mudar o mundo. Isto é, no livro de 1942, o sujeito do conhecimento possuía influência fora da esfera epistemológica, pois não há como não possuir; qualidade que o objeto do conhecimento, neste caso, não possuía. A situação é outra em *História econômica do Brasil*, cujo agente histórico analisado, ou objeto do conhecimento, tem ainda capacidade de modificar os rumos da história presente. Derivado disto, tem-se que o objeto do conhecimento possui, então, a dupla inserção social que o historiador de 1933 possuía. O objeto tem sua inevitável influência sobre a construção do conhecimento e soma a ela, por conta de sua qualidade de agente histórico do presente, a também inevitável capacidade de construir o futuro. Neste caso, portanto, o objeto transcende a simples relação epistemológica, pois faz parte de suas

---

<sup>39</sup> Prado Jr., C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972. p. 17.

características ter a possibilidade de influir em outras instâncias da realidade, para além da produção do conhecimento.

### Lapso na escrita da história

Depois de *História econômica do Brasil*, Prado Jr. mergulha na vida política. Ele volta a publicar uma obra de história apenas em 1953, e o que então vem a lume é uma coletânea de textos antigos. Entre esses dois trabalhos, além da atividade política, Prado Jr. também esteve ocupado com a filosofia. São de 1952, os dois volumes de *Dialética do conhecimento*. Como foi explicado ao longo desta dissertação, não me ocuparei da obra filosófica do autor. Em 1953, então, Prado Jr. publica *Evolução política do Brasil e outros estudos*. Em cinco, dos oito novos estudos apresentados, o autor faz um visível esforço para inserir disciplinas diferentes na análise da história brasileira. Sua intenção é trazer a geografia (ou geopolítica) e a demografia para o centro das atenções. É o que ele deixa claro ao explicar suas pretensões com o texto *Formação dos limites meridionais do Brasil*: “O presente trabalho foi escrito, a saber, para dar o devido relêvo à ação obscura, mas nem por isso menos poderosa, de fatores geográficos e demográficos na configuração dos limites de países vizinhos”.<sup>40</sup> A adoção destas disciplinas se contraporia às análises da “história oficial”, que, conforme o próprio:

Tantas vezes subestima [os fatores geográficos e demográficos] em benefício de acontecimentos mais retumbantes e de maior repercussão, mas que, no final das contas, não fazem mais que assinalar marcos aparentes no curso da verdadeira história que se elabora na intimidade da evolução social.<sup>41</sup>

Essa argumentação está relacionada ao tipo de agente histórico privilegiado por Prado Jr.: as classes populares. A geopolítica e a demografia se prestam muito melhor para o estudo destas classes do que a análise dita tradicional, que se fixaria na observação da política e das guerras. Os registros do passado deixados pelos ou sobre os protagonistas de Prado Jr. são justamente os dados com os quais tais disciplinas trabalham. A verdadeira história a que o autor se refere é exatamente a promovida pelas classes trabalhadoras, ainda que despojadas por seus antagonistas de seu direito à autoria:

---

<sup>40</sup> Prado Jr., C. “Formação dos limites meridionais do Brasil”. In: Idem. *Evolução... op. cit.* p. 139.

<sup>41</sup> Idem. *Ibidem.* p. 139.

Os generais nos campos de batalha, e os diplomatas em seus gabinetes de trabalho, confirmarão com batalhas retumbantes e tratados solenes esta obra multissecular de obscuros povoadores de nacionalidades diferentes que foram através dos tempos forjando seus contactos e equilíbrios recíprocos. E julgarão que aquela obra é sua.<sup>42</sup>

Ainda no sentido de valorizar os estudos geográficos, por mais que em um outro registro, há o texto: *Aires de Casal, o pai da geografia brasileira, e sua corografia brasílica*. Neste trabalho, Prado Jr. se torna aparentemente paradoxal. Se no texto *Formação do limites meridionais do Brasil*, como apontado, o historiador criticava a história personalista, escrita sobre indivíduos determinados e seus feitos ou sobre guerras e tratados, agora era justo isto o que ele fazia em relação a Aires de Casal. No entanto, e aí está o aparente paradoxo, tal feito não constitui uma contradição, pois o dito “pai da geografia brasileira” é valorizado, sobretudo, porque tentava trazer ao debate questões outras que não as importantes para a história tradicional. O mesmo vale para o texto: *Cipriano Barata (1764-1838)*, onde o homenageado é apresentado nos moldes da estrutura da história tradicional, mas é lembrado pelo fato de não se enquadrar nos estereótipos dos protagonistas tradicionais:

Cipriano José Barata de Almeida é uma figura pouco lembrada na história revolucionária do Brasil. É entretanto uma de suas maiores expressões, porque em sua longa vida não teve um momento de descanso, dedicando às lutas populares tôdas suas energias e seu grande talento. O que sobretudo o caracteriza é que, nascido embora na classe superior da colônia, soube descer até o povo, confundindo-se com êle, e pondo a serviço de suas causas uma notável inteligência e inesgotável capacidade de lutador.<sup>43</sup>

Assim se delineia o perfil do agente histórico mais valorizado e, por conseqüência, também o tipo de postura que Prado Jr., naquele momento, entendia ser a mais adequada aos historiadores. O autor destaca, nos casos, um por sua produção científica e o outro por seu desprendimento e engajamento. Por mais que os protagonistas da história, em sua concepção, fossem classes sociais e que o papel dos indivíduos nestes conjuntos fosse bastante diminuto, Prado Jr. seleciona determinados personagens individuais porque eles são detentores de características positivas conforme os valores

---

<sup>42</sup> Idem. *Ibidem*. p. 153.

<sup>43</sup> Idem. “Cipriano Barata (1764-1838)”. In: Idem. *Evolução... op. cit.* p. 195.



de esquerda. Aires de Casal e Cipriano Barata, se combinados, constituem a postura de historiador que o autor procurou assumir ao longo de sua trajetória e pela qual é reconhecido.<sup>44</sup>

Todavia, a análise mais interessante do papel de indivíduos na história é o seu texto sobre José Bonifácio: *O Tamoio e a política dos Andradas na Independência do Brasil*. Neste artigo, no qual o personagem analisado não atrai a simpatia de Prado Jr. tanto quanto nos outros casos, sua leitura é mais crítica e enquadra melhor o indivíduo no contexto histórico do qual é produto. Nas suas palavras: “[José Bonifácio foi uma] figura marcante e de grande personalidade; mas que não se compreende contudo sem uma análise atenta dos acontecimentos da época, de que ela é, em grande parte, um puro reflexo”.<sup>45</sup> O texto em questão é efetivamente um trabalho histórico, no sentido que Prado Jr. entendia, e se diferencia dos outros dois estudos sobre indivíduos porque não tem a intenção de homenagear o objeto tratado, mas sim a de interpretá-lo.

No artigo *Roteiro para a historiografia do segundo reinado (1840-1889)*, Prado Jr. revela como acredita que o historiador deve proceder ao analisar um período histórico qualquer: sempre em função dos problemas do presente e em relação às ações que se podem tomar no presente:

A significação histórica do Império se mede pelo grau com que se fez aquela transformação da estrutura colonial para a moderna. Muito daquela estrutura permaneceu até hoje; outra parte foi apenas atingida; e finalmente um último grupo de instituições e elementos sociais sofreu mudança radical. A complexidade do Brasil de hoje, em que encontramos lado a lado uma civilização moderna e que se emparelha à dos povos mais desenvolvidos da atualidade e formas antiquadas que sobram da colônia, explica-se precisamente pela história do segundo reinado, onde se situa, em sua parte fundamental e essencial, o processo da modificação parcial sofrida pelo país.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Um paralelo interessante é comparar a descrição de Prado Jr. sobre Cipriano Barata com a de Heitor Ferreira Lima sobre o próprio Prado Jr., segundo Lima: “[o] que mais admiro em Caio Prado Júnior é a sua postura ideológico-política, sustentada com firmeza e coerência desde os albores da mocidade, contra os interesses de sua classe de origem. Membro que é de família abastada, tradicional, podendo levar uma vida de conforto, mesmo de luxo, Caio preferiu sair a campo, lutar por objetivos que considera melhores para a vida do país e do seu povo, elevando-os em todos os sentidos, proporcionando-lhes melhores condições de progresso e de existência, diminuindo-lhes o atraso e a miséria. Isso lhe acarretou dificuldades pessoais, perseguições policiais, prisões, deportações, menosprezo dos elementos da sua classe”. Lima, H. “Caio Prado e seu tempo”. In: D’Incao, M. (org.) *História e ideal*. São Paulo: Ed. da Unesp; Ed. Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura – SP, 1989. p.15.

<sup>45</sup> Prado Jr., C. “O Tamoio e a política dos Andradas na Independência do Brasil”. In: Idem. *Evolução... op. cit.* p. 176.

<sup>46</sup> Idem. “Roteiro para a historiografia do segundo reinado (1840-1889)”. In: Idem. *Evolução... op. cit.* p. 185.

No caso do estudo intitulado *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo*, Prado Jr. se fixa, sobretudo, em análises geográfica. A tese deste trabalho consiste em explicar a importância fundamental da capital paulista para a nação, a partir da análise de sua posição espacial e das relações desta posição, entendida como central, com outras localidades reputadas importantes no Brasil. São Paulo teria um papel de articulação entre várias partes desconexas do país: ligaria o Sul, produtor de gado, com as Minas Gerais, onde estariam os consumidores mais importantes de tal produto; permitiria o escoamento dos metais das Minas ao conectá-las com o porto de Santos; mais tarde, seria fundamental para a recepção e distribuição da produção do café; etc. Sendo assim, a cidade teria crescido em função da posição estratégica que ocupava em relação a outros pontos importantes do Brasil. Apesar de já haver alguma industrialização em São Paulo na época em que o artigo foi escrito, Prado Jr. não toca no assunto, que poderia ser interpretado também como um fenômeno derivado da centralidade estratégica da região.

Os dois últimos estudos do livro, *Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural* e *A imigração brasileira no passado e no futuro*, podem ser colocados sob o mesmo signo epistemológico de *História econômica do Brasil*. Em todos estes, a análise consiste em revelar determinados problemas do país e apontar possíveis soluções. Segundo Prado Jr.: “O povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva. Afinal de contas, toda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semideserto”.<sup>47</sup> A partir desta afirmativa, o historiador apresenta um esboço de proposta de reforma agrária para o país. Contudo:

Não nos seria evidentemente possível, e muito menos aqui, traçar desde logo um plano geral e completo de colonização. O assunto é excessivamente complexo para se satisfazer com soluções puramente teóricas, e os ensinamentos da prática são indispensáveis. Mas fixada a linha geral de ação, precisado o fim que se tem em vista, e iniciada a realização da idéia, os pormenores virão aos poucos, ditados pela experiência e os imprevistos que se revelarem na prática. É de toda conveniência insistir bem neste ponto, porque existe entre nós, em qualquer assunto público, o mau hábito de pedir e estabelecer de início planos complexos e teoricamente perfeitos. O fracasso de muita idéia fecunda provém daí. Para começar, os planos devem ser simples, e sobretudo flexíveis e facilmente transformáveis. Somente com o decurso

---

<sup>47</sup> Idem. “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural”. In: Idem. *Evolução... op. cit.* p. 203.

do tempo, e com os ensinamentos da experiência, se poderá chegar a qualquer coisa de geral e completo.<sup>48</sup>

Neste sentido, suas propostas consistem, basicamente, em oferecer o que ele chamou de “linha geral de ação”. Em poucas palavras, o “objetivo fundamental das forças progressistas brasileiras [deveria ser a] transformação do nosso sistema agrário”.<sup>49</sup> Era uma de suas maiores preocupações deixar claro que o Brasil estava estagnado economicamente. É preciso lembrar que essas idéias foram originalmente postas no papel em 1946, período em que o país apresentava um significativo crescimento em várias áreas importantes (sobretudo na indústria e no comércio). Entretanto, para Prado Jr., este progresso não passava de uma ficção propiciada pela guerra na Europa, por isso urgia começar as reformas estruturais e, em primeiro lugar, as do sistema agrário, para que o Brasil efetivamente se desenvolvesse.

De 1966 em diante

Anos mais tarde, em *A revolução brasileira*, todos os sujeitos que apareceram até o momento marcam presença. As modificações sobre o conhecimento são comandadas por um historiador decepcionado. Por não ouvirem o que ele havia dito antes sobre o Brasil, por não interpretarem “os fatos como realmente ocorreram”, os sujeitos históricos do presente teriam errado na sua opção de ação. Ele critica:

[...] aquela ignorância da realidade brasileira que tornou tão fácil aos autores da nossa teoria revolucionária aplicarem ao Brasil o esquema consagrado de uma revolução democrático-burguesa destinada a eliminar do nosso país os “restos feudais” ainda nêles presentes por atribuição do mesmo esquema.<sup>50</sup>

Como visto no capítulo anterior, a crítica de Caio Prado Jr. atingia os fundamentos das teses programáticas do PCB.<sup>51</sup> O historiador apontou várias vezes que haveria uma

---

<sup>48</sup> Idem. *Ibidem*. p. 225. Paulo Iumatti cita uma passagem quase idêntica a esta, retirada de um texto intitulado: “Problemas de povoamento e pequena propriedade”, publicado por Prado Jr. na Revista do IDORT em janeiro de 1944. A versão utilizada aqui contém algumas linhas a mais. Cf.: Iumatti, P. *Diários políticos de Caio Prado Júnior.: 1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998. p. 80 (nota).

<sup>49</sup> Prado Jr., C. “A imigração brasileira no passado e no futuro”. In: Idem. *Evolução... op. cit.* p. 238.

<sup>50</sup> Idem. *Ibidem*. p. 49.

<sup>51</sup> Segundo João Quartim de Moraes: “A crítica cerrada dos fundamentos programáticos do PCB, objeto precípua de *A revolução brasileira* [...], identifica-lhe os pontos frágeis, as teses dogmáticas e as ilusões

maneira errada de interpretar a realidade. E teria sido por erros de interpretação do PCB principalmente, mas dos demais grupos da esquerda brasileira também, que as ações revolucionárias foram mal conduzidas e, como resultado mais funesto, o Brasil sofrera o golpe militar em 1964.<sup>52</sup> Segundo Prado Jr., fora a postura “dedutiva” dessas esquerdas que comprometera a compreensão das mesmas. Elas teriam partido de modelos teóricos prontos e tentado aplicá-los para o caso brasileiro, por isso falharam. Impuseram classes sociais inexistentes para o Brasil e derivaram daí uma leitura do modo de produção que comprometeu as ações revolucionárias. As esquerdas, segundo a crítica de Prado Jr., deveriam ter observado os fatos “tal como se apresentavam” e, somente então, partir para a teoria e conduzir a revolução convenientemente.

O autor afirma, basicamente, que não houve feudalismo no Brasil, mas sim que o país foi sempre capitalista. Conforme a opção por uma ou por outra das interpretações, definiriam-se as ações políticas do momento, principalmente no que dizia respeito à reforma agrária. A ação política dos comunistas dependia da tese que assumissem como correta. A proposta pecebista, que até aquele momento era reconhecidamente legítima, implicava num trabalho que visasse a eliminação dos supostos restos feudais. Neste sentido, os militantes lutavam pela reforma agrária, pela redistribuição das terras dos grandes latifundiários entre os camponeses. Segundo Prado Jr., esta luta era um “disperdício de esforços” por parte da esquerda. Contudo, o autor era cuidadoso ao colocar o problema:

Não estamos com isso eliminando, e nem mesmo subestimando a aspiração e reivindicação da terra, tampouco os conflitos atuais e potenciais a que essa reivindicação dá ou pode dar lugar. Pretendemos unicamente ponderá-la de maneira adequada e determinar com precisão a sua efetiva incidência, bem como as formas dessa incidência, a fim de tirá-la da generalidade e vagueza com que se inscreve nos programas da esquerda brasileira, levando com isso a um desperdício de esforços como aquele que, entre outros, se observou tão bem nos últimos meses que

---

políticas delas decorrentes. As mais importantes dessas críticas concernem ao caráter da exploração imperialista e das relações de produção agropastoris no Brasil”. Moraes, J. “Marxismo na economia brasileira”. In: Idem (org.). *História do marxismo no Brasil – vol. II*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995. p. 79.

<sup>52</sup> De acordo com Raimundo Santos: “O que Caio Prado Jr. propõe em *A revolução brasileira* é muito mais do que uma arenga intramuros com o seu partido. O objetivo da reflexão do livro de 1966 – a ‘conjuntura de 1964’ vista de uma interpretação de Brasil – pretende ser, antes de uma sociologia do ‘colapso do populismo’, a caracterização de uma cultura política que, segundo ele, marcava profundamente o PCB. Lendo-o da perspectiva de hoje, tem-se a impressão de que o autor insiste em seu labor desconstrutivo do imaginário do pré-64 também pensando que ele reforçava, em outros grupos de esquerda, a idéia de revolução disruptiva com o esgarçamento social e crise política”. Santos, R. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/FAPERJ, 2001. p. 203.

precederam o golpe de abril. Esforços êsses que poderiam e deveriam ser aplicados com maior acêrto, e certamente com melhores resultados, em outra direção.<sup>53</sup>

Ou seja, a disputa pela verdade científica – portanto, uma querela essencialmente intelectual – tinha influência direta, neste caso, sobre questões fundamentalmente políticas. Neste sentido, o autor se coloca novamente na fronteira entre o campo intelectual e o campo político. Além disso, Prado Jr. assume também um papel como agente político do momento, pois não restringe sua amargura a acusações à má interpretação da história por parte do PCB, mas faz propostas de novas estratégias de ação, nas quais ele também estaria envolvido. Portanto, há o sujeito do conhecimento histórico, que propõe uma interpretação diferente do passado brasileiro, na qual o sujeito histórico contemporâneo, onde Prado Jr. se inclui, é corrigido cientificamente e intimado politicamente a agir de forma nova.

É importante ressaltar que, em *A revolução brasileira*, há a situação em que o sujeito histórico, o objeto analisado pelo historiador, age como sujeito do conhecimento. Entretanto, sua ação é condenada por Prado Jr. Nos momentos em que faz isto, o autor assume o ponto de vista do intelectual “puro”, pois reforça a crença de que somente o cientista de fato tem o direito ao exercício da ciência. A interpretação atacada por Prado Jr. seria falha por ter se contaminado com preconceitos oriundos da falta de rigor científico. A carência de cuidado metodológico ao se observar a realidade histórica teria induzido a explicação do PCB ao erro. Desta forma, Prado Jr. fortalece o monopólio do historiador sobre a verdade histórica legítima. Aqueles que agem sobre as instâncias fundamentais da sociedade, portanto, deveriam se limitar ao seu papel e deixar aos responsáveis reconhecidos a função de interpretar o passado. Nas suas palavras:

[Partiu-se,] no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar a consideração dos fatos históricos, excusado dizê-lo, é inteiramente descabida. E parece ressuscitar velhas concepções obsoletas que realmente causa espanto encontrar em análises que se reputam marxistas ou inspiradas no marxismo [...] de leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas

---

<sup>53</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 229-230.

universais. Uma tal prefixação de etapas, através de que evoluem ou devem necessariamente evoluir as sociedades humanas, faz hoje sorrir.<sup>54</sup>

No entanto, o contrário não se verifica, pois o historiador, neste livro, sente-se no direito e no dever de agir politicamente. O historiador teria o direito de dizer o que os políticos deveriam fazer, mas os políticos não poderiam exercer o papel de historiadores, a não ser que se tornassem historiadores de fato. Ou seja, teria direito sobre a interpretação do passado, aquele que se prestasse a fazer uma investigação rigorosa do mesmo e, caso fizesse, seria considerado um historiador. Conforme Sérgio Montalvão: “Caio Prado Júnior [...] acreditou na possibilidade de orientar a ação política a partir do conhecimento histórico”.<sup>55</sup>

A idéia de que o intelectual deve ser um guia para os políticos é uma das principais constantes na concepção de sujeito do conhecimento na obra de Prado Jr. Isto é especialmente visível em suas teses de concurso. Em 1956, ele apresentou suas *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, nas quais propunha determinadas reformas estruturais da sociedade que permitissem a independência econômica do país. Uma das principais sugestões era implementar e fortalecer a indústria de base nacional; outra era facilitar que a população economicamente menos favorecida aumentasse seu poder aquisitivo e, portanto, desenvolvesse condições de alimentar e sustentar o mercado interno; e havia outras. E todas estas tinham a perspectiva histórica como eixo central, pois, conforme o autor, tal perspectiva é indispensável para o tipo de análise que propunha:

Se a perspectiva histórica é necessária para a compreensão e interpretação de quaisquer fenômenos naturais – e portanto para se efetivar o domínio do homem sobre eles, o que constitui o objetivo último de toda ciência – isso é tanto mais verdade no que diz respeito aos fatos sociais; e aos econômicos de que me ocupo aqui, em particular. Os fatos econômicos são essencialmente dinâmicos, e as situações em que se configuram e onde vamos analisá-los representam sempre o termo de um processo, um momento apenas, em si insignificante e privilegiado unicamente por ser o último de uma série anterior onde se gerou e onde adquire a individualidade e particularidade que o caracterizam. Só aquele processo que se revela através da história e na sua perspectiva nos pode dar assim a compreensão do que representa e significa realmente um

---

<sup>54</sup> Prado Jr., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966. pp. 40-41.

<sup>55</sup> Montalvão, S. *Op. cit.* p. 9.

fenômeno econômico, permitindo-nos com isso penetrar-lhe o dinamismo e dirigi-lo para os fins que nos interessam.<sup>56</sup>

De uma forma geral, suas diretrizes apontavam para a construção do socialismo no Brasil. A tese foi aprovada, mas Prado Jr. não obteve a cátedra, sendo-lhe concedido o título de livre-docente. Como apresentado anteriormente, os comentadores afirmam que o cargo principal lhe foi negado por motivos políticos.<sup>57</sup> Teria sido porque a faculdade de direito era um ambiente essencialmente conservador e não poderia admitir um comunista entre os seus. Por outro lado, o renome intelectual que Prado Jr. representava naquele momento teria impedido os avaliadores de reprová-lo. Dois pesos e duas medidas.

A outra tese foi *História e desenvolvimento*, de 1968, para o concurso não realizado para a cátedra de História do Brasil na USP. Retomei aqui as teses preparadas para esses concursos porque, além do fato de apresentar-se como guia para a política, nestes trabalhos, sobretudo no segundo, Prado Jr. explicita mais do que em qualquer outro lugar de sua obra o que se pode definir como seu projeto historiográfico. Na citação a seguir, o historiador Astor Diehl sintetiza o que seria tal projeto:

Caio Prado nos revela como o presente se articula com o passado próximo e remoto, indo da problemática do seu presente à reconstituição do passado. Mas não se trata de refazer toda a história, como se isto fosse possível; ao contrário, a história é reconstituída seletivamente, com base em perspectivas orientadoras do presente, essas projetadas no passado. Os desafios com os quais se defrontam os grupos sociais e classes em certas conjunturas põem essas ou aquelas exigências sobre o presente e o passado, projetando-as para o futuro. Neste sentido, sua tese central reside na tentativa de fazer historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira.<sup>58</sup>

Nas palavras de Prado Jr., começando pelo subtítulo de *História e desenvolvimento: Contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro* –, está claro tal projeto: “Nosso objetivo [...] é pesquisar na evolução histórica brasileira e na formação econômica e social do país, algumas das premissas essenciais da

---

<sup>56</sup> Idem. “IV. Diretrizes para uma política econômica brasileira”. In: Idem. *História*. São Paulo: Ed. Ática, 1982. Col. Grandes Cientistas Sociais. p. 179.

<sup>57</sup> Cf., por exemplo, Iglesias, F. “Um historiador revolucionário”. In: Prado Jr., C. *Caio Prado Júnior: História*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

<sup>58</sup> Diehl, A. “Caio Prado Júnior: As idéias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão”. In: Axt, G.; Schüler, F. *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 2004.

problemática atual”.<sup>59</sup> Para ele, portanto, o papel do historiador seria, novamente, identificar problemas e lhes propor soluções. Se comparada com *A revolução brasileira*, a tese para a cátedra de história não tem o mesmo peso político, pois, ainda que mantenha a orientação socialista, não inclui no diálogo os atores políticos de esquerda. A postura do historiador volta a ser como a de *História econômica do Brasil*, onde os sujeitos históricos e o sujeito do conhecimento estão separados pela divisão de tarefas. Mais uma vez, o historiador é um guia, um conselheiro, enfim, aquele responsável por interpretar corretamente a conjuntura atual:

Daí o grande papel e função do historiador brasileiro, que muito mais ainda que seus colegas de outros lugares onde já se romperam mais radicalmente os laços com o passado – na medida bem entendido em que este rompimento é possível, – lida com dados essenciais e imprescindíveis para o conhecimento e interpretação do presente.<sup>60</sup>

E a classe política, interpelada como um todo, tem o papel de sujeito histórico fundamental. Ela é, em suma, quem deve aplicar, na prática, a política do desenvolvimento nacional:

É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento.<sup>61</sup>

O último livro de Caio Prado Jr. analisado neste trabalho é *A questão agrária no Brasil*. O volume foi publicado em 1978, mas apenas a “nota prévia”, que abre para os outros textos, era um escrito inédito. O livro é composto por uma série de artigos publicados originalmente durante a década de 1960 na *Revista Brasiliense*, e todos discutem o problema agrário no país. A intenção do historiador era aprofundar o debate sobre “o grande e fundamental problema brasileiro, pendente ainda, e certamente o mais agudo, [que seria a] elevação dos padrões populares para níveis condizentes com o mundo moderno”.<sup>62</sup> Prado Jr. retoma uma tese apresentada em trabalhos anteriores, em que defende ser através de uma política específica, a organização e defesa dos

---

<sup>59</sup> Prado Jr., C. *História e desenvolvimento... op. cit.* p. 17.

<sup>60</sup> Idem. *Ibidem.* p. 19.

<sup>61</sup> Idem. *Ibidem.* p. 19.

<sup>62</sup> Idem. “Nota prévia”. In: Idem. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. p. 7.



trabalhadores rurais, que se deve começar a reformar o Brasil. Novamente, estão no centro do debate as questões sobre o feudalismo e o campesinato nacionais. Grosso modo, Prado Jr. postula que não houve feudalismo aqui, portanto, nem camponeses, pois, para que estes existissem, seria necessário que antes tivesse havido um sistema feudal. Sendo assim, a reforma agrária, uma das bandeiras mais importantes do PCB, não faria sentido. Os homens do campo no Brasil seriam proletários rurais e, por isso, o fundamental era organizá-los, sindicalizá-los e ajudá-los a lutar por seus interesses. A energia investida na luta pela divisão da terra, segundo o autor, apenas atrapalhava o desenvolvimento da economia nacional, pois desviava o trabalhador rural do que deveria ser seu objetivo principal: garantir para si todos os benefícios que o Estado oferecia aos demais trabalhadores e conforme às suas condições específicas.

Neste sentido, Prado Jr. recuperava ou propunha, conforme o momento do texto que se considere, a discussão de *A revolução brasileira*. Para o historiador, existiriam duas classes fundamentais na composição do Brasil: o proletariado e a burguesia. (Mas não são as únicas, há também, por exemplo, uma classe média, mas esta não se constitui como uma das fundamentais.) Os “homens do campo”, que de acordo com o PCB conformariam o campesinato, para Prado Jr. constituiriam um grupo específico do proletariado: os trabalhadores rurais. As classes dominantes, por sua vez, seriam duas na leitura pecebista e uma na caiopradiana. Conforme esta leitura, a burguesia era composta por dois grupos principais: uma burguesia urbana e outra rural. De acordo com aquela, no Brasil haveria uma burguesia essencialmente urbana e vinculada à nascente industrialização e uma aristocracia rural ligada aos grandes latifúndios. Então, para o PCB, o Brasil seria formado por quatro classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia, aristocracia rural e campesinato; e, para Prado Jr., seria por apenas duas: proletariado e burguesia.

O modo de produção vigente no Brasil, tanto para Prado Jr. como para seus interlocutores, era o capitalista. Contudo, a existência de um campesinato e uma aristocracia rural no Brasil, a leitura pecebista, apontaria para a permanência de elementos do modo de produção feudal. Na leitura caiopradiana, como já foi dito, nunca houvera feudalismo no Brasil e, por isto, o país não poderia apresentar resíduos daquele modo de produção. Segundo Prado Jr., o Brasil, desde sua descoberta, foi capitalista ou, ao menos, pré-capitalista. Sua formação foi em função do grande Capital externo. A tese sobre o “sentido da colonização”, ponto alto de *Formação do Brasil contemporâneo*, explica que a economia brasileira se constituiu em função do mercado externo, para

abastecer de bens primários a Europa. Nas palavras do autor: “a economia agrária brasileira [...] se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado”.<sup>63</sup> Na análise da exploração da terra no Brasil, os grandes latifúndios, que sempre foram a base da agricultura no país, não deveriam ser aproximados da idéia de feudo, pois, conforme Prado Jr., eram empresas que visavam lucro.

No que diz respeito à concepção de sujeito do conhecimento histórico, Prado Jr. é bastante claro. Segundo o historiador: “Qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista. Ele deve por isso fazer que o seja conscientemente, a fim de não embaralhar a matéria e divagar sem rumo preciso”.<sup>64</sup> A posição política a que Prado Jr. se refere é aquela ligada aos interesses políticos “puros”, localizável, grosso modo, em algum ponto do leque que vai da “esquerda” à “direita”. Portanto, de sua perspectiva, a inserção política seria determinante em relação ao posicionamento científico dos indivíduos. Ou seja, nos momentos finais de sua trajetória como publicista, o historiador apresentava uma concepção onde a ciência seria como uma esfera subordinada à política. O contrário, portanto, do que ele chegou a sugerir em 1933, quando o intelectual de esquerda aparece como elemento fundamental na condução dos movimentos políticos das classes dominadas e quando os posicionamentos políticos aparecem como frutos de análises científicas da sociedade.

Além disso, considerando a trajetória social de Prado Jr., pode-se deduzir que, no final dos anos de 1970, ele entendia o posicionamento político como a base a partir da qual todos os outros posicionamentos sociais se definiriam. Isto porque a dita “traição de classe” protagonizada por ele impôs a escolha comunista como referência necessária em praticamente todas as relações sociais que veio a estabelecer.<sup>65</sup> A origem social ou o poder aquisitivo, que poderiam ser exemplos de outros determinantes fundamentais, não tiveram tanto peso em sua história pessoal quanto o comunismo. No entanto, é preciso lembrar que somente porque ele possuía um avultado patrimônio familiar que suas opções puderam ser sustentadas sem maiores problemas. Ainda assim, parece que, pelas escolhas pessoais relativas ao seu estilo de vida, a questão monetária ficaria em segundo plano em uma suposta hierarquia particular. Assim sendo, é compreensível que, antes de qualquer outra, Prado Jr. considerasse o alinhamento

---

<sup>63</sup> Prado Jr. *A revolução... op. cit.* p. 118.

<sup>64</sup> Idem. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: Idem. *A questão... op. cit.* p. 22.

<sup>65</sup> Fernandes, F. “A visão do amigo”. In: D’Incao, M. (org.). *Op. cit.*

político como a influência de maior relevância para se definir os posicionamentos individuais, não importando em que instância.

Imediatamente na seqüência da última citação apresentada, Prado Jr. apresenta um exemplo de como a análise social seria afetada pela posição política do analista:

Assim a análise da agropecuária brasileira pode ser feita de diferentes ângulos, e qualquer deles pode e deve merecer a atenção e interesse do pesquisador e economista. O importante e indispensável, contudo, é que ele se coloque deliberadamente, de cada vez, numa única perspectiva, e que ela seja bem caracterizada e definida. O que não exclui, e antes torna possível, uma posterior acomodação recíproca e síntese dos diferentes pontos de vista considerados.<sup>66</sup>

Isto é, ainda que o pesquisador não possa evitar a influência de sua escolha política sobre seu trabalho, é possível “purificar” a análise a partir do aumento da produção científica, pois quanto mais trabalhos houver, e com diferentes pontos de vista políticos, mais refinada será a síntese posterior. E a profusão de trabalhos, como está claro na citação, não exclui a possibilidade de que todos sejam feitos por apenas um indivíduo. Este detalhe indica que o historiador entendia ser possível assumir uma perspectiva política diferente da sua própria. Tal alternativa, provavelmente, não faria com que o pesquisador mudasse suas convicções profundas. Entretanto, por outro lado, os seus possíveis preconceitos políticos teriam, no resultado da pesquisa, uma presença tão menor quanto maior fosse o volume de trabalho científico.

Se esse raciocínio for levado um pouco mais longe, tem-se que a pesquisa científica possui a potencialidade de produzir o posicionamento político “ideal”:

É somente depois de completada a análise metódica e discriminada do conjunto da questão, e colocando cada ponto no seu devido lugar, que se faz possível uma apreciação geral que permita derivar a política adequada a ser seguida, e na qual se ponderarão os diferentes interesses em jogo e a maneira de dar maior satisfação àqueles que do ponto de vista geral da coletividade brasileira tomada em seu todo, devem prevalecer, e em que medida.<sup>67</sup>

No entanto, por outro lado, como a relação entre ciência e política é dialética, toda análise social parte de um ponto de vista político:

---

<sup>66</sup> Prado Jr., C. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: Idem. *A questão... op. cit.* p. 22.

<sup>67</sup> Idem. *Ibidem.* p. 23.

E é disso que havemos de nos ocupar, teórica e praticamente: a teoria dirigindo a prática e a prática instruindo a teoria. O que podemos exprimir verbalmente no sentido contrário, começando pela “prática”, porque de fato ambos os movimentos se confundem e constituem num só todo: a teoria se realizando em função da prática, e a prática em função da teoria.<sup>68</sup>

É isto o que Prado Jr. sugere fazer quanto aos problemas agrários do Brasil. Não há como partir de um plano teórico perfeito *a priori*, como também não se pode contar apenas com o conhecimento adquirido na prática: é preciso refletir abstratamente sobre a experiência para se conseguir superar os obstáculos e, também, fazer com que as tentativas concretas de solução das questões sirvam de material para a elaboração teórica. Este tipo de proposta sempre foi um dos alvos preferidos de seus críticos, que consideravam-na insuficiente. *A revolução brasileira* é novamente paradigmática, pois neste livro se encontram as críticas contundentes e bem fundamentadas que Prado Jr. fazia ao PCB e, ao mesmo tempo, as propostas fluídas de solução para o Brasil que inspiravam respostas tão contundentes quanto as críticas iniciais.

\* \* \*

A concepção de história de Prado Jr. se articula com a sua concepção de sujeito, entendido então como o sujeito do conhecimento, isto é, um indivíduo suposto na base de todo pensamento (análogo à consciência) e para quem tanto o conteúdo de seu pensamento como o mundo exterior são objetos. A concepção de história será o tema do próximo capítulo.

---

<sup>68</sup> Idem. “Nota prévia”. In: Idem. *A questão... op. cit.* p. 14.

### CAPÍTULO III – CONCEPÇÕES DE OBJETO/HISTÓRIA

Neste capítulo, o discutido serão as concepções de história, entendida como objeto do conhecimento, na obra de Caio Prado Jr. Diferente da organização dos capítulos anteriores, este não respeita completamente uma ordem cronológica. Procurei aproximar as diferenças mais significativas entre as concepções de história nas diversas obras do autor para facilitar a apreensão das mudanças ocorridas, por isso há necessariamente uma interrupção na seqüência temporal. Além disso, a partir de um livro específico – *A revolução brasileira* – busquei construir o que seriam as características sempre presentes desta concepção, válidas tanto para sua produção anterior como posterior.

Em *Evolução política do Brasil*, primeiro livro do autor, uma das principais características de sua concepção de história é o maniqueísmo. De um lado, estariam os “maus”, as classes dominantes, formadas por uma minoria de exploradores, detentores do controle sobre o Capital. Do outro, haveria a maioria, os “bons”, as classes dominadas, que viveriam e trabalhariam sob as condições impostas por seus antagonistas. Os explorados, independentemente da complexidade que a estrutura social manifeste, são sempre considerados “bons” em relação aos exploradores. No Brasil colonial, por exemplo:

É assim extremamente simples a estrutura social da colônia no primeiro século e meio de colonização. Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infra-estrutura econômica, – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida.<sup>1</sup>

Com o desenrolar da história, a estrutura da trama se torna mais complexa, mas a diferenciação maniqueísta permanece a mesma. A colônia organizada:

Alinham-se assim, frente a frente, diferenciados pela evolução econômica e social da colônia, interesses opostos: de um lado os dos brasileiros, especialmente dos proprietários rurais, a aristocracia fundiária nacional, que mais diretamente sofria o ônus da opressão colonial; de

---

<sup>1</sup> Prado Jr., C. “Evolução política do Brasil”. In: Idem. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966. p. 25.

outro, os da metrópole, e a êles ligados, os dos mercadores portugueses, a burguesia comercial.<sup>2</sup>

Neste caso, há dois níveis de exploração: os reinóis que exploram os colonos; e estes que, por sua vez, exploram os escravos, índios e semilivres. Portanto, os colonos seriam “bons” em relação aos reinóis, mas “maus” enquanto par-oposto dos escravos.

Marx e Engels afirmam no *Manifesto comunista*: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”; além disto, nesta luta: “A [...] queda [da burguesia] e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”. Contudo, este processo é longo, a vitória não virá de uma única batalha: “De tempos em tempos, os trabalhadores vencem, mas só provisoriamente”.<sup>3</sup> Para a conquista final, é necessário um determinado nível de desenvolvimento histórico, no qual se assegurem as condições materiais do sucesso da revolução. De qualquer forma, cada triunfo é um passo em direção à sociedade sem classes. E Prado Jr. explica a Independência do Brasil como um desses passos:

As relações de classe existentes [...] ainda se encontravam sòlidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil [...] e que não sòmente não se alterava, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam por isso modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingirá, e a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a liberação do jugo colonial e a emancipação política.<sup>4</sup>

A historiografia, como foi visto no capítulo anterior, também seria, conforme Prado Jr., um terreno de disputa entre as classes. Os historiadores estariam, portanto, alinhados ou com os dominantes ou com os dominados e suas interpretações do processo histórico favoreceriam a realização dos interesses do grupo com o qual forjaram a aliança: uma história dos “heróis e grandes feitos” teria a intenção de reforçar as ideologias dominantes, enquanto a história de Prado Jr. buscaria a conscientização das massas sobre sua situação de exploradas. Neste sentido, do alinhamento, saltaria aos olhos a dimensão política de seus trabalhos e, conforme o caso, tal aspecto superaria em importância o valor propriamente científico das obras. Mas – e aí emerge uma das especificidades características do marxismo – a relação entre política e ciência é

---

<sup>2</sup> Idem. *Ibidem*. p. 35.

<sup>3</sup> Marx, K.; Engels, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998. pp. 9, 28 e 23.

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 43-44.

complexa. Em primeiro lugar, uma análise marxista clássica não abre mão de sua posição política e, sendo assim, de seu apoio às classes desfavorecidas. Em segundo, a fundamentação desta posição seria uma constatação científica: a de que a humanidade marcha inexoravelmente para uma sociedade sem classes. Deste modo, as posições política e científica dos marxistas coincidiriam, seriam uma só e a mesma. A dialética, que é o princípio segundo o qual a realidade é regida, possui a propriedade mágica de explicar todas as coisas.<sup>5</sup> Porque esta lógica, quando entra em contradição, continua absolutamente coerente, afinal ela funciona através de contradições. Sendo assim, não haveria problema em se assumir um ponto de vista duplo, ao contrário inclusive, pois ciência e política caminhariam juntas, uma redefinindo a outra constantemente.

Entretanto, a história do marxismo mostra que tal princípio não resolveu a separação entre a teoria e a prática do materialismo histórico. De um modo geral, segundo o historiador inglês Perry Anderson, na Europa, a partir da III Internacional, que promoveu a stalinização da maioria dos Partidos Comunistas, houve uma ruptura entre as práticas políticas dos marxistas e as pesquisas e teorizações científicas dos intelectuais do mesmo alinhamento. De acordo com Anderson, os pais fundadores do materialismo histórico e seus primeiros continuadores não encontraram uma situação política suficientemente madura para que pudessem tentar pôr em prática suas idéias. Este ideal só ocorreu historicamente na revolução russa. Depois, o socialismo real afastou boa parte dos intelectuais marxistas da militância partidária, de modo que as atividades política e científica, que durante um momento foram coincidentes, tornaram-se socialmente distintas. Nas suas palavras:

[F]ascismo e stalinismo, as duas grandes tragédias que, de formas diferentes, se abateram sobre o movimento operário europeu no período entreguerras, juntos pulverizaram e destruíram os potenciais criadores de uma teoria marxista nativa ligada à prática das massas do proletariado ocidental [...] A partir daquele momento [o marxismo ocidental] passaria a falar sua própria linguagem cifrada, cada vez mais distante da classe que formalmente procurou servir ou articular.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Entendo esta propriedade “mágica” não como uma depreciação do marxismo, mas sim como uma característica de sua maneira de explicar o mundo. Da mesma forma que as sociedades estudadas pelo antropólogo Marcel Mauss acreditavam nos poderes “mágicos” de seus xamãs, os marxistas, grosso modo, acreditam no poder explicativo da dialética. E, se os instrumentos de análise desenvolvidos por Mauss fossem aplicados a qualquer outra sociedade ou grupo, também se verificaria que, em algum nível, os princípios explicativos do funcionamento do mundo podem ser interpretados como mágicos. Cf. Mauss, M. “Esboço de uma teoria geral da magia”. In: Idem. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ed. Cosac & Naify, 2003.

<sup>6</sup> Anderson, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. p. 51.

No Brasil, onde o Partido Comunista foi fundado depois da criação do Comintern, as diferenças entre estas duas esferas sempre estiveram no centro dos debates. As opiniões dos intelectuais do PCB, na maior parte das vezes, destoavam da prática levada a cabo pelos militantes. O livro *A revolução brasileira*, de Prado Jr., publicado em 1966, é paradigmático neste sentido, pois centraliza sua discussão em tentar demonstrar como o PCB estava errado em interpretar a realidade brasileira como fazia e que, por conta disto, o Brasil sofrera o golpe militar de 1964. O apoio ao “queremismo” em 1945, condenado por Prado Jr. e outros intelectuais comunistas, é outra das ações do PCB que se opôs às orientações de sua *intelligentsia*.<sup>7</sup> Pode-se dizer, então, que o país seguiu as tendências européias nos encaminhamentos práticos e teóricos de seus comunistas.

Todavia, Caio Prado Jr., seguindo a cartilha de Lênin – que é considerado um dos poucos marxistas, senão o único, a efetivamente conjugar prática política e teoria científica –,<sup>8</sup> tentou combinar ambas as esferas, especialmente nas obras de 1933 e de 1966: *Evolução política do Brasil* e *A revolução brasileira*, respectivamente. Na primeira, como foi assinalado anteriormente, a intenção explícita do autor era atingir um público massivo com o texto e, por dedução, modificar a interpretação de seus leitores sobre a história do Brasil. No horizonte, estava o objetivo de promover a conscientização das massas a respeito de sua situação de exploradas, para dar início ao surgimento da consciência de classe no país. Os ensinamentos de *Evolução política do Brasil* tinham por pressuposto aquela coincidência entre política e ciência. Sendo assim, a concepção de história expressa no livro disputava um lugar único no espaço social, o lugar de verdade absoluta ou, no mínimo, hegemônica. Isto porque, nesta contenda, além da questão ideológica, estaria em jogo a definição de qual grupo exerceria os poderes políticos na sociedade e que, por conseqüência, teria o domínio sobre os meios de produção econômica. A indiferenciação entre política e ciência faria com que o domínio sobre qualquer uma destas esferas implicasse no domínio sobre a outra. Logo, a imposição de uma determinada versão da história como a verdadeira e, sendo assim, válida para todos, pelo menos teoricamente, significaria o domínio sobre as demais

---

<sup>7</sup> É preciso deixar claro que aqui não se formou uma *intelligentsia* no sentido original da palavra, onde um grupo de intelectuais seria destacado para pensar as estratégias e orientar a prática da militância comunista. Ainda que existisse um grupo com tais intenções, as sugestões que produziam não eram consideradas na prática.

<sup>8</sup> Anderson, P. *Op. cit.*



esferas sociais. Por isto, o lugar social em disputa era único, afinal quem o ocupasse se tornaria dominante sobre os demais grupos e não poderia compartilhar este poder a não ser que se eximisse de sua posição privilegiada.<sup>9</sup>

Prado Jr. teria incorporado suficientemente o *habitus* dos espaços político e intelectual para perceber que ambos eram intricadamente interdependentes.<sup>10</sup> No entanto, apostou em uma equivalência entre as influências destes espaços que não existia. Por conta de uma infinidade de fatores, que envolvem desde questões referentes ao mercado editorial brasileiro, passando por estratégias de reprodução social da elite brasileira, e chegando até a alfabetização da população, as ações de enquadramento intelectual ocupavam uma posição hierarquicamente inferior às ações propriamente políticas.<sup>11</sup> Sendo assim, é possível deduzir que as opiniões intelectuais de um debutante nos campos culturais na década de 1930, independentemente de sua coloração política, possuíam um peso diminuto naquele cenário e quase nulo fora dele. Isto porque, teoricamente, a inexistência de um campo intelectual suficientemente autônomo tornava improvável a circulação e influência maior das idéias dos jovens escritores. Na década anterior, como afirma Heloisa Pontes, “[...] ler, comprar e freqüentar livrarias eram ainda e sobretudo símbolos de distinção, utilizados com esmero pela elite pensante – ou com pretensão a tal – do período”.<sup>12</sup> A situação não é muito diferente no início dos anos 30, apesar de se notar uma significativa ampliação da atividade editorial. Ou seja, o jovem historiador superestimou a capacidade de influência que um livro poderia ter na sociedade brasileira e, portanto, também o alcance de sua própria publicação.

No outro momento, quando Prado Jr. publicou *A revolução brasileira*, a distância entre os campos político e intelectual era muito maior. A intervenção desesperada do historiador no debate comunista de então visava reaproximar estas esferas. No livro de 1933, era um pressuposto do autor que ciência e política tinham um relacionamento íntimo. Já em 1966, a certeza inicial era de que ambos os mundos estavam divorciados há muito tempo e que, por conta desta separação, nenhum dos dois progredia convenientemente. O golpe militar de 1964 era o fato que sustentava tal

---

<sup>9</sup> Conforme Bourdieu: “A universalização é a estratégia de legitimação por excelência [...] E isso nunca é tão verdadeiro como na luta propriamente política pelo monopólio da violência simbólica, pelo direito de dizer o certo, o verdadeiro, o bem, e todos os valores ditos universais, na qual a referência ao universal, ao justo, é uma arma por excelência”. Idem. *Razões Práticas*. São Paulo: Ed. Papirus, 1996. pp. 219-220.

<sup>10</sup> Cf. nota 76, p. 35 do Capítulo I desta dissertação.

<sup>11</sup> Cf. Miceli, S. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel Ed., 1979.

<sup>12</sup> Pontes, H. “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: Miceli, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001. p. 436.

certeza. Como as políticas das esquerdas brasileiras, em geral, e do PCB, particularmente, não interpretavam a história de maneira correta – porque, na opinião de Prado Jr., não ouviam o que ele e outros intelectuais diziam –, as forças retrógradas do país conseguiram se organizar e tomar o poder. Ao mesmo tempo, o ambiente científico se isolava das questões políticas, principalmente com o aumento da repressão contra os dissidentes do regime. De qualquer forma, em ambos os casos, o que está patente é uma concepção unitária e abrangente de história, na qual as diversas esferas de atuação dos indivíduos estão inter-relacionadas e, mais, que há um determinado ideal de como devem acontecer as relações.

Desse ponto de vista, se em 1933 política e ciência pouco se diferenciavam, as ousadias teóricas que Prado Jr. se permitia eram maiores. Por exemplo, logo após publicar *Evolução política do Brasil*, como já foi dito, o historiador visitou a U.R.S.S. e publicou algumas notas sobre a viagem. Dentre elas há a seguinte, destacada por Raimundo Santos:

Nenhuma organização social (pelo menos as já de certa forma evoluida e porisso mesmo complexas) póde dispensar uma direção. Nestas condições deverá surgir na própria sociedade que virá substituir a sociedade burguesa uma diferenciação entre o grupo investido desta direção e o resto da população. O socialismo portanto nunca passará de um programa: uma sociedade sem classes é impossível.<sup>13</sup>

No contexto de 1966, no qual os intelectuais e os políticos trilhavam caminhos diferentes, Prado Jr. se mostrava teoricamente muito mais ortodoxo. O seguinte trecho demonstra sua posição:

O que existe é a dialética dos fatos históricos que não são da responsabilidade dos comunistas, e que não cabe a eles, ou a quem quer que seja, determinar. É essa dialética que, independentemente da vontade dos indivíduos, levará a luta do proletariado ao momento decisivo em que se proporá sua natural conclusão que é o socialismo, através de ações em favor de objetivos mais restritos e imediatos, que são os que se propõem concretamente na conjuntura do momento.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Prado Jr., C. apud: Santos, R. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad; FAPERJ, 2001. p. 110.

<sup>14</sup> Prado Jr., C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966. p. 14. Ou ainda quanto à previsão propriamente dita: “Essa maneira, dialética em essência, de ver as coisas, não exclui a previsão histórica – e o marxismo é essencialmente uma previsão: a do socialismo”. Idem. *Ibidem*. p. 42.

Contudo, ainda em 1966, se neste aspecto Prado Jr. demonstrava ortodoxia, em outro, ele rompia com a tradição predominante no marxismo brasileiro. Conforme Raimundo Santos:

Caio Prado Jr. se propõe outra metodologia de formulação da política diversa da de sua tradição. Em lugar de colocar o tema obrigatório, pelo menos, naqueles anos 50 e 60, do “caráter da revolução” – democrático-burguesa, revolução socialista, etc. –, Caio Prado Jr. trabalhava com o “olhar do passado”, com a tese do “sentido da colonização”, quando punha as vistas na história propriamente dita, ou com o tema do industrialismo escassamente produtivo e de vida política precária, quando o interesse se voltava para o mundo moderno-urbano. Com esses *rounder points*, o objetivo da sua “teoria da revolução brasileira” não era buscar, como ele dizia; as “essências”, *o que é*, mas procurar saber *o que se passa*, revelando Caio Prado Jr., neste enunciado de formulação política, um uso da dialética que desgostava muito alguns críticos [Boris Fausto e Jacob Gorender, por exemplo]. Ele se mostrava bastante *outsider* em relação à tradição, ao dizer no começo do livro de 1966: “Precisamos saber que acontecerá, ou pode e deve acontecer no curso da revolução brasileira. E não indagar sobre a sua natureza, daquilo que ela é, da sua qualificação, definição ou catalogação” [p. 15]. Sobremaneira estranho pela proposição na qual dizia que, para que a teoria da revolução brasileira chegasse a ser “algo efetivamente prático na condução dos fatos”, ela deveria ser “simplesmente – mas não simplisticamente a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resultava. Processo esse que, na sua projeção futura, dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos” [p. 19].<sup>15</sup>

No que se refere à concepção de história, haveria mais sentido nas últimas falas selecionadas de Prado Jr. se elas tivessem sido proferidas uma no lugar da outra. Na década de 1960, escrever que o comunismo era impossível não geraria grande repercussão, mesmo que o autor da fala fosse um comunista – visto que uma opinião intelectual estaria suficientemente distante da prática política, a ponto de ser praticamente inofensiva nesta instância. Mas, na década de 1930 – quando, conforme a concepção de história de Prado Jr., posicionamento intelectual e posicionamento político equivaliam socialmente –, esta mesma afirmação seria, ao menos teoricamente, uma grande ruptura com o movimento. No entanto, o jovem historiador não teve nenhum problema com seus companheiros de partido por causa daquela frase. Já, depois

---

<sup>15</sup> Santos, R. *Op. cit.* p. 247.

do golpe militar de 1964, apostar em uma revolução do proletariado como o fim necessário da sociedade capitalista, principalmente depois de os crimes de Stalin terem sido revelados, parecia muito mais uma questão de fidelidade partidária do que reflexão crítica.

De qualquer forma, as frases precisam ser devolvidas aos seus contextos originais para que a análise seja mais frutífera. A nota de 1934 revela uma interpretação da história em que o princípio dialético é essencial ao desenvolvimento do processo. O socialismo, pensado como o fim da sociedade de classes, não poderia acontecer porque significaria a paralisação da dialética. Como as superações das contradições seriam o motor da história, se elas deixassem de existir, a história também acabaria. A necessidade intrínseca da dialética como fundamento do tempo histórico fazia com que a realidade social dependesse das contradições para existir. Portanto, o socialismo era uma impossibilidade lógica.

Já em 1966, o socialismo é uma certeza. A sociedade sem classes virá mais cedo ou mais tarde, é inevitável. A dialética, portanto, não é eterna: em um dado momento, ela se resolverá definitivamente. Segundo o historiador Eric Hobsbawm:

[...] duas coisas que eram importantes para Karl Marx e certamente para seus seguidores [...]: (a) o sentido de que o triunfo do socialismo é o fim lógico de toda evolução histórica até o presente; e (b) o sentido de que ele marca o fim da “pré-história”, já que não pode ser e não será uma sociedade “antagônica”.<sup>16</sup>

Os tópicos de Hobsbawm certamente fundamentavam o pensamento de Prado Jr. em 1966. Ao invés de se ter a dialética como princípio lógico da história, era a sua resolução que, em primeiro lugar, consistia a essência do processo. A diferença é sutil, mas primordial, pois a preponderância, na concepção de história em questão, da dialética em si ou da necessidade de sua resolução implica na viabilidade ou não do socialismo na interpretação do historiador.

É difícil identificar quando ocorre essa mudança na concepção de história de Prado Jr. São poucos os momentos em que ele reflete sobre o futuro da humanidade. De fato, não lhe preocupa tanto se o socialismo será ou não uma realidade possível. Em seu pensamento, esta questão é apenas um detalhe, ainda que importante para o problema

---

<sup>16</sup> Hobsbawm, E. “Marx e a história”. In: Idem. *Sobre história*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1998. p. 178.

aqui abordado. Central para o historiador é ajudar a promover a estruturação da economia nacional. Daí seu comentário sobre seu próprio texto, em 1945:

Um livro de história não é de profecias, sobretudo a curto prazo. É difícil se não impossível prever quando e como o Brasil sairá da atual situação de incerteza. O período essencialmente transitório que atravessamos, quando a normalidade mundial se acha subvertida por uma guerra que atinge as raízes da existência de toda a humanidade, não permite tirar conclusão positiva alguma do que existe no momento. Tudo é provisório e ocasional. Mas projetando para o futuro em período suficientemente longo em que se anulem as intercorrências de momento, e em que persista apenas a linha fundamental e geral da evolução, não resta dúvida que o Brasil emergirá dêle um outro país, uma nação livre definitivamente de seu longo passado colonial, e com uma estrutura econômica aparelhada para atender efetivamente às necessidades de sua quase meia centena de milhões de habitantes.<sup>17</sup>

Ou seja, antes de se tornar socialista, era preciso que o Brasil se constituísse como um país suficientemente autônomo em relação ao mercado internacional, isto é, era necessário que a nação estivesse capacitada a produzir os bens fundamentais de sustento da população e do mercado interno. Mais concretamente, o Brasil deveria possuir uma indústria de base estruturada e uma agropecuária voltada para o consumo dos nacionais. Apenas quando estas duas exigências fossem satisfeitas é que se poderia começar a pensar em socialismo.

De qualquer forma, independentemente de qual seria o destino final da humanidade, para Prado Jr. era indiscutível que havia um sentido para a história. No que diz respeito à projeção futura, por exemplo, algumas palavras do próprio Caio Prado Jr. ajudam a esclarecer a questão:

O que precisamente o marxismo, com seu método dialético, introduziu de novo na análise e interpretação históricas, e que já se integrou no pensamento científico moderno a ponto de a êle se renderem, embora sem consciência disso, a maioria dos historiadores, mesmo os largamente afastados do marxismo em conjunto e, sobretudo, de seu conteúdo social e político, é a explicação dos fatos e situações históricas pela emergência progressiva dêles dentro de um processo em permanente *devenir*, e se projetando assim para o futuro numa perpétua renovação.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Prado Jr., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953. p. 302.

<sup>18</sup> Prado Jr., C. *A revolução... op. cit.* pp. 41-42. [Grifo original]

Neste “devenir”, inevitavelmente, as classes antagônicas entrariam em contradição e teriam que resolver seu impasse. Este princípio explicava tanto a história sem fim como a história com final feliz. E, a partir da análise da conjuntura geral de um momento, tal sentido podia ser concretamente caracterizado. Nas palavras de 1942:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e êle explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.<sup>19</sup>

Com tal ponto de partida em mente, Prado Jr. se propõe então a realizar sua investigação histórica. Segundo ele, como está claro, as grandes forças que formaram nosso país sempre tiveram como referência o mercado internacional. O território, desde sua descoberta, teria sido um espaço a ser explorado em função dos interesses mercantis portugueses. Primeiro com a extração do pau-brasil; depois as plantações de cana para a produção de açúcar; em seguida, o ouro; sem esquecer do algodão e do café. Nenhum destes bens era produzido para o consumo interno, seu público-alvo era a Europa. O sentido da história do Brasil, portanto, fora o de fornecer para o estrangeiro seus bens primários. Sendo assim, a posição internacional que se criou para o país era extremamente frágil, pois o fomento ou o declínio de sua economia dependia das oscilações nada previsíveis de mercados externos. Como, na leitura de Prado Jr., o Brasil não possuía um mercado interno consolidado e que sustentasse as necessidades de sua população, eram os movimentos do Capital internacional que definiam a situação do país. Por isso, conforme a demanda pelos produtos brasileiros aumentava ou diminuía, o país enfrentava períodos de prosperidade ou de crise econômica.

Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que êste reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e

---

<sup>19</sup> Prado Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957. p. 25.

como conseqüência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos do país. É isto a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos sua história.<sup>20</sup>

A tese do sentido da colonização, como se sabe, teve um peso enorme para a produção historiográfica posterior. Segundo o historiador João Fragoso: “De todos os modelos explicativos do funcionamento da economia colonial, o de Caio Prado Júnior é, sem dúvida, o que fincou raízes mais profundas”.<sup>21</sup> Foi aceita sem maiores questionamentos durante muito tempo. Somente a partir da década de 1970, é que passa a ser sistematicamente criticada, processo no qual a obra do historiador Ciro Flamarion Cardoso tem papel fundamental.<sup>22</sup> Essa tese era uma interpretação construída a partir da análise do passado. Não entravam diretamente em jogo as questões do presente. Apesar de ser uma das principais preocupações do historiador o fato de, na sua opinião, o Brasil não ter conseguido superar problemas essenciais que herdava do passado colonial, não era isto que justificava a busca do sentido da história do país. No entendimento de Prado Jr., tal busca seria tarefa fundamental no estudo da história de qualquer sociedade – mesmo no de povos mais antigos, por exemplo, onde os elos com a atualidade são muito mais frágeis do que no caso brasileiro.<sup>23</sup>

Por outro lado, um dos aspectos que mais enfatiza de *História econômica do Brasil* é o fato de que, nela, Prado Jr. aproximou as questões do passado dos problemas do presente. Retomo este tema novamente porque, se era importante nos outros momentos, para a concepção de história é fundamental. Em *História e desenvolvimento*, Prado Jr. resume o que foi sua postura desde 1945:

É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento.<sup>24</sup>

Como, para o historiador, os acontecimentos pretéritos estão diretamente vinculados ao presente e, por isto, são um constituinte fundamental da sociedade

---

<sup>20</sup> Idem. *Ibidem*. p. 123.

<sup>21</sup> Fragoso, J. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998. p. 57.

<sup>22</sup> Cf. Cardoso, C. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

<sup>23</sup> Ver citação de Prado Jr. na página 33 do Capítulo I desta dissertação.

<sup>24</sup> Prado Jr., C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972. p. 19.

contemporânea, a análise histórica tem a função necessária de renegociar os significados *do* presente. Enquanto esta análise se limitava aos problemas que tinham seu desfecho temporalmente localizado no passado, as suas interpretações tinham apenas a função de renegociar os significados da história *para o* presente. Essencialmente, poder renegociar significados *do* presente ou *para o* presente são a mesma coisa. Contudo, socialmente há uma diferença importante: no primeiro caso, *a priori*, as potencialidades de intervenção social são imensamente mais abrangentes do que no segundo. Todavia, os desdobramentos históricos de qualquer destas renegociações são independentes das intenções originais das análises.

A história, para Prado Jr., portanto, era concebida como um processo contínuo, onde as rupturas que encerram uma fase e/ou inauguram outra são os elos entre momentos históricos diferentes. O que caracterizaria um momento histórico qualquer e o faria único e diferente dos demais seria, para um marxista como o autor analisado, a estrutura econômica fundamental, definida, basicamente, pelo modo de produção predominante na sociedade analisada. Conforme o historiador Eric Hobsbawm:

Quaisquer que sejam as relações sociais de produção, e quaisquer outras funções que possam exercer na sociedade, o modo de produção constitui a estrutura que determina a forma que assumirá o crescimento das forças produtivas e a distribuição do excedente, como a sociedade pode ou não mudar suas estruturas, e como, em momentos oportunos, poderá ou não ocorrer a transição para outro modo de produção. Em suma, o modo de produção é a base de nosso entendimento da diversidade das sociedades humanas e suas interações, bem como de sua dinâmica histórica.<sup>25</sup>

Com a transformação desta instância, independentemente de como ela se dê, a história avançaria um degrau em direção ao seu futuro. O que define o modo de produção, novamente segundo Hobsbawm, é o seguinte:

Um modo de produção corporifica um programa particular de produção (uma maneira de produzir na base de uma determinada tecnologia e divisão produtiva do trabalho) e também “um conjunto específico e historicamente determinado de relações sociais mediante o qual o trabalho é alocado para arrebatar energia da natureza por meio de ferramentas, habilidades, organização e conhecimento” em uma dada fase de seu desenvolvimento e por meio das quais o excedente socialmente produzido é circulado, distribuído e utilizado para

---

<sup>25</sup> Hobsbawm, E. “Marx e a história”. *Sobre história... op. cit.* p. 179.



acumulação ou alguma outra finalidade. Uma história marxista deve considerar ambas as funções.<sup>26</sup>

Prado Jr. entende que o Brasil sempre esteve no modo de produção capitalista. Em tese, portanto, não teria havido nenhuma mudança no modo de produção e o país não teria se adiantado em direção ao socialismo. Contudo, por um lado, para o historiador, houve sim mudanças importantes no processo histórico brasileiro, onde o final do século XVIII e início do XIX é um dos momentos fundamentais, por conta de um conjunto de fatores que inicia a constituição do Brasil enquanto nação:

Todas estas transformações encontram-se mais ou menos maduras quando pelo favor de circunstâncias de caráter internacional que ocorrem nos primeiros anos do século passado [XIX], apresenta-se oportunidade favorável à sua eclosão. Desencadeiam-se então as forças renovadoras latentes que daí por diante se afirmarão cada vez mais no sentido de transformarem a antiga colônia numa comunidade nacional e autônoma. Será um processo demorado – em nossos dias ainda não se completou –, evoluindo com intermitências e através de uma sucessão de arrancos bruscos, paradas e mesmo recuos.<sup>27</sup>

Por outro lado, como está claro, as estruturas fundamentais do período colonial se mantinham: em primeiro lugar, pela organização básica da economia (produção voltada para exportação); em segundo, pela manutenção da forma de exploração do trabalho (a escravidão), que só será alterada no final do século XIX; e, em terceiro, por conta da conservação do capital nas mãos dos antigos detentores.

Em sua leitura, mesmo nos dias que corriam, o funcionamento básico da economia brasileira continuava o mesmo. O imperialismo teorizado por Lênin teria transformado a economia mundial em um grande sistema onde “gigantes” concorriam entre si, mas não modificara a lógica fundamental do capitalismo. Como o Brasil também não alterara suas estruturas econômicas, sua posição se assemelhava àquela ocupada no tempo em que era ainda colônia de Portugal. Nas palavras de Prado Jr.:

Neste sistema universal do imperialismo, o Brasil ocupa [...] uma posição secundária. Sobre ele se desenrola ou perpassa a concorrência capitalista transportada para o terreno internacional, e que, longe de se ter abrandado pela concentração do capital e formação de imensos monopólios, intensificou-se porque é agora o embate de gigantes em

---

<sup>26</sup> Idem. *Ibidem*. p. 179.

<sup>27</sup> Prado Jr., C. *História econômica... op. cit.* p. 128.

frentes extensas, e não mais apenas as escaramuças passadas de minúsculos capitalistas individuais concorrentes. O Brasil é apanhado e arrastado passivamente do vórtice daquela luta, e sua evolução econômica será função de grandes acontecimentos mundiais que se compreendem e explicam apenas no cenário universal e em conjunto com a história geral da Humanidade. Nestas condições, torna-se impossível medir quantitativamente, ou mesmo definir qualitativamente de uma forma completa a ação específica e isolada do imperialismo com relação ao Brasil, como de qualquer outro povo em particular. Qualquer tentativa neste sentido não nos daria senão uma pálida idéia do assunto. Trata-se de um processo em vaivéns contínuos, que envolve simultânea e sucessivamente todos os povos da Terra, e que reduzido às proporções de um só deles, perde seu caráter essencial.<sup>28</sup>

De certo modo, neste trecho, Prado Jr. recupera uma das justificativas de se buscar o “sentido” da história, tal como apresentada em *Formação do Brasil contemporâneo*. A complexidade absurda das sociedades contemporâneas, em que a quantidade de dados passíveis de serem analisados extrapola em muito as possibilidades de qualquer pesquisador ou grupo de pesquisadores, faria com que os trabalhos ou se especializassem em função de recortes específicos, onde houvesse possibilidades maiores de esgotar os assuntos, ou se fariam sínteses a partir de eixos explicativos considerados fundamentais, com o intuito de dar conta das linhas de força gerais presentes nestas sociedades. A proposta de Prado Jr., justamente, é a segunda. Como ele via o Brasil envolvido e dependente de um sistema de incontáveis variáveis, entendia que valia mais tentar descobrir o sentido geral deste sistema do que detalhá-lo para um caso particular.

Se nas obras analisadas até o momento, Prado Jr. se posicionou a favor de uma história ampla, no livro de 1953, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, além disto, ele também se coloca contra determinados estudos particulares. Sobre o texto *Formação dos limites meridionais do Brasil*, por exemplo, o historiador afirma:

O assunto do presente trabalho não é de minúcia e bizantinismo histórico, como o título poderia talvez indicar. Em primeiro lugar, porque se trata de um dos pontos mais importantes da vida internacional dos países sul-americanos, e a êle se ligam alguns dos acontecimentos mais salientes da história, tanto do Brasil como das republicas platinas. Doutro lado, o assunto põe em grande relêvo a ação conjugada de fatores geográficos e históricos, prestando-se admiravelmente, dessa forma, para considerações

---

<sup>28</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 282-283.

de uma disciplina sociológica que só muito recentemente começa a se formar: a geopolítica.<sup>29</sup>

Estudos sem objetivos práticos ou, nas palavras do autor, “de minúcia e bizantinismo histórico” seriam o tipo de trabalho que não deveria ser feito. As justificativas de Prado Jr. para afastar aqueles adjetivos da caracterização de sua pesquisa apontam para a valorização da definição territorial dos países como um dos fatos históricos de maior relevância. O estabelecimento das fronteiras, vinculado a “alguns dos acontecimentos mais salientes da história”, seria importante porque, na constituição de qualquer Estado, o território que lhe corresponde seria um dos definidores da sua identidade. Neste sentido, como um dos projetos que perpassa praticamente toda a obra de Prado Jr. é a idéia de que o Brasil precisava se tornar definitivamente uma nação, pesquisar como se formou o território de nosso país seria um dos elementos para entender e promover a continuidade do processo de formação da nação.

Além disso, há a questão científica de incorporar na análise histórica novos instrumentos provenientes de novas disciplinas, no caso: a geopolítica. A discussão em torno da importância de dialogar com outras ciências aparece em alguns outros textos do mesmo livro. Como mencionado no capítulo anterior, a geografia e a demografia são as mais valorizadas. No artigo sobre Aires Casal, Prado Jr. dá um exemplo de um problema, segundo ele freqüente, de não existir este tipo de diálogo:

Em particular os cursos de água foram sempre considerados como ideais [para delimitação de fronteiras], pois desenham na carta uma linha contínua e bem sensível. Apesar do desmentido constante que os fatos sempre deram a esta concepção puramente teórica, irreal e abstrata [...] É mais um dos resultados dêste modo formal do pensamento, tão do sabor de certas filosofias e concepção das coisas, que procuram transpor para o mundo objetivo as ficções e categorias do nosso espírito.<sup>30</sup>

Nos dois últimos textos de *Evolução política do Brasil e outros estudos*, Prado Jr. oferece exemplos de como trazer para a história a análise demográfica ou de como inserir na demografia a perspectiva histórica. Nestes trabalhos, o autor retoma uma das discussões de *Formação do Brasil contemporâneo*, no qual dedica muitas páginas à

---

<sup>29</sup> Prado Jr., C. “Formação dos limites meridionais do Brasil”. In: Idem. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953. p. 139.

<sup>30</sup> Idem. “Aires de Casal, o pai da geografia brasileira, e sua corografia brasílica”. In: Idem. *Ibidem*. p. 163.

questão do povoamento. Na introdução de *Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural*, ele afirma: “O povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva. Afinal de contas, tôda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semideserto”.<sup>31</sup> A história do Brasil, portanto, seria concebida como um processo onde os protagonistas fundamentais seriam as “massas”, os grandes grupos que povoaram o território do país. Ao privilegiar o estudo das “massas” e de seus movimentos, Prado Jr. dispôs de uma série de novas ferramentas de análise que ele procurou em outras ciências emergentes. Daí a defesa e proposta de diálogo com a geografia e a demografia principalmente.

A proposta de fundir diversas ciências para produzir uma análise mais eficiente, a princípio, sugeriria que elas estariam suficientemente afastadas entre si. Contudo, a separação entre as disciplinas acadêmicas da área de humanas no Brasil é fruto de um processo longo. Para os fins que interessam aqui, é importante localizar o desenvolvimento deste processo durante o século XX. Como procurei demonstrar no primeiro capítulo desta dissertação, em consonância com outros estudos sobre a historiografia brasileira, é possível mapear a história das ciências sociais no país a partir de alguns momentos principais. Durante a República Velha, a produção dos nossos intelectuais, de uma forma resumida, estava vinculada a questões referentes à identidade brasileira. Uma das preocupações mais frequentes era encontrar/criar os fundamentos que sustentassem uma idéia de Brasil, uma idéia à qual, teoricamente, todos os nascidos no território deveriam aderir. A partir da década de 1930, inicia-se uma nova fase, em que a fundamentação da identidade cai para um segundo plano e em que os problemas do momento – políticos, econômicos ou sociais – eram investigados em perspectiva histórica. A partir de 1950, há a ampliação dos recursos às universidades e estas, que já tinham um peso importante na formulação das questões intelectuais, passam a centralizar praticamente toda a produção reconhecida como legítima. Depois do golpe militar, os incentivos aumentam e se criam os principais programas de pós-graduação do país. Se se pode datar o início efetivo da separação entre as diversas disciplinas, isto seria em 1951, com a criação do CNPq e o conseqüente estabelecimento de políticas de fomento em que se dividiam as áreas de pesquisa.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Idem. “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural” In: Idem. *Ibidem*. p. 203.

<sup>32</sup> Cf. Capítulo I desta dissertação.

Prado Jr. experiencia todo este processo. Seu auge como intelectual acontece na década de 1940, portanto, quando aquela separação ainda era muito incipiente. E a concepção de história, enquanto disciplina, que ele defende daí para frente, está vinculada ao momento que lhe fez reconhecido. Em 1968, por exemplo, quando pleiteou a vaga de Sérgio Buarque de Holanda na USP, Prado Jr. explicava a relação entre as diversas disciplinas das ciências humanas e sociais da seguinte maneira:

Historiografia de um lado, e doutro, Economia, Sociologia e Ciência Social em geral, podemos dizer que quase se confundem ou se devem confundir no Brasil. Apenas se distinguem nos métodos de pesquisa e elaboração científica – e mesmo assim com muitas restrições. Os dados, o material pesquisado é da mesma natureza. O que faz com que o historiador brasileiro não deva nunca perder de vista que é também para o conhecimento do presente que ele imediata e diretamente trabalha. E que lhe cumpre portanto acentuar mais a sua atenção para aquelas circunstâncias históricas que, passadas embora, se projetam mais vivamente, em seu desdobramento e processamento futuro, nas circunstâncias de nossos dias. Seus esforços serão assim mais fecundos e de maior interesse.<sup>33</sup>

Ou seja, o historiador defende e assume uma concepção de história onde as diferenças para com as demais disciplinas afins não devem impedir o diálogo e não têm mais do que uma função puramente formal. Esta concepção não está somente ligada à produção intelectual das décadas de 1930 e 1940, mas remete também ao modo de produzir conhecimento do marxismo clássico. Ainda que por motivos diversos e caminhos diferentes, tanto o marxismo ocidental como as disciplinas das ciências humanas no Brasil tenderam à especialização e a distanciamentos internos durante o correr do século XX.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Prado Jr., *C. História e Desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Urupês, 1972. p. 19.

<sup>34</sup> Para mais detalhes de como se desenvolveu o marxismo ocidental, cf. Anderson, P. *Considerações...* *op. cit.*

## Concepção de história: caracterização geral

A proposta deste tópico é definir o núcleo duro da concepção de história de Caio Prado Jr. A maior parte do material utilizado vem do livro *A revolução brasileira* e alguns poucos trechos são de obras posteriores. Para tanto, procuro entender como determinados conceitos se articulam nesta concepção e, deste modo, a definem.

No momento da publicação de *A revolução brasileira*, Prado Jr. era um intelectual maduro, nacionalmente reconhecido como grande pensador, mas sem uma colocação institucional de relevo no campo intelectual. Politicamente, o país vivia os primeiros anos da ditadura militar, portanto, um momento de crise para as esquerdas. E Prado Jr. não ocupava nenhum cargo no seu partido. Neste momento, ele afirmava em seu livro, como foi sublinhado acima, que o socialismo era inevitável:

O que existe é a dialética dos fatos históricos que não são da responsabilidade dos comunistas, e que não cabe a êles, ou a quem quer que seja, determinar. É essa dialética que, independentemente da vontade dos indivíduos, levará a luta do proletariado ao momento decisivo em que se proporá sua natural conclusão que é o socialismo, através de ações em favor de objetivos mais restritos e imediatos, que são os que se propõem concretamente na conjuntura do momento.<sup>35</sup>

A inexorável revolução, a princípio, seria uma idéia compartilhada pela maior parte dos militantes comunistas. Ou, pelo menos, nas críticas que se fizeram a Prado Jr., ninguém questionou a possibilidade da revolução. O que estaria em disputa, portanto, não seria a definição do final do processo, mas sim as determinações legítimas sobre a condução da revolução. Neste sentido:

Não são os fatos em si e como formalmente se apresentam, que mais importa, e sim a sua natureza e qualidade de elos, de momentos de transição do passado que se foi, para o futuro para onde apontam e se dirigem. Considerados dialêticamente, os fatos sociais sômente têm significação como componentes de um *processo*; e assim como resultantes de um passado onde se elaboraram suas premissas, e como elementos dinâmicos que se projetam para o futuro.<sup>36</sup>

Quero destacar aqui a idéia de *processo*. Como está claro na própria citação, o processo a que se refere Prado Jr. implica numa relação entre o passado e o futuro. O

---

<sup>35</sup> Idem. *Ibidem*. p. 14.

<sup>36</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 122-123. [grifo original]

tempo se desenrolaria a partir de um ponto e numa direção específica: do passado para o futuro. Os vários eventos que constituem os seus diversos momentos (os fatos) estariam ligados entre si como os elos de uma corrente. Portanto, tem-se uma linha que fornece uma unidade para o tempo. Esta unidade permite que se atribua um *sentido*, tanto enquanto significado como enquanto direção, para a realidade.

Caio Prado Jr. discutia as diferenças entre o que seriam as principais classes sociais na composição da sociedade brasileira. Apresentava a “burguesia” como uma minoria dominante que impunha seus interesses aos demais. Segundo o autor, o Brasil passava por um momento em que a iminência da revolução era óbvia. Mas a classe dominante conseguia dar visibilidade a um argumento contrário, afirmando que, no máximo, eram necessárias algumas reformas em uma ou outra instituição fundamental. São estas reformas que Prado Jr., na citação a seguir, refere como insuficientes:

Para a grande maioria restante, contudo, e mesmo que ela não se dê sempre conta perfeita da realidade, incapaz que é de projetar em plano geral e de conjunto suas insatisfações, seus desejos e suas aspirações pessoais, o que se faz mister, para lhe dar condições satisfatórias e seguras de existência, é muito mais que aquilo.<sup>37</sup>

O historiador chama a atenção para a falta de articulação das classes dominadas. Caso elas conseguissem se organizar e “projetar em plano geral e de conjunto suas insatisfações”, o que fariam seria articular uma variedade de interesses individuais conforme uma necessidade coletiva. Todos estes interesses individuais, portanto, estariam coordenados *simultaneamente*. Ainda que não o façam, a possibilidade teórica de que tal aconteça indica a concepção de um *espaço* articulado.

A unidade dos dois elementos fundamentais da realidade, tempo e espaço, permite supor que esta mesma unidade pode ser transposta para toda a realidade restante. Se esta transposição for aceita, o mundo seria percebido como um todo único.<sup>38</sup> Daí que, as partes que compõem este todo dialogariam entre si e com a totalidade tanto

---

<sup>37</sup> Idem. *Ibidem*. p. 3.

<sup>38</sup> Ultimamente, nos debates das ciências humanas, com frequência vem sendo destacado o sentido de unidade do mundo como um condicionante social. Tal destaque estaria relacionado com a desnaturalização deste sentido. Segundo a historiadora Eliane Garcindo de Sá, esta tendência tem origem no esgotamento das “‘explicações’ totalizadoras que já não dão conta das multiplicidades e ‘fragmentos’ do presente”. Este esgotamento seria fruto da percepção da inconsistência destas explicações bem como da consciência de que as apreensões da realidade histórica são necessariamente parciais. Abre-se mão dos “sistemas explicativos globais”, tidos então como apenas “pretensamente necessários”. Sá, E. “História e concepção de mundo: fim de milênio e terminalidade”. In: Guazzelli, C.; Petersen, S.; Schmidt, B. e Xavier, R. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p. 340.

de modo sincrônico como diacrônico. Um dos conjuntos fundamentais destas partes são os *atos*. E, como deixou claro Prado Jr., os fatos não importam sozinhos, importa sim sua relação mútua e com o todo. É a atribuição de unidade, de um sentido geral, que possibilita a interpretação, pois esta noção prévia, a idéia de unidade, é o que permite conectar os fatos e fazer valer a conexão mais do que os próprios conectados.

O sentido dialético da história é fundamental para todo o pensamento marxista e, portanto, para Prado Jr. também. Significa que os fatos humanos estão em contradição entre si e que tal contradição só se resolve no futuro; além disso, a resolução de uma contradição redundante em novas contradições que, por sua vez, serão resolvidas também no futuro. Para Prado Jr.:

É nas contradições através de que se desenrola o processo histórico-social que se determinam tais fatos e situações [...] É na superação dessas contradições [...] que reside o dinamismo dos processos histórico-sociais, e que se situam as forças internas que impelem o curso dos acontecimentos que fazem a trama da história.<sup>39</sup>

O processo histórico-social de que fala Prado Jr., se decomposto para uma análise morfológica, teria duas partes principais: um substantivo, processo; e um adjetivo, histórico-social. Não interessa, obviamente, detalhar as características morfológicas de ambas as categorias. É o significado semântico do adjetivo que interessa destacar. A qualidade “histórico” remete ao desenrolar temporal do processo. E o complemento “social” especifica o processo como necessariamente humano. Os fatos e situações, que se determinam através deste processo, são conceituados por Prado Jr. assim:

Os fatos históricos, humanos que são, diferem dos fatos físicos que são exteriores ao Homem. Nêles, pensamento e ação (que constitui o fato) se confundem, ou antes se interligam num todo em que, separados embora, se compõem em conjunto. O Homem é nos fatos de que participa, simultaneamente autor e ator, ser agente e ser pensante; e é agente na medida em que é pensante, e pensante como agente.<sup>40</sup>

Mais importante que a diferença entre os fatos humanos e os físicos é a constituição do fato histórico como a interligação de pensamento e ação. Tanto esta interligação quanto o processo em que os fatos estão imersos – isto é, um processo histórico porque se dá no tempo e social porque humano – apontam para a característica

---

<sup>39</sup> Prado Jr., C. *A revolução...* op. cit. pp. 210-211.

<sup>40</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 6-7



diferenciadora principal da dialética marxista. Todos estes elementos estão vinculados a uma realidade *concreta*, em oposição a uma *abstrata*. Ou seja, o tempo histórico é concreto; o humano em questão é social, portanto concreto também; o pensamento e a ação constituem um conjunto único e a ação dá um sentido concreto para este conjunto. Em uma palavra, tudo isto constitui o caráter *materialista* desta dialética. Segundo Hobsbawm:

Desenvolvida no curso da crítica feita por Marx e Engels à filosofia e ideologia alemãs, [a concepção materialista da história] está essencialmente dirigida contra a crença de que “idéias, pensamentos e conceitos produzem, determinam e dominam os homens, suas condições materiais e sua vida real”. Originada em 1846, essa concepção permaneceu essencialmente a mesma. Pode ser sintetizada em uma única frase, repetida com variações: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.<sup>41</sup>

Para a dialética materialista, as sociedades estariam divididas entre diferentes grupos definidos pelo tipo de atividade econômica que desenvolvem. Esses grupos conformariam duas classes sociais fundamentais: uma de opressores e outra de oprimidos. A dialética materialista consistiria justamente na luta entre tais classes e a história se desenvolveria a partir do desenvolvimento desta luta. Conforme Marx e Engels, no *Manifesto do partido comunista*:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes [disfarçada], por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa.<sup>42</sup>

O conceito de classe social é um dos pilares fundamentais da teoria marxista, contudo não foi interpretado ou de modo homogêneo por seus seguidores. Muitas das

---

<sup>41</sup> Hobsbawm, E. “Marx e a história”. In: Idem. *Op. cit.* p. 174. Em acréscimo a esta discussão, Norberto Bobbio afirma que a insistência nessa característica do método marxista é fruto de um esforço específico de Marx e, sobretudo, de Engels no sentido de desvincular sua produção de determinados preconceitos, comuns em sua época, sobre a dialética de Hegel. Este esforço, na opinião de Bobbio, fez com que os marxistas posteriores, até meados do século XX, em geral não dessem o devido valor à ascensão de Hegel sobre Marx. Cf. Bobbio, N. “A dialética marxista”. In: Idem. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

<sup>42</sup> Marx, K.; Engels, F. *O manifesto... op. cit.* p. 9.

apropriações da idéia de classe social se constituíram como reconceituações.<sup>43</sup> Para o caso de Caio Prado Jr. se verifica a mesma situação. Havia divergências entre o recorte do historiador e o de seus interlocutores quando pretendiam definir as classes sociais que existiam no Brasil, como visto no Capítulo II desta dissertação.<sup>44</sup> Para o PCB, o Brasil seria formado por quatro classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia, aristocracia rural e campesinato; e, para Prado Jr., seria por apenas duas: proletariado e burguesia.

Na concepção de história de Prado Jr., o conceito de classe social está vinculado ao de modo de produção, como na teoria de Marx. Nosso atual Ministro da Fazenda, Guido Mantega, explica como é este vínculo na concepção materialista da história:

O método marxista é materialista porque privilegia as relações sociais que os homens estabelecem para engendrar sua produção material; é histórico e dialético porque identifica a inevitabilidade da transformação dessas relações ao longo do tempo, a partir de contradições, desembocando em novas formas de sociabilidade. Desde o início da civilização a humanidade cindiu-se em classes antagônicas e a história nada mais é que a história da luta entre elas, que vai desembocar no capitalismo contemporâneo, onde impera a lei do valor e da acumulação. Nesses termos, a análise materialista privilegia o conceito de modo de produção, que se caracteriza por um dado desenvolvimento das forças produtivas e por determinadas relações materiais de produção. Ao longo da história verificou-se uma sucessão de modos de produção, a começar pelo comunismo primitivo (ainda uma sociedade sem classes), passando pelo escravismo, feudalismo e capitalismo, para desembocar no socialismo.<sup>45</sup>

Como apontado anteriormente, o livro *A revolução brasileira* foi escrito para um público específico, pessoas que, a princípio, compartilhavam com Prado Jr. a mesma visão de mundo: a esquerda brasileira. Dentro deste público, o autor se dirigia especialmente àqueles a quem criticava: o PCB. Além das críticas, havia propostas para enfrentar e resolver as questões daquela esquerda. Tais propostas, contudo, não tinham

---

<sup>43</sup> Talvez o caso mais famoso entre os historiadores seja a polêmica provocada por E. P. Thompson quando resolveu combater a conceituação fixista de classe social e escreveu um livro em que apresentava a gênese da classe operária inglesa. A intenção de Thompson era provar o caráter histórico das classes que, portanto, só poderiam ser definidas a partir de uma realidade histórica específica e não abstratamente. Cf. Thompson, E. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987 e 1988.

<sup>44</sup> Ver p. 96 do Capítulo II desta dissertação.

<sup>45</sup> Mantega, G. "Marxismo na economia brasileira". In: Moraes, J. (org.). *História do marxismo no Brasil – vol. II*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995. pp. 102-103.

grande concretude para essa esquerda. Em *A questão agrária no Brasil*, Prado Jr. continuava oferecendo soluções do mesmo tipo, como no exemplo abaixo:

Não se trata assim, nem é este o caso em foco na atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime. Advertência essa que se dirige tanto ao reacionarismo de direita que procura apresentar a reforma agrária como atentatória do direito de propriedade, quando pelo contrário do que se trata é fazer um maior número participar dessa propriedade; quanto ao sectarismo de esquerda, para deixar bem acentuado que não estamos visando, nem podemos visar a situações ideais e esquemas utópicos, por mais atraentes que sejam; e devemos nos manter sempre na perspectiva realista do momento e das circunstâncias econômicas, sociais e políticas em que nos encontramos.<sup>46</sup>

Ou seja, o historiador novamente manifesta seu deslocamento nos espaços de esquerda e mantém sua concepção sobre o problema histórico do Brasil. Além de que, como está claro, apresentar sua proposta como uma atitude geral que se deve tomar sempre, mas não um programa de ação, o que talvez fosse o esperado de sua pessoa.

\* \* \*

Como foi mencionado anteriormente, o marxismo é caracterizado, entre outras coisas, pela relação complexa que nele se estabelece entre as práticas políticas e as elaborações teóricas. A história, definida a partir desta relação, ora tenderia à relatividade mais ou menos bem aceita nos ambientes intelectuais e, sendo assim, passível de ser entendida de diferentes formas ao mesmo tempo; e ora tenderia à univocidade, resultante ideal das disputas políticas pela universalidade. De uma maneira geral, o pêndulo balança conforme a conjuntura histórica. Segundo Perry Anderson, até a revolução russa, a ênfase era política; mas com a estabilização do governo revolucionário e, em seguida, com a ascensão do nazismo na Alemanha, houve uma mudança, e o peso passou a ser o científico.<sup>47</sup>

Na obra de Caio Prado Jr., especificamente, tal relação é tensa. Simultaneamente, o materialismo histórico é uma maneira de interpretar a história e o modo correto de fazê-lo. No campo intelectual brasileiro, por conta das estruturas específicas deste ambiente, nenhuma teoria se firmou como universal, afinal, a dinâmica

---

<sup>46</sup> Prado Jr., C. “Nova contribuição à questão agrária no Brasil”. In: Idem. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. p. 91.

<sup>47</sup> Cf. Anderson, P. *Op. cit.*

fundamental dos campos de produção cultural, quando suficientemente autonomizados, exige que o que é reconhecido como legítimo seja questionado constantemente. Neste sentido, o marxismo necessariamente teria que se configurar como mais uma forma de se interpretar a realidade, lado a lado com outras várias. Mas quando se ultrapassa as fronteiras deste espaço, surge a necessidade mais urgente de disputa pelo universal. A convivência relativamente pacífica das teorias sociais entre si é possível porque a definição das posições em campos constituídos por indivíduos dominantes/dominados, essencialmente os campos de produção cultural relativamente autônomos, refrata a condição especial daqueles que estão entre os dominantes na sociedade, mas em um plano imediatamente inferior no que se refere ao exercício do poder. Esta posição oferece a esses indivíduos possibilidades concretas de observar a realidade a partir de um ponto de vista crítico, pois agrupa em si dois conjuntos de interesses antagônicos. Sendo assim, eles podem transitar entre tais interesses e observar a si e aos outros de pelo menos duas maneiras. Potencialmente, por causa da possibilidade de comparação, uma posição social que favorece a reflexão crítica.

Porém, os embates políticos se dão no espaço de interesses dos dominantes/dominantes, os campos político e econômico/monetário especialmente, onde as posições privilegiadas oferecem a maior quantidade e diversidade de capitais sociais possível para o exercício do poder. Estruturalmente, estas posições não existem na diversidade, os interesses de quem as ocupa são unilaterais. A concepção de história de Prado Jr. almejava posições nos espaços tanto dos dominantes/dominantes como no dos dominantes/dominados. Por isto a tensão: por um lado, era uma tentativa de crítica em um ambiente de univocidade; e, por outro, a imposição de uma única verdade em um espaço de multiplicidade. Todavia, Prado Jr. não assumiu nenhum dos partidos de modo total. Afirmava, nos momentos de intervenção nos espaços intelectuais, que o materialismo histórico era uma maneira de se interpretar o passado, não mais que isto. E, nos momentos de ação política, defendia que os fatos históricos deveriam ser corretamente analisados, isto é, como efetivamente aconteceram. No raro trecho a seguir, o historiador conjugou as duas propostas: “O que se trata de realizar [...] é proceder à observação e análise dos fatos tais como êles efetivamente se apresentam no contexto econômico e social brasileiro. E partir daí, e somente daí, para sua explicação e interpretação”.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Prado Jr., C. *A revolução... op. cit.* p. 122.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo que entrei na faculdade descobri que os fatos históricos são construções. Isto me deixou estupefato. A palavra construção, naquele momento, era o antônimo de real. Não me ocorria que um fato construído era também um fato real. A idéia de verdade ou de pureza de intenções ainda estava muito presente em meu pensamento.

Durante a graduação, paulatinamente, fui afastado para longe da pretensão de encontrar a verdade. Um processo levado a cabo de forma tão eficaz que, quando me deparo hoje em dia com alguma manifestação que lembre aquela pretensão, imediatamente fico irritado. A imprensa, de uma maneira geral, é a maior de minhas fontes de irritação.

Na maioria das vezes, minha reação não passa de uns resmungos. No máximo, reclamo com o ouvido infeliz mais próximo. No entanto, algumas outras vezes, ponho-me a pensar sobre o assunto. Chego sempre à conclusão óbvia de que o problema é muito complexo para ser solucionado. Mas também à de que esta é uma questão muito séria, pois ocupar um lugar social reconhecido como neutro e, por conta disto, a partir do qual é possível dizer a verdade legitimamente é colocar-se em uma posição muito poderosa. Entendo que os setores da imprensa brasileira que assumem esta postura, fazem-no de forma muito irresponsável. É isto o que me deixa irritado.

Em seguida, conforme conduzo meu raciocínio, ou fico preocupado ou esqueço o problema. Fico preocupado quando concluo que as pessoas são muito influenciáveis pela mídia e que compram esse discurso sem nenhuma crítica. E esqueço quando chego à conclusão contrária, isto é, de que as pessoas são mais inteligentes que os jornais, revistas, rádios ou televisões e que percebem que a verdade oferecida corresponde a um determinado interesse e não é absoluta. Como não sei como as pessoas são de fato, o que me leva a um ou outro resultado são elementos muito inconstantes (como os resultados!).

De qualquer forma, o mais razoável é considerar que há pessoas de todos os tipos. Há aquelas que acreditam somente naquilo que passou na televisão; há aquelas que não acreditam justamente porque passou na televisão; e há uma infinidade de outras entre os dois pontos.

Por incrível que pareça, minha pesquisa sobre Caio Prado Jr. está intimamente ligada a essa questão. O autor que estudei ocupa uma posição de destaque no “panteão” dos historiadores brasileiros. Mas possuí a vantagem de que suas idéias não são

consideradas verdades absolutas por nenhum daqueles que as consomem (ou quero acreditar que assim seja).

Prado Jr. é um clássico. E os clássicos, por motivos que nem sempre são totalmente claros, devem ser lidos. Esta condição especial se assemelha estruturalmente àquela da imprensa, pois ambas têm voz legítima em quase todos os momentos. Apesar da pesquisa realizada não ter visado analisar a recepção da obra de Caio Prado Jr., nem, portanto, os caminhos que o levaram a se tornar um clássico, é possível esboçar um esquema geral do impacto de seus livros no campo intelectual brasileiro, a partir da bibliografia consultada. Este esquema poderia ser aprofundado a partir de uma pesquisa documental, mas este seria outro trabalho.

Com o primeiro livro, a princípio, o historiador não conseguiu praticamente nenhuma repercussão. O segundo, *Formação do Brasil contemporâneo*, em contraste, representou o grande momento de sua produção. *História econômica do Brasil* apareceu como um interlúdio entre a primeira parte de sua grande obra e as seguintes que, por fim, não vieram. A partir de 1942 e até 1966, as intervenções de Prado Jr., se se excetuar *Formação do Brasil contemporâneo*, não fizeram grandes revoluções, apenas ajudaram a afirmar sua condição de intelectual nos espaços pertinentes. Mas, em 1966, o historiador publicou o livro mais polêmico de sua carreira, *A revolução brasileira*, onde questionava a interpretação da história de seu partido, o PCB. Com a tese *História e desenvolvimento*, o autor garantiu simbolicamente o lugar que até então lhe fora negado: uma posição de destaque dentro da universidade. E, enfim, com *A questão agrária no Brasil*, assim como com *Evolução política do Brasil e outros estudos*, Prado Jr. apresentou um conjunto de textos antigos sem maiores repercussões.

Se se acompanhar a cronologia do historiador Carlos Guilherme Mota para a historiografia brasileira, Prado Jr. aparece como figura central em dois momentos fundamentais: em um primeiro, que Mota batiza de “redescobrimento do Brasil”, balizado entre 1933 e 1937; e em um segundo, intitulado “revisões radicais”, que compreende o período que vai de 1964 até 1969. Conforme o autor: “A obra que certamente representa o início do redescobrimento do Brasil é a de Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil* (1933)”. Este livro seria um produto original e inaugural de uma nova era na historiografia do país:

A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico,

colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: *com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira* – enquanto categoria *analítica*.<sup>1</sup>

Imediatamente antes do golpe militar de 1964, a nossa historiografia, segundo Mota, estava sendo revista e ampliada no sentido da incorporação do debate de outras disciplinas, como a literatura e a economia, por exemplo. Mas, com o estabelecimento da ditadura, apesar dos progressos nos estudos históricos, algumas perspectivas e conclusões foram abandonadas e se inaugurou o período das “revisões radicais”:

Os diagnósticos sobre a história social do Brasil e sua dinâmica mereceram reparos profundos, realizados por analistas que procuravam tirar alguma lição dos descertos da ideologia do desenvolvimentismo e da política populista que levaram à derrocada dos setores progressistas em 1964. Apesar de a produção do período anterior estar marcada por uma profunda preocupação em investigar aspectos estruturais da sociedade, um difuso dualismo ainda impregnava algumas interpretações da realidade brasileira [...] Atacando duramente o dualismo, e somadas à derrocada dos setores progressistas em 1964, provocaram uma revolução radical nos estudos históricos. Caio Prado Júnior, em *A Revolução Brasileira*, retomará as posições imperantes na concepção de História da esquerda ortodoxa para combatê-las.<sup>2</sup>

A importância de Prado Jr. para o imediato pós-golpe é destacada também por José Carlos Reis: “A *revolução brasileira* é uma obra indispensável para se pensar o Brasil depois de 1964”.<sup>3</sup> No entanto, a grande obra de Prado Jr. não foi a de sua estréia nem a de seu debate com o PCB, mas sim *Formação do Brasil contemporâneo*. Mesmo tendo sido publicada em 1942, para Mota, ela se enquadra no primeiro momento, inclusive como uma das suas representantes maiores, e *História econômica do Brasil*, de 1945, também não escapa às características fundamentais do “redescobrimto”:

---

<sup>1</sup> Mota, C. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ed. Ática, 1998. p. 28. [grifo original] Outros autores darão mais ênfase a Gilberto Freyre ou a Sérgio Buarque de Holanda. Cf., por exemplo, Axt, G.; Schüler, F. (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 2004. Livro em que há seis artigos sobre os “revolucionários” da historiografia brasileira da década de 1930: três sobre Gilberto Freyre; dois sobre Sérgio Buarque de Holanda; e um sobre Caio Prado Jr. Ou José Carlos Reis, que reserva a década de 1930 para Freyre e Holanda apenas, deixando Prado Jr. como um autor chave da década de 1960. Reis, J. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

<sup>2</sup> Mota, C. *Op. cit.* pp. 43-44.

<sup>3</sup> Reis, J. *Op. cit.* p. 181.

A volta ao passado, em perspectiva econômica, para a busca das verdadeiras raízes, entretanto, estava sendo realizada por Caio Prado Júnior, que forneceu obra de maioridade dos estudos históricos entre nós, a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), um balanço do período colonial, magistralmente elaborado, discutindo o sentido da colonização e os componentes do sistema colonial, para avaliar suas perspectivas na vida brasileira. Em pleno Estado Novo, surgia essa obra renovadora, empenhada, com metodologia explícita e maduramente aplicada. A obra de Caio Prado Júnior, possivelmente a melhor de quantas elaborou, embora não tenha sido publicada nos marcos do momento de redescobrimto do Brasil de nossa cronologia (1933-1937), tecnicamente pode nele ser enquadrada, se considerarmos o período de gestação da obra, quando o Autor militava na vida política brasileira e internacional. Para tanto bastará recordar sua participação na Guerra Civil Espanhola. E o terceiro livro do Autor, outro marco no conjunto das grandes obras de interpretação surgidas nessa época, já estava em projeto (anunciado desde 1933): trata-se da *História Econômica do Brasil* (1945), fruto do mesmo momento político e intelectual.<sup>4</sup>

Mota, nas suas análises sobre a historiografia brasileira, elege Prado Jr. como um contraponto fundamental, a partir do qual estabelece os limites do alcance das inovações de outros historiadores. Neste sentido, tanto no “momento de redescobrimto do Brasil” quanto no das “revisões radicais”, o trabalho de Prado Jr. aparece como o que há de melhor acabado e, de certa forma, diminui a importância dos demais escritores. Isto se justifica, segundo José Carlos Reis, porque Prado Jr. teria se tornado “o mais influente historiador brasileiro, tomando o lugar de Capistrano de Abreu”.<sup>5</sup> Portanto, é inegável que Prado Jr. de fato é uma das principais referências da historiografia brasileira.

O que procurei neste trabalho foi entender como Prado Jr. construiu sua relação com o conhecimento histórico. Foi possível constatar que, grosso modo, o autor manteve uma postura “coerente” em seus escritos durante toda a sua produção, uma conclusão já apontada por vários comentadores.<sup>6</sup> De modo geral, ele concebia o conhecimento como o produto do diálogo entre sujeito e objeto, ambos determinantes e determinados pelo processo que lhes põem em contato. Há variações e ênfases nas definições específicas, como procurei demonstrar ao longo da dissertação, mas isto não invalida sua postura sempre coerente. Contudo, esta coerência não foi fruto apenas do

---

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem*. p. 32.

<sup>5</sup> Reis, J. *Op. cit.* p. 173.

<sup>6</sup> Cf., por exemplo, D’Incao, M. (org.). *História e ideal*. São Paulo: Ed. da Unesp; Ed. Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura – SP, 1989. Onde há textos de vários autores afirmando esta coerência.



comprometimento e responsabilidade de Prado Jr. para com seus ideais, mas sim resultado de uma posição social que lhe permitia tal opção. Ou seja, por mais que houvesse custos em não se submeter a determinações de instâncias maiores (como, fundamentalmente, não ser reconhecido por elas), era possível para Prado Jr. assumir e sustentar opiniões contra-a-corrente. Isto porque os diversos tipos de capital com que contava lhe permitiam “jogar” de tal modo que raras vezes se viu privado das vantagens que já possuía. De qualquer forma, as opções de Prado Jr. fizeram com que suas idéias se constituíssem como uma das mais importantes e influentes interpretações do Brasil. Meu intuito foi tornar claro como pensava um destes que estão na origem da nossa disciplina no país, uma forma de tentar compreender o processo histórico que forma o pensamento dos historiadores de hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, A. et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001.

Anderson, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

Bobbio, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas*. Campinas – SP: Ed. Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. *A produção da crença*. São Paulo: Ed. Zouk, 2004.

Burke, P. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.

Candido, A. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: Holanda, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1995.

Cardoso, C. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

Carone, E. *O PCB*. São Paulo: Ed. Difel, 1982. 3 Vol.

\_\_\_\_\_. *O marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos, 1986.

Caselechi, J. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

Cezar, T. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: Pesavento, S. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. “Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX”. *História Unisinos*. São Leopoldo - RS, v. 08, n. 10, p. 11-34, 2004.

Codato, A.; Guandalini Jr., W. “Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo”. In: *Estudos Históricos*, n. 32, Rio de Janeiro, 2003.

Diehl, A. “Caio Prado Júnior: As idéias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão”. In: Axt, G.; Schüler, F. (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 2004.

D’Incao, M. (org.). *História e ideal*. São Paulo: Ed. da Unesp; Ed. Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura – SP, 1989.

Fausto, B. *Revolução de 30: Historiografia e história*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

Ferreira, M. “Os professores franceses e a redescoberta do Brasil”. *Revista Brasileira (Academia Brasileira de Letras)*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 43, p. 227-245, 2005.

Florentino, M. *Em costas negras*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1997.

Fragoso, J. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.

Freyre, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Maia & Schmidt, 1933.

Gomes, A. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Gorender, J. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

Gramsci, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

Guimarães, M. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

Habermas, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

Hartog, F. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O século XIX e a história: O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003.

Hobsbawm, E. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Iglésias, F. “Um historiador revolucionário”. In: Prado Jr., C. *Caio Prado Júnior: História*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

Iumatti, P. *Diários políticos de Caio Prado Júnior.: 1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. “Caio Prado Jr. e as Ciências Naturais: sua apreensão das transformações epistemológicas da virada do século XIX”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 4, abril de 2000.

Koselleck, R. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ; Ed. Contraponto, 2006.

Madeira, A.; Veloso, M. “Caio Prado: modernista, contemporâneo”. In: Idem (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

Martins, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix; Ed. da USP, 1978. v. 7. 1933-1960.

Marx, K. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.

Marx, K.; Engels, F. *A ideologia alemã: I – Feuerbach*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Werke, Band 8*. Berlin: Dietz Verlag, 1972.

Mauss, M. “Esboço de uma teoria geral da magia”. In: Idem. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ed. Cosac & Naify, 2003.

Miceli, S. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel Ed., 1979.

\_\_\_\_\_. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001.

Montalvão, S. “O sentido da nação: parâmetros e intencionalidades na escrita da história de Caio Prado Júnior”. In: *Revista eletrônica Cadernos de História*. Ano I, n.2, setembro de 2006.

Moraes, J. (org.). *História do marxismo no Brasil – vol. II*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.

Mota, C. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

Novais, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. “Caio Prado Júnior, Historiador”. In: *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n.º 2. São Paulo, jul. 1983.

Oliveira, L. “As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado”. In: *A revolução de 30: Seminário internacional*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

Pécault, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

Pollack, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Prado Jr., C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Ed. Empresa Gráfica Revista do Tribunal, 1933.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953.

\_\_\_\_\_. “Post Scriptum em 1976 (Janeiro)”. In: Idem. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. *Dialética do Conhecimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1952.

\_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. *Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista*. Versão para eBook: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2001.

Disponível em: [www.al.sp.gov.br/acervo](http://www.al.sp.gov.br/acervo) – acessado em 21/07/2007.

Rêgo, R. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

Reis, J. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Ricoeur, P. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

Ricupero, B. *Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

Rosa, M. *O pensamento de esquerda e a Revista Civilização Brasileira (1965-1968)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PPG-História – UFRGS, 2004.

Sá, E. “História e concepção de mundo: fim de milênio e terminalidade”. In: Guazzelli, C.; Petersen, S.; Schmidt, B. e Xavier, R. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

Salgado, P. *O ritmo da história*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Clássica Brasileira, s/d.

Santos, R. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad; FAPERJ, 2001.

Schaefer, S. *A lógica dialética: um estudo da obra filosófica de Caio Prado Júnior*. Porto Alegre: Ed. Movimento; Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

Shaff, A. *História e verdade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1978.

Sodré, N. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1944.

Souza, L. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”. In: Freitas, M. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

Thompson, E. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vol. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987 e 1988.

Vianna, O. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 1933.

Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.